



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NO  
ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE – ARARAQUARA/SP.**

**FELIPE ROSAFA GAVIOLI**

**Araras**

**2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NO  
ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE – ARARAQUARA/SP.**

**FELIPE ROSAFA GAVIOLI**

**ORIENTADOR: PROF. Dr. MANOEL BALTASAR BAPTISTA DA COSTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G283mf

Gavioli, Felipe Rosafa.

As múltiplas funções da agricultura familiar : um estudo no assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP / Felipe Rosafa Gavioli. -- São Carlos : UFSCar, 2010.  
177 f.

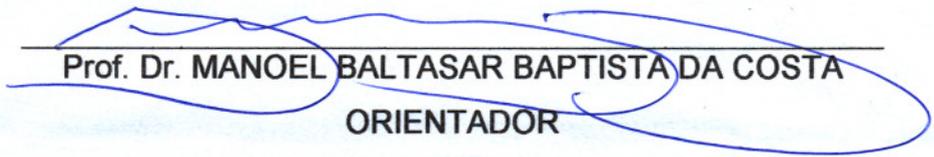
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Agroecologia. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento rural. 4. Assentamentos rurais. I. Título.

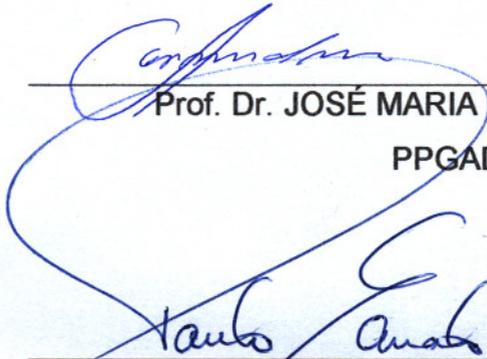
CDD: 630 (20<sup>a</sup>)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
DE  
*FELIPE ROSAFA GAVIOLI*  
APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM 25 DE OUTUBRO DE 2010.

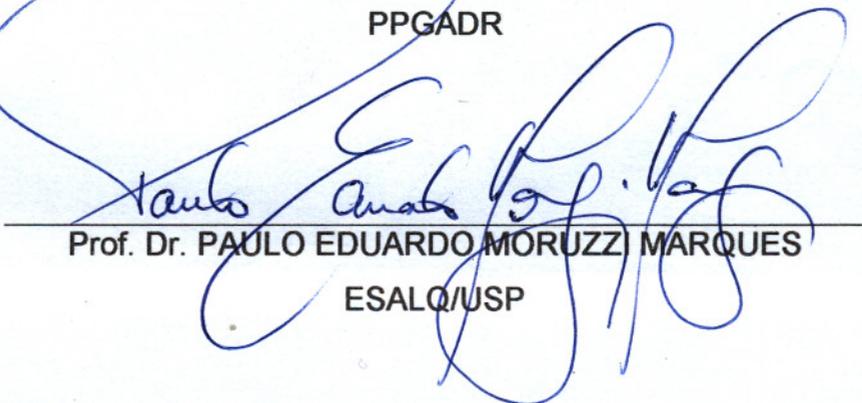
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. MANOEL BALTASAR BAPTISTA DA COSTA  
ORIENTADOR  
PPGADR/UFSCar



Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ  
PPGADR



Prof. Dr. PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES  
ESALQ/USP

## **AGRADECIMENTOS**

À minha companheira Lidiana, a quem dedico este trabalho, por ter compartilhado comigo os desafios e as satisfações de realizá-lo,

À minha família, pelo apoio que sempre me deram,

Ao amigo, professor e orientador Baltasar, pela convivência e pelos ensinamentos nestes quatro anos de trabalhos conjuntos,

À Luciane De Gaspari, pelo auxílio nas viagens de campo,

Aos agricultores familiares do assentamento rural Monte Alegre, com os quais aprendi muito, pela hospitalidade e disponibilidade em participar deste trabalho,

Aos docentes do PPGADR que em muito contribuíram para o meu enriquecimento profissional e pessoal, e a secretária Cláudia, pela presteza em responder as dúvidas e resolver os problemas burocráticos,

Aos amigos e colegas do PPGADR, pela convivência e troca de experiências dentro e fora da sala de aula,

Às professoras Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, e ao professor José Maria Gusman Ferraz pelas contribuições no exame de qualificação,

Aos professores da USP/Esalq Carlos Armênio Khatounian e Paulo Eduardo Moruzzi Marques que contribuíram com minha formação de Eng. Agrônomo, e também com este trabalho,

À CAPES e ao CNPq pelo auxílio financeiro.

## SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	i
ÍNDICE DE TABELAS .....	ii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Apresentação.....	01
1.2. Contextualização histórica.....	04
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	19
2.1. A noção de multifuncionalidade da agricultura.....	19
2.2. O debate no contexto europeu e francês.....	23
2.3. Distintas concepções em torno da noção de multifuncionalidade.....	30
2.4. Expressões e aplicações na realidade brasileira.....	43
2.5. Reforma agrária, assentamentos rurais e multifuncionalidade da agricultura.....	52
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	56
3.1. O assentamento Monte Alegre: caracterização e inserção regional.....	56
3.2. Referencial metodológico.....	65
3.3. Os instrumentos de pesquisa.....	70
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	75
4.1. Reprodução socioeconômica e as trajetórias de vida.....	75
4.2. Sistemas produtivos, segurança alimentar e agrobiodiversidade.....	91
4.3. Aspectos socioculturais.....	122
4.4. Conservação dos recursos naturais.....	135
5. CONCLUSÕES.....	143
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154
APÊNDICE.....	171

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AMA: Associação das Mulheres Assentadas
- CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- CNUMAD: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e  
Desenvolvimento
- CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
- CTE: Contrato Territorial de Estabelecimento
- UE: União Européia
- FAO: Organização para Alimentação e Agricultura
- FEPASA: Ferrovias Paulistas S.A.
- IAF: Instituto de Assuntos Fundiários
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITESP: Instituto de Terras do Estado de São Paulo
- LOA: Lei de Orientação Agrícola
- MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MFA: Multifuncionalidade da Agricultura
- NUPEDOR: Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural
- OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OMC: Organização Mundial de Comércio
- PA: Projeto de Assentamento
- PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC: Política Agrícola Comum
- PROAMBIENTE: Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção  
Familiar Rural
- PRONAF: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RL: Reserva Legal
- SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- STRA: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara

**ÍNDICE DE TABELAS**

	Pag.
Tabela 01. Distribuição e número de famílias no PA Monte Alegre e no PA Horto de Silvânia.....	59
Tabela 02. Ocupação imediatamente anterior ao assentamento.....	75
Tabela 03. Experiências anteriores como agricultor.....	76
Tabela 04. Estado de origem dos entrevistados.....	77
Tabela 05. Situação atual em comparação com a anterior ao assentamento.....	81
Tabela 06. Composição da renda média mensal por categoria familiar....	82
Tabela 07. Relação de atividades produtivas: exploração vegetal.....	96
Tabela 08. Relação de atividades produtivas: exploração animal.....	99
Tabela 09. Relação de atividades: produtos processados e outros.....	100
Tabela 10. Insumos e germoplasma.....	102
Tabela 11. Estratégias de renovação da fertilidade.....	105
Tabela 12. Práticas agrícolas utilizadas no assentamento.....	107
Tabela 13. Participação dos assentados em grupos.....	123
Tabela 14. Participação dos assentados em manifestações.....	126
Tabela 15. Percepção da qualidade do solo e da água.....	135

## ÍNDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 01. Vista geral do assentamento Monte Alegre.....	64
Figura 02. Trabalho de campo: entrevista e caminhada pelo lote.....	74
Figura 03. Pluriatividade no assentamento Monte Alegre.....	84
Figura 04. Atividades para-agrícolas no assentamento Monte Alegre.....	86
Figura 05. Panificadora “Irene Biazzi Góes” da Associação das Mulheres Assentadas.....	88
Figura 06. Sr. Milton e roça de milho.....	98
Figura 07. Composto em área de olericultura.....	106
Figura 08. Consórcio de milho e feijão catador.....	109
Figura 09. Tração animal.....	111
Figura 10. Mini-moranga Goiana.....	113
Figura 11. Feijão bravo do Ceará.....	114
Figura 12. Produtos do assentamento na Feira Direto do Campo.....	119
Figura 13. Sistema de produção diversificado.....	122
Figura 14. S. Jorge e o tanque resfriador do “grupo de leite” do núcleo VI.....	124
Figura 15. Bandeira da Companhia “Os Reis nos Acompanham”.....	128
Figura 16. Instituição de maior influencia no assentamento.....	131
Figura 17. Identidades socioprofissionais.....	132
Figura 18. Funções das áreas florestais nos lotes.....	138
Figura 19. Preparado de plantas medicinais.....	140

## **AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE – ARARAQUARA/SP.**

**Autor: FELIPE ROSAFA GAVIOLI**

**Orientador: Prof. Dr. MANOEL BALTASAR BAPTISTA DA COSTA**

### **RESUMO**

A partir da emergência da idéia de sustentabilidade, a agricultura adquiriu novas conotações, associadas não apenas ao aspecto produtivo, mas também à conservação dos recursos naturais e dos territórios rurais, em um reconhecimento de sua multifuncionalidade. Com base nesta noção, que valoriza as funções socioambientais desempenhadas pelas famílias rurais e pelas agriculturas praticadas, o presente trabalho faz uma análise do assentamento rural Monte Alegre, no estado de São Paulo, buscando identificar quais são e de que forma se expressam as funções para além de produção neste território particular. Parte-se da hipótese de que a agricultura familiar, pela sua polivalência e por seus aspectos socioculturais, apresenta o potencial de conservar os recursos naturais, garantir a segurança alimentar da sociedade, manter culturas e modos de vida no campo, entre outros aspectos relacionados e tributários da prática da agricultura. Através de uma metodologia de cunho quali-quantitativo, observou-se que no assentamento em foco a agricultura encerra em si questões de identidade, de coesão territorial, de conservação da agrobiodiversidade e de fomento a outras atividades produtivas, sendo o elemento central da reconstrução de um modo de vida rural neste ambiente.

**THE MULTIPLE FUNCTIONS OF FAMILY AGRICULTURE: A CASE STUDYING IN THE MONTE ALEGRE RURAL SETTLEMENT – ARARAQUARA/SP.**

**Author: FELIPE ROSAFA GAVIOLI**

**Adviser: Prof. Dr. MANOEL BALTASAR BAPTISTA DA COSTA**

**ABSTRACT**

From the emergency of the idea of sustainability, agriculture has acquired new connotations beyond the productive aspect, and associated with conservation of natural resources and rural territories, in recognition of their multifunctionality. Based on this concept, which values the socioenvironmental functions performed by rural families, the present work made an analysis on the rural settlement Monte Alegre, in the state of São Paulo, and identifies the functions beyond the production and their expression in this particular territory. The research starts from the hypothesis that family farming, by its polyvalence and by its sociocultural aspects, has the potential to conserve natural resources, ensuring food security of society, maintain cultures and ways of life in the countryside, among other aspects that are tributaries of the practice of agriculture. With a methodology based on qualitative and quantitative information, it was observed that the focused settlement has an agriculture that carries with it questions of identity, territorial cohesion, agrobiodiversity conservation and encouragement to other productive activities being the central element of the rebuild of a rural way of life in this environment.

## 1. INTRODUÇÃO:

### 1.1. Apresentação:

A pesquisa que originou este trabalho é um dos resultados das diversas ações realizadas no assentamento Monte Alegre, localizado na região central do estado de São Paulo, e em outros assentamentos paulistas<sup>1</sup> no período compreendido entre 2006 e 2009, no âmbito dos projetos de extensão universitária “*Da Microbacia ao Agricultor Familiar: uma releitura do agroecossistema*” e “*Apoio à construção de processos de geração de ocupação, renda, e sustentabilidade na agricultura familiar paulista*”, ambos realizados por estudantes de graduação e pós-graduação da USP/ESALQ, UFSCar e UNESP, sob coordenação do Prof. Dr. Manoel Baltasar Baptista da Costa, e financiados com recursos do CNPq. De maneira geral, ambos os projetos buscaram trabalhar na perspectiva do manejo racional e eficiente dos recursos naturais em microbacias hidrográficas, visando apoiar processos de adoção de práticas e tecnologias de base ecológica pelos assentados, bem como auxiliá-los em iniciativas de organização da produção e associativismo.

As visitas ao assentamento proporcionadas pelos projetos, o contato direto e freqüente com os agricultores, a troca de experiências e de conhecimentos, e as reflexões e análises da realidade compartilhadas com colegas e professores, se constituíram em um profundo aprendizado nas práticas de pesquisa e extensão, e foram fundamentais na escolha para trabalhar com agricultura familiar e reforma agrária, e para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

No mesmo período de trabalho nos assentamentos, freqüentei a disciplina “*Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento rural*”, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques, da USP/ESALQ. Este curso foi outra grande influência para a elaboração do projeto desta dissertação. As discussões a respeito de como a

---

<sup>1</sup> Horto Loreto, em Araras, e Horto Guarani, em Pradópolis.

agricultura familiar se insere nos territórios rurais, e de como esta inserção se desdobra em múltiplas funções sociais, ambientais e econômicas que podem (e devem) ser apoiadas por políticas públicas ampliaram a minha concepção de desenvolvimento rural, e despertaram a curiosidade em saber o que há, para além da produção, no assentamento rural Monte Alegre.

É nesta perspectiva, de multifuncionalidade da agricultura familiar, que se inscreve a presente dissertação. Buscou-se identificar de que forma a agricultura praticada pelas famílias assentadas se desdobra em outras funções além das produtivas ou mercantis, e como estas funções se expressam no assentamento estudado. Parte-se da hipótese de que a agricultura familiar, pela sua polivalência e por seus aspectos socioculturais, apresenta o potencial de conservar os recursos naturais, a agrobiodiversidade, garantir a segurança alimentar da sociedade, manter culturas e modos de vida no campo, entre outros aspectos relacionados e tributários da prática da agricultura.

No entanto, como esta hipótese se materializa no contexto do assentamento, marcado pela presença dos complexos agroindustriais sucroalcooleiro e citrícola? De que forma estas múltiplas funções da agricultura se expressam? Em que medida o acesso a terra, e a possibilidade da prática da agricultura, permitem o desabrochar de outras funções de cunho socioambiental? A busca pelas respostas a estas questões nortearam a construção da pesquisa e da análise aqui apresentada.

Do ponto de vista acadêmico, avalia-se que o trabalho se justifica por trazer para o centro da reflexão a idéia de multifuncionalidade da agricultura, colaborando para consolidar este enfoque nos estudos rurais brasileiros. Embora não seja tão recente<sup>2</sup>, a noção de multifuncionalidade ainda é pouco difundida no Brasil, e suas concepções, não raro controversas, oscilam entre paradigma oposto ao da modernização da agricultura, e, portanto alinhado a idéia de desenvolvimento sustentável; e manobra política para justificar os subsídios dos países ricos à suas agriculturas; passando ainda por sinônimo de pluriatividade e atividades não-agrícolas no rural. Sem a pretensão de

---

<sup>2</sup> A publicação que pode ser considerada a primeira referência importante sobre multifuncionalidade no Brasil “Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar”, organizada por Maria José Carneiro e Renato Maluf, data de 2003.

solucionar este confuso campo teórico, o que não caberia em uma dissertação de mestrado, buscou-se ao menos clarear as diferentes concepções, através da utilização da noção de multifuncionalidade no estudo de uma realidade empírica. O fato de esta pesquisa ter sido realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural permitiu a integração de conhecimentos agrônômicos, ecológicos, econômicos e sociais em uma matriz de análise ampla, que se inspirou no enfoque sistêmico para compreender a agricultura familiar a partir da multifuncionalidade. Neste sentido, as contribuições dos professores do mestrado, especialmente das áreas de economia, sociologia rural, análise de sistemas agrários e ecologia foram fundamentais para complementar minha formação de Engenheiro Agrônomo e alcançar as ambições deste trabalho.

A dissertação que se apresenta a seguir está dividida em cinco capítulos. O primeiro, de caráter introdutório, afora esta breve apresentação, traz uma contextualização histórica de algumas idéias – crítica a modernização conservadora da agricultura brasileira, o reconhecimento da agricultura familiar nos anos 1990 e a emergência do enfoque territorial do desenvolvimento rural - que contribuem como elementos para o desenvolvimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. No segundo capítulo, apresenta-se uma revisão de literatura sobre o tema da multifuncionalidade, englobando o surgimento da noção, as distintas concepções que carrega no contexto europeu, francês e brasileiro, as possibilidades de aplicação na análise da realidade nacional e nos estudos sobre assentamentos rurais. Em seguida, o terceiro capítulo faz uma descrição do assentamento Monte Alegre, e traz os referenciais metodológicos e os instrumentos de pesquisa utilizados. A quarta seção se propõe a apresentar e discutir os resultados obtidos na pesquisa de campo, à luz do enfoque teórico. Por fim, no quinto capítulo tecemos algumas considerações finais.

Consciente da profundidade e da amplitude dos temas aqui abordados, e sem a pretensão de esgotar o debate, espera-se que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento teórico da noção de multifuncionalidade da

agricultura no Brasil, e inspirar outras pesquisas e políticas públicas pautadas pela multifuncionalidade nos assentamentos rurais.

## 1.2. Contextualização histórica:

Durante os anos 1960 e 1970, a agricultura brasileira passou por uma intensa transformação, no processo que ficou conhecido como *modernização conservadora*. A história desta modernização, bem como de seus impactos econômicos, sociais e ambientais já está amplamente documentada (PASCHOAL, 1979; GRAZIANO DA SILVA, 1982; GRAZIANO DA SILVA, 1993; VITULE, 1997; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; entre outros).

Sem a pretensão de retomar em detalhes este processo, objetiva-se apresentar como a modernização ocasionou o esgotamento da base de recursos naturais e problemas sociais relevantes, enquanto esgotava a si mesma como modelo de desenvolvimento agrícola e rural, completamente inviável frente às questões sócio-ambientais contemporâneas.

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que, apesar de suas conseqüências negativas, a modernização da agricultura provocou aumentos na produção de algumas culturas, levando o Brasil a se tornar um dos principais exportadores mundiais de *commodities* agrícolas. Tomando as séries históricas das safras de grãos<sup>3</sup> realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2009), no ano agrícola de 1976/1977 a produção total de grãos no país foi de 46.943 mil toneladas, evoluindo para 64.950 mil toneladas em 1986/1987. Dez anos depois, na safra 1996/1997, a produção de grãos alcançou 78.426 mil toneladas, e no ano agrícola 2006/2007 chegou a 131.750 mil toneladas, o que representa um incremento de aproximadamente 280,65% nestes trinta anos.

Dados apresentados por Vicente et al. (2003) em relação às culturas anuais apontam que entre 1970 e 1995, a produção agrícola brasileira cresceu a taxa média anual de 3,2%, sendo que a produtividade da terra cresceu a taxa média de 2,3% ao ano, a do trabalho a uma razão de 3,9% ao ano, e a

---

<sup>3</sup> Os dados referem-se às culturas de algodão, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale. As séries históricas estão disponíveis em [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)

produtividade total dos fatores de produção (terra, trabalho, fertilizantes, sementes melhoradas, mecanização e agrotóxicos) a taxa de 2,8% ao ano. Os autores demonstram que este incremento da produção total é decorrente da utilização, cada vez mais intensa, de fertilizantes solúveis e de irrigação.

Paschoal (1983a, p.21), faz um retrato desta situação, trazendo os dados de uso de agrotóxicos, fertilizantes de síntese e máquinas agrícolas no Brasil. De acordo com o autor, em quinze anos o consumo de fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos altamente solúveis na agricultura brasileira aumentaram em impressionantes 1.243%, passando de 900.241 toneladas consumidas em 1964 para 12.092.254 toneladas em 1979. No mesmo período, o uso de agrotóxicos aumentou em 421%, passando de 16.193 toneladas em 1964 para 84.394 toneladas de princípio ativo utilizado em 1979. Em relação a mecanização agrícola, o incremento na venda de tratores foi de 389,1% no período, evoluindo de 11.534 unidades em 1964 para 56.418 unidades em 1979.

Focando apenas os agrotóxicos, Vicente et al. (2002) assinalam que entre 1988 e 1998 o consumo destes produtos cresceu a taxas anuais médias de 5,4% na América Latina e de 6,7% no Brasil, onde movimentou cerca de 2,5 bilhões de dólares no ano 2000. Dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento<sup>4</sup> (MAPA, 2009) apontam um aumento de 432,61% nas vendas de agrotóxicos entre 1989, quando o setor movimentou 981 milhões de dólares, e 2005, quando o setor foi responsável por 4,244 bilhões de dólares. No caso das vendas de fertilizantes, o MAPA indica um aumento de 209,36% entre 1987, quando foram comercializadas 9.646 toneladas de adubos, e 2005, quando este número atingiu a marca de 20.195 toneladas.

Esta mudança na base técnica da agricultura a partir da segunda metade dos anos 1960 recebeu forte apoio estatal, mediante a implantação de diversos instrumentos políticos de estímulo à modernização. Em 1963, temos a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que buscava transpor os direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais dos assalariados urbanos para

---

<sup>4</sup> Dados disponíveis em [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br) na seção “estatísticas”.

o campo. Este dispositivo jurídico, segundo Menegat (2002), antes de trazer os benefícios da formalização das relações de trabalho no campo, contribuiu para a proletarização precária de um amplo contingente de trabalhadores rurais, expressa na figura do “bóia-fria”, uma vez que não levou em conta a diversidade das relações de trabalho no meio rural, e nem a especificidade do trabalho agrícola.

Em 1964 é promulgado o Estatuto da Terra, tratando de três importantes assuntos: tecnologia, colonização e reforma agrária. Apesar de reconhecer a função social da propriedade e instituir a desapropriação do latifúndio improdutivo para fins de reforma agrária (SILVA, 1997), as determinações do governo militar em relação ao Estatuto da Terra privilegiaram a modernização tecnológica e a colonização das regiões amazônica e centro-oeste como alternativa a realização de mudanças na estrutura fundiária vigente, reprimindo o movimento pela reforma agrária (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Em 1967 é implantado o Sistema Nacional de Crédito Rural, cuja estrutura foi fundamental para a integração técnica e para a transferência de renda entre agricultura e indústria, seja pelo fomento a compra de insumos e tratores, seja pela integração da produção primária de alimentos e matérias-primas com vários ramos industriais (DELGADO, 2001).

Também é de destacar a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em 1972, e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural em 1974, que representavam a possibilidade de geração e difusão de tecnologias voltadas para a modernização da agricultura, com a formação de agricultores cada vez mais especializados em pacotes tecnológicos, destinados a certas explorações (MENEGAT, 2002). No estado de São Paulo, destaca-se a criação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Observa-se então um movimento modernizante que, pela industrialização da agricultura à jusante e à montante, objetiva incrementar a produção agrícola, ampliar o mercado de bens industriais e transferir renda da agricultura ao setor urbano, sem a necessidade de reformas drásticas na estrutura fundiária do país. Há, com isso, uma difusão de processos de

produção com elevado grau de mercantilização, uma acentuada utilização de insumos de origem industrial e uma forte dependência em relação a agentes externos e relações mercantis (NORDER, 2006).

Dentre os principais problemas que se pode identificar neste processo, estão os relacionados à contaminação ambiental e à degradação dos recursos naturais, oriundos da difusão hegemônica de um pacote tecnológico inadequado para as condições ecológicas tropicais, os problemas sociais resultantes da marginalização de grande parte dos agricultores deste processo de modernização, e os problemas econômicos decorrentes de um lado dos incrementos decrescentes de produtividade, e de outro lado resultantes dos altos subsídios públicos necessários para manter esta agricultura ineficiente.

Desde uma ótica ecológica, a crescente incorporação de métodos e técnicas agroquímicas de produção tem sido considerada como fonte importante de degradação de recursos naturais e de contaminação ambiental (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Neste processo ganha destaque a artificialização do ambiente, onde monoculturas geneticamente idênticas substituem a diversidade biológica original. Em condições tropicais, este procedimento ocasiona a erupção de populações de insetos-praga, sendo ainda mais desastroso do que em condições temperadas.

Isto porque no trópico e no sub-trópico, dada a constância de fotoperíodo, pluviosidade e temperatura ao longo do ano, a regulação das populações de organismos nos (agro)ecossistemas depende da manutenção de intrincadas teias alimentares e de parasitismo, que por sua vez dependem da existência de nichos ecológicos diversos, que só podem ser criados e mantidos por alta biodiversidade, no tempo e no espaço. Já em ecossistemas temperados, menos biodiversos, a regulação das populações de organismos é dependente de fatores físicos, dentre os quais se destaca o inverno rigoroso e a neve. Enquanto nestes a simplificação da monocultura não traz conseqüências tão danosas, no trópico esta simplificação representa a criação de um ambiente propício ao aumento exponencial das populações de insetos-praga (PASCHOAL, 1983b).

Assim, a expansão das monoculturas na paisagem agrícola altera os ciclos biogeoquímicos dos agroecossistemas, e ocasiona explosões populacionais de insetos herbívoros, plantas espontâneas e microorganismos, que por sua vez são controlados com uso intensivo de capital e de energia sob a forma de irrigação, mecanização, fertilizantes e agrotóxicos, fontes de contaminação do ambiente e da saúde humana<sup>5</sup>. As práticas agrícolas modernas substituíram os processos ecológicos na agricultura, ao invés de cooperar com eles (ALTIERI, 2002). Apesar de seus sucessos, este modelo de produção há muito está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construído, já que as técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade, também solaparam sua base, degradando os recursos naturais dos quais a agricultura depende (GLIESSMAN, 2001).

De uma perspectiva socioeconômica, a modernização da agricultura brasileira se operacionalizou a partir de uma deliberada e sistemática discriminação, por produtos, por regiões e por produtores (BERGAMASCO e NORDER, 2003). Este processo discriminatório pode ser demonstrado pela seletividade do acesso ao crédito agrícola subsidiado, que chegou a apenas 14,4% dos agricultores em 1975 (BRUMER e SANTOS, 1997), sendo 60% deste crédito direcionado para apenas cinco produtos: café, soja, cana de açúcar, algodão e trigo (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Uma vez que privilegiou as culturas mais rentáveis, os agricultores mais dotados de recursos financeiros e os agroecossistemas com maior capacidade de resposta aos investimentos tecnológicos, a industrialização agrícola ocasionou marginalização de uma grande parte da população rural, com redução nos postos de trabalho e o aumento do êxodo rural, acelerando assim a estratificação social existente (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Dessa forma, o processo de modernização resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores não-proprietários de suas terras, e na inviabilização das

---

<sup>5</sup> Para uma descrição mais detalhada dos processos de eutrofização pelo uso de fertilizantes nitrogenados e fosfatados; de erosão pelo emprego de mecanização pesada, e de intoxicação de agricultores pelo uso de agroquímicos vide o trabalho de Costa (1993).

condições mínimas de reprodução de um campesinato em busca de um espaço de estabilidade (WANDERLEY, 2009).

Ademais, e como assinala Costa (1993), a eficiência energética da agricultura nacional foi reduzida a medida em que se incrementou o uso de insumos químicos e mecânicos em substituição aos métodos biológicos de produção. Tal modelo aumentou os custos de produção, em larga medida determinados pelo preço do petróleo e pelas empresas fornecedoras de insumos à agricultura.

Como se pode desprender da análise acima, a modernização conservadora da agricultura brasileira, calcada nos pressupostos da Revolução Verde, atingiu o objetivo de fomentar o desenvolvimento urbano-industrial pela transferência de renda a este setor, através do incremento da produtividade de *commodities* agrícolas destinadas à exportação e às agroindústrias a preços reduzidos, e da absorção de enormes quantidades de insumos industriais. Entretanto, este “desenvolvimento” se deu à custa de vultosos subsídios estatais, da degradação dos recursos naturais e da exclusão de um amplo contingente de agricultores do processo.

A partir da década de 1980, o modelo de forte intervenção governamental voltado para o desenvolvimento agroindustrial começa a entrar em colapso. O governo passou a reduzir o apoio creditício destinado à agricultura já em 1976, que acabou por se concentrar ainda mais em determinados cultivos, caso da soja e da cana de açúcar (BRUMER e SANTOS, 1997). Além disso, a produção agropecuária empresarial em grande escala deparou-se com uma redução média de 50% no preço das principais *commodities* agrícolas produzidas: algodão, arroz, café, açúcar, cebola, feijão, laranja, milho e soja (BERGAMASCO e NORDER, 2003, p.47). Observa-se, então, o esgotamento de um longo ciclo de crescimento econômico neste período, bem como a exaustão da ditadura militar, demarcando de forma significativa um novo arranjo da ordem econômica e política em mutação. Com este declínio, abre-se uma temporada de oxigenação das forças sociais submetidas a duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura (DELGADO, 2002).

Neste sentido, Medeiros (1997) coloca que as transformações operadas na agricultura e na economia nos anos 1980, associadas às mobilizações de “pequenos produtores” demandando crédito e preços para os seus produtos, provocaram um reordenamento do lugar político deste grupo social, que passou a ganhar legitimidade, além de retomar e intensificar suas lutas por terra. Com este ambiente de abertura política, ocorre uma ampla articulação dos movimentos sociais e entidades de assessoria popular, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, e com o fortalecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em 1985, durante o governo Sarney, é elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciativa que pode ser considerada um marco em termos de políticas públicas voltadas para a questão da agricultura familiar (FERRANTE et al., 2006). A Constituição de 1988 também avança no sentido da reforma agrária ao alterar o estatuto da propriedade fundiária, legitimando sua função social, presente desde o Estatuto da Terra (DELGADO, 2002). Esta reorganização política, associada à redução no dinamismo geral das atividades agropecuárias no período compreendido entre 1980 e 1985, permitiu, de acordo com Brumer e Santos (1997), a reabertura de espaço para a pequena propriedade e as formas não-capitalistas de produção agrícola.

Em âmbito mundial, as décadas de 1980 e de 1990 são marcadas pela emergência do debate acerca do ecodesenvolvimento, e posteriormente do desenvolvimento sustentável. Não se pretende aqui realizar uma discussão aprofundada deste tema, abordando as distintas, e por vezes opostas, concepções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Para os objetivos deste trabalho, basta deixar claro que, de modo geral, a noção de sustentabilidade sugere a compatibilização do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico com a conservação dos recursos naturais ao longo do tempo, em um processo onde “economia e ecologia se entreverão cada vez mais” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.28).

Não por acaso, é também a partir dos anos 1990 que a literatura especializada, no Brasil e no exterior, passa a apontar as potencialidades do

rural como espaço para reformas societárias rumo à sustentabilidade, e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade. Tomado como ponto de contato por excelência entre sociedade e natureza, o rural passa a ter centralidade nos debates sobre o meio ambiente, o que forja uma *nova ruralidade* em transformação, a partir da reconstrução dos significados do meio rural e da valorização de atributos ecológicos e socioculturais (FERREIRA, 2002).

A emergência desta nova ruralidade, segundo Wanderley (2000), é fruto das conseqüências dos processos de urbanização e de industrialização que pautaram o desenvolvimento do capitalismo e a dinâmica das sociedades modernas nas décadas passadas. Estes processos podem ser apreendidos a partir de dois olhares distintos, que implicam em formas igualmente distintas de se pensar o rural: um primeiro olhar, de inspiração marxista, aponta para o desaparecimento do rural e das sociedades camponesas com a modernização da agricultura, resultando na constituição de classes sociais no campo, e na transformação do camponês – enquanto representante de um modo de vida pretérito – em agricultor familiar moderno, integrado à sociedade de mercado global.

O outro olhar – ao qual a autora se filia e no qual está o embrião desta nova ruralidade – enxerga na urbanização e na industrialização não processos de ruptura da relação campo-cidade, com a predominância da urbanização do rural, ou de anulação do papel social, cultural e político dos camponeses na sociedade “englobante”, mas sim processos de redefinição destas relações e deste papel, onde, de um lado o rural permanece como espaço relevante e dotado de múltiplas potencialidades, e de outro lado, o agricultor familiar moderno surge em uma relação de continuidade – e não de ruptura - com o camponês relativamente autônomo do passado, guardando laços profundos, de ordem social e simbólica, com esta tradição camponesa.

Carneiro (1998) corrobora estas considerações ao assinalar que o movimento de reconstrução do rural nasce dos próprios limites do modelo produtivista no campo e da expansão industrial nas cidades, observado principalmente nos países capitalistas avançados. Se no período da

modernização da agricultura os espaços rurais eram pensados segundo sua funcionalidade para o desenvolvimento capitalista urbano-industrial, com a crise socioambiental cada vez mais explícita, estes espaços adquirem novas funcionalidades, para além da produção intensiva de alimentos e matérias primas a preços reduzidos.

Para Kageyama (2008), existem cinco características que podem definir o rural na contemporaneidade: (a) a maior presença de áreas naturais ou verdes em relação às áreas urbanas, ou uma maior relação com a natureza, (b) as maiores distâncias – físicas, econômicas e culturais - entre residências, entre estas e as unidades comerciais, e entre estas e os mercados finais, (c) a menor densidade populacional nas áreas rurais, em comparação com as áreas urbanas, (d) a maior presença de atividades econômicas ou ocupacionais que dependam da disponibilidade de recursos naturais – agricultura, extrativismo, pesca, caça – embora não de forma exclusiva, e (e) a relação de complementaridade do rural com o urbano, por meios dos mercados (produção e consumo), e das representações sociais e simbólicas que permeiam a noção de ruralidade.

Voltando as atenções para o campo brasileiro, nesta nova ruralidade emergente, a idéia de sustentabilidade, embutida nas pesquisas que tratam do “desenvolvimento rural sustentável”, foi acompanhada da centralidade que a categoria “agricultura familiar” adquiriu nos ambientes acadêmico e político, sobretudo a partir de três estudos<sup>6</sup> publicados entre 1991 e 1998. Estas publicações confrontavam diretamente as previsões do marxismo agrário clássico ao constatar que além de viva e dinâmica, a agricultura de base familiar foi central para o desenvolvimento do capitalismo e para a modernização agrícola nos países industrializados (FAVARETO, 2006).

Segundo Lamarche (1993, p.15), a agricultura familiar corresponde a “(...) uma unidade de produção agrícola onde **propriedade** e **trabalho** estão intimamente ligados à **família**”, sendo que a interdependência destes três

---

<sup>6</sup> Refere-se aos livros: *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, de Ricardo Abramovay (1992); *O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*, de José Eli da Veiga (1991); e os dois volumes de *A Agricultura Familiar*, fruto de uma comparação internacional coordenada por Hugues Lamarche, e publicados em 1993 (volume 1) e 1998 (volume 2). (FAVARETO, 2006).

fatores tem conseqüências em relação a tomada de decisão e a organização da unidade de produção, com destaque para a relação indissociável entre a gestão da propriedade e o trabalho familiar.

Em geral, a idéia de fortalecimento da agricultura familiar se inscreve na crítica às conseqüências sociais e ambientais desastrosas da modernização da agricultura brasileira (MORUZZI MARQUES, 2003) Do ponto de vista social, a agricultura familiar emerge como resultado de mobilizações do movimento sindical que lentamente vão substituindo a identidade de trabalhador rural pela de agricultor familiar. No plano político-institucional, as pesquisas do convênio FAO/INCRA nos anos 1990 destacavam a importância da agricultura familiar no mundo rural brasileiro, enquanto que a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam para a legitimação desta categoria com o apoio de políticas públicas (SCHNEIDER, 2006).

Recentemente, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmaram a relevância da agricultura familiar brasileira, tanto em termos sociais quanto em termos econômicos. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, perfazendo um total de 4.367.902 unidades produtivas. Mesmo ocupando 80,25 milhões de hectares, apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da produção brasileira, com 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite de vaca e 38% do café produzidos no país. No caso específico do estado de São Paulo, a agricultura familiar representa 66,35% dos estabelecimentos agropecuários, num total de 151.015 unidades de produção (IBGE, 2006).

Se a agricultura familiar foi preterida em prol da agricultura patronal durante o período da modernização, com a emergência da problemática socioambiental esta forma social de produção adquire centralidade, exatamente pela capacidade de compatibilizar a produção e a conservação da base de recursos naturais, desempenhando outras funções além da produtiva, idéia que está no centro da noção de multifuncionalidade da agricultura. A

agricultura familiar passar a ser vista como polivalente e multifuncional, e não mais uma atividade setorial.

A partir de finais de década de 1990, a agricultura familiar vem sendo articulada ao desenvolvimento rural a partir da ótica territorial, isto é, a partir de um recorte sociogeográfico, onde as potencialidades endógenas dos espaços rurais e das agriculturas familiares podem se revelar.

Este recorte sugere uma nova delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano, bem como permite superar o enfoque exclusivamente setorial e temporal que têm marcado os estudos e as políticas voltadas para o desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2001).

O *território* pode ser entendido como um espaço que sintetiza e materializa numa determinada localidade geográfica um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo e integrado. Assim, o território não é uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa delimitada arbitrariamente, onde se instalam e se relacionam indivíduos e empresas, mas envolve antes de tudo articulações e relações entre formações socioculturais específicas, dotadas de raízes históricas e configurações próprias. Sendo um espaço socialmente organizado, o território se caracteriza através de uma identidade, histórica e cultural, atrelada aos fluxos econômicos, institucionais, políticos e humanos (ABRAMOVAY, 1998/1999).

De acordo com Zapata (2007), o conceito de desenvolvimento territorial envolve uma estratégia elaborada e um processo intencional dos atores de determinado território para, e a partir de suas potencialidades e vocações, construir um projeto de desenvolvimento com maior participação social e equidade. Trata-se, portanto, de descobrir e valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento, particulares de cada identidade territorial específica.

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização de atores sociais que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um espaço geográfico. Nestes termos, o desenvolvimento territorial é uma estratégia adaptativa e reativa à globalização

econômica, que visa permitir aos atores reorganizarem a economia local, com base nos recursos endógenos, face ao crescimento das concorrências na escala mundial.

Refletindo sobre o papel do meio rural no desenvolvimento do mundo contemporâneo, Abramovay (2000) aponta que a *ruralidade* é um conceito de natureza territorial e não setorial; não podendo ser encarada como etapa do processo de desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso industrial e da urbanização. A ruralidade não se caracteriza apenas pela economia agrícola - muito embora esta seja fundamental na geração de empregos e renda nas áreas rurais -, mas deve ser visualizada como um espaço repleto de múltiplas oportunidades e funções, engendrando atividades econômicas não-agrícolas e para-agrícolas, e portador potencial de outras formas de desenvolvimento que privilegiem os ativos associados ao patrimônio cultural e ecológico de cada localidade. Kageyama (2008) corrobora com estas considerações ao colocar que a essência da noção de rural é territorial ou espacial, não podendo ser identificada com setor de atividade nem com mercado enquanto espaço de transações mercantis específicas.

Desta forma, o recorte territorial reconhece as diversas dimensões do desenvolvimento que não apenas a econômica, se filiando à idéia de desenvolvimento sustentável. Ao pensar em um programa ou uma política de desenvolvimento territorial, devem-se levar em conta os aspectos socioculturais e ecológicos, além dos produtivos, o que permite valorizar o patrimônio material e imaterial daquele território, atribuindo-lhes um lugar de destaque no processo de desenvolvimento.

Para Lacerda (2005), a introdução da noção de território nas análises do espaço rural e da agricultura familiar contribui para a reconstrução do significado de desenvolvimento rural. Este passa a ser entendido não mais como a incorporação da agricultura às dinâmicas de desenvolvimento urbano-industrial, mas como uma construção social de diversificação, presente na produção agrícola, nas formas de obtenção de renda, no portfólio de atividades e nas estratégias e modos de vida construídos pelos atores sociais e pelos grupos domésticos. Para Kageyama (2008), a partir da adoção do enfoque

territorial, o desenvolvimento rural não é mais identificado com crescimento econômico – como nos anos 1960 e 1970 – mas passa a ser visto como um processo multidimensional.

Partindo das diferentes concepções de território nos âmbitos da Geografia e da Economia, Cazella et al. (2009) estabelecem uma distinção entre “territórios construídos” e “territórios dados” ou instituídos. Os primeiros seriam fruto das relações convergentes e/ou divergentes dos atores sociais, organizados e articulados em torno de objetivos comuns, enquanto os segundos seriam impostos “de cima para baixo”, quer seja por instituições de interesses privados, ou por políticas públicas, correspondendo antes de tudo a uma delimitação político-administrativa. Os autores tratam estas duas territorialidades como realidades interligadas e permeáveis, podendo haver a coexistência de territórios construídos dentro de um território instituído, por exemplo, e concluem que esta realidade social, cultural e histórica pode ser melhor compreendida como sendo:

“(…) um conceito polissêmico, cujos sentidos dependem do olhar disciplinar de quem dele se vale, como também da problemática política e social do contexto em questão” (CAZELLA et al., 2009, p.41).

O recorte territorial permite analisar as dinâmicas do desenvolvimento rural a partir de uma integração de distintas dimensões – ecológica, econômica, e sociocultural – e com um enfoque que ultrapasse o entendimento setorial, exclusivamente agrícola, do rural. Ademais, os territórios podem ser concebidos como espaço físico e simbólico, fonte tanto dos bens materiais como dos imateriais que estruturam a sociedade. É no território que se dá o encontro do real e do simbólico, do material e do imaterial, do mercantil e do não mercantil, sendo, portanto um conceito “bifacial”. Esta característica permite, por um lado, mercantilizar o simbólico associado à atividade agrícola – como no caso das indicações geográficas, produtos típicos ou determinações de origem, por exemplo – ou reconhecer e valorizar os modos de regulação e

de vida específicos de comunidades rurais em torno da agricultura (CAZELLA et al., 2009).

A agricultura familiar se constitui em ator privilegiado para estas iniciativas destinadas à revalorização dos territórios rurais. Nas unidades familiares de produção, diversificadas e polivalentes, trabalho agrícola e a gestão da propriedade não são atividades separadas, e os agricultores familiares possuem um maior conhecimento dos ecossistemas em que estão inseridos. Para estas famílias, a agricultura, mais do que uma atividade econômica, se constitui em um modo de vida, repleto de significações simbólicas e sociais. Muitas vezes, a agricultura familiar pode exercer papéis não essencialmente produtivos, como a preservação do patrimônio ambiental e da paisagem, a manutenção do tecido sociocultural no território, entre outros que podem ser valorizados como bens imateriais e serviços únicos, engendrados pela combinação dos modos de vida, das identidades e das características geográficas e ecológicas existentes em um determinado território. Esta perspectiva reforça, principalmente, aspectos qualitativos do desenvolvimento, aproximando-se da noção de multifuncionalidade da agricultura, na qual a idéia de eficácia econômica incorpora temas associados à conservação da biodiversidade, à qualidade ambiental, ao equilíbrio territorial e à coesão social (MORUZZI MARQUES, 2003).

Desta forma, a abordagem territorial do desenvolvimento rural privilegia a agricultura familiar, e pode se apropriar do enfoque da multifuncionalidade da agricultura, ao valorizar aspectos não essencialmente produtivos, em oposição ao paradigma produtivista predominante, que esteve na base da modernização conservadora da agricultura (BONNAL e MALUF 2007).

A idéia de multifuncionalidade da agricultura prevê o reconhecimento, a valorização e a formulação de políticas de apoio e de promoção das outras funções desempenhadas pela agricultura familiar além da produção de alimentos e de fibras. Estas outras funções, geralmente de caráter público, são decorrentes da prática da agricultura, mas também são tributárias de suas relações com determinado território, no qual as famílias rurais estão inseridas.

Desta forma, a noção de multifuncionalidade pode ser tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social, o que implica em considerar os modos de vida dos agricultores em sua integridade, e não apenas em seus aspectos econômicos, incorporando ainda à análise a provisão de bens públicos por parte destes agricultores, relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural (CARNEIRO e MALUF, 2003). Neste ponto, a articulação entre desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura é clara, já que ambas as noções se caracterizam pela perspectiva supra-setorial e multidimensional.

Entre outras palavras, torna-se impossível utilizar a noção de multifuncionalidade da agricultura como “lente” sobre a agricultura familiar, sem considerar o território como parte fundamental deste referencial. A multifuncionalidade possui uma base territorial, favorecendo a passagem do agrícola para o familiar e o rural.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. A noção de multifuncionalidade da agricultura:

O surgimento e o debate acerca da noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA) se iniciam em meados da década de 1990, durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) (SOARES, 2000/2001). O capítulo 14 do principal documento resultante da CNUMAD, a Agenda 21, é intitulado “*Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável*”, e sugere, em sua primeira área de programa para o desenvolvimento rural e agrícola, a “revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável”, sendo considerado como o primeiro documento oficial que faz uso da noção de MFA (MALUF, 2002a). Portanto, os debates sobre a multifuncionalidade da agricultura e o desenvolvimento sustentável consolidam-se no mesmo período e desde então caminham próximos (ALLES, 2005).

Mais tarde, de acordo com Soares (2000/2001, p.41), os ministros da Agricultura dos países-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), definiram em documento de março de 1998 a multifuncionalidade da agricultura como “além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade, e contribuir para a viabilidade socioeconômica de muitas áreas rurais”. A agricultura é, então, multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos.

Nesta mesma linha de definições oficiais, um documento do governo norueguês de 1999 destaca que a agricultura é responsável pela provisão de bens privados, como alimentos, fibras, agroturismo, e outros produtos comerciais, e uma série de bens públicos, que além dos citados na definição da

OCDE, incluiria ainda o abastecimento alimentar de longo prazo, a qualidade destes alimentos e a transmissão de uma herança cultural associada à atividade agrícola (MALUF, 2002b).

Para Sabourin (2008), a multifuncionalidade da agricultura foi caracterizada a partir da CNUMAD, como o reconhecimento, pela sociedade e pelos governos, do interesse público sobre as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, não diretamente produtivas ou mercantis, associadas às explorações agropecuárias. Este reconhecimento teve o mérito de permitir a agregação de um caráter operacional, além de diversos instrumentos, às noções bastante abstratas de desenvolvimento sustentável e de agricultura sustentável, uma vez que

“A defesa de uma agricultura multifuncional leva precisamente a valorizar, preservar, a tornar perenes as funções sociais, ambientais e até econômicas, de interesse geral associadas à produção agrícola” (SABOURIN, 2008, p.58).

Este reconhecimento mundial da noção de MFA a partir dos anos 1990 reflete duas ordens de fatores distintos em cena no debate internacional, porém interligados. Numa primeira aproximação, a multifuncionalidade da agricultura pode ser concebida como um conjunto de idéias capaz de reorientar as políticas públicas e o próprio modelo de agricultura, na abordagem chamada “normativa” ou como um novo referencial analítico no qual se procura definir teoricamente as externalidades da atividade agrícola, numa abordagem “positiva” (MORUZZI MARQUES e FLEXOR, 2007).

No posicionamento normativo, a construção da noção de MFA emerge a partir da avaliação das formas de se fazer agricultura oriundas do modelo tecnológico da Revolução Verde, em virtude das suas conseqüências em termos sociais, econômicos, ambientais e culturais, expressando a pretensão de realçar as demais funções que podem ser desempenhadas pela agricultura – como a conservação dos recursos naturais e da diversidade agrobiológica, a manutenção da coesão social e da herança cultural nos territórios, entre outras

- além de sua função primária de produtora de alimentos, matérias primas e fibras (MALUF, 2002a). Neste sentido, entende-se que a noção de MFA é decorrente da constatação, gestada desde os anos 1970, de que o modelo agrícola intensivo no uso de energia e centrado na produção de bens primários submetidos às exigências do mercado globalizado – *commodities* - não permite mais que a agricultura desempenhe suas funções públicas associadas e “originárias”<sup>7</sup> (CARNEIRO, 2002).

Assim, a noção em pauta constituiria uma nova síntese das múltiplas dimensões (econômica, ambiental, cultural, social, agrônômica, política) envolvidas na atividade agrícola, bem como na reprodução das famílias rurais e nas formas de ocupação dos territórios rurais, contrapondo-se à idéia de modernização da agricultura sob o padrão de homogeneização e mercantilização crescente orientado para o desenvolvimento urbano-industrial, alinhando-se desta forma à noção de desenvolvimento (rural) sustentável (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Pelo lado positivo, a noção de MFA é entendida a partir de um olhar econômico estrito, tendo em vista o debate acerca das “considerações não comerciais sobre a agricultura”, inscrito no âmbito dos acordos comerciais agrícolas na Organização Mundial do Comércio (OMC) (MALUF, 2002a).

Esta concepção parte do princípio de que a agricultura gera tanto externalidades positivas, sob a forma de produtos não-mercadorias, quanto externalidades negativas, sob a forma de poluição dos recursos hídricos e erosão dos solos por exemplo, havendo a necessidade de se estabelecer uma conjunção ótima (*jointness*) entre estas, pelo incremento das primeiras e/ou redução das segundas. Isto seria realizado através da ação dos mercados privados num contexto de liberalização comercial, pela mercantilização dos produtos não-mercadorias (MALUF, 2002b).

---

<sup>7</sup> “Originárias” porque, segundo Carneiro (2002), as funções públicas de preservação da agrobiodiversidade, conservação das paisagens e dos recursos naturais, manutenção da coesão social e cultural nos territórios rurais, entre outras, são características das explorações camponesas que foram marginalizadas em prol de uma agricultura industrializada durante o processo de modernização agrícola. Este, por sua vez, ao privilegiar a exclusividade da lógica produtivista engendrou uma agricultura “disfuncional” dos pontos de vista ecológico, cultural, social e também econômico, já que depende de subsídios públicos para se manter.

Entretanto, as falhas nos mercados não permitem a mercantilização destas “*non-trade concerns*”, que em sendo públicas, não respondem aos fenômenos de exclusividade e rivalidade próprios dos bens privados. Haveria então que se buscar alternativas governamentais e/ou não-governamentais – sempre limitadas de modo a não interferir no funcionamento dos mercados - para garantir o funcionamento deste mecanismo de conjunção, maximizando a produção de externalidades positivas pela (i) regulamentação, (ii) ação incitativa (subsídios para estimular a oferta de externalidades positivas ou multas para coibir a produção de externalidades negativas) e (iii) internalização do tratamento da externalidade negativa no custo de produção do bem (CAZELLA et al., 2009). Neste sentido, esta concepção economicista considera a dimensão de bens públicos das várias funções atribuídas à agricultura enquanto resultados conjuntos da atividade produtiva, o que supostamente se acentuaria com a liberalização comercial (MALUF, 2002b).

Segundo Abramovay (2002), a noção de MFA só adquiriu relevância no ambiente acadêmico e político por suas conseqüências sobre o debate travado na OMC acerca do comércio agrícola internacional e dos subsídios à agricultura. Em dezembro de 1999, as diferentes posições sobre o comércio agrícola internacional ficaram evidentes durante o fracasso da chamada Rodada do Milênio em Seattle, onde a União Européia (UE) fez uso da noção de MFA ao argumentar que as múltiplas funções exercidas pelo “modelo europeu de agricultura” exigiam que o setor não tivesse um tratamento meramente comercial, legitimando então a manutenção dos subsídios agrícolas, em oposição às demandas de liberalização e remoção das barreiras comerciais aos produtos agrícolas, encabeçadas pelos países do Grupo de Cairns (SOARES, 2000/2001).

Portanto, no debate internacional, a noção de MFA se encontra tensionada em duas direções ao mesmo tempo distintas e interligadas: se por um lado, ela pode se constituir em uma artimanha para encobrir medidas protecionistas e para legitimar o modelo de desenvolvimento rural e agrícola em vigor até então, por outro lado, não se pode negar tampouco que existe uma tendência crescente nas sociedades contemporâneas à valorização das

funções não imediatamente mercantis preenchidas pelos agricultores, valorização esta que encontra respaldo na contestação do padrão de desenvolvimento hegemônico inaugurado a partir da Revolução Verde (ABRAMOVAY, 2002).

Estas duas concepções estão em disputa, especialmente no contexto europeu e particularmente no francês, onde a utilização da noção de MFA ora legitima os aportes financeiros à agricultura através da política de subsídios da Política Agrícola Comum da UE; ora embasa, conceitual e metodologicamente, a construção de políticas diferenciadas para o apoio aos agricultores que, além da produção agrícola *stricto sensu*, desempenham uma série de outras funções ambientais e sócio-culturais associadas à atividade agrícola e aos territórios rurais, como no caso dos Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTEs). Desta forma, e visando tornar mais claras as relações decorrentes deste tensionamento da multifuncionalidade, cabe aprofundar o debate sobre a noção de MFA nos contextos europeu e francês.

## **2.2. O debate no contexto europeu e francês:**

A noção de MFA ganha terreno na Europa através do debate e da consecução da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 1992, no mesmo ano em que emerge no debate internacional (ABRAMOVAY, 2002).

Dos seus primórdios (1962) até a reforma de 1992, a PAC utilizava como mecanismo de subsídio a sustentação dos preços agrícolas, ou seja, a UE, através da PAC injetava dinheiro na agricultura não de forma direta, mas por uma via indireta de formação dos preços agrícolas. Este mecanismo de subsídios foi responsável pelo aumento da produtividade agrícola a ponto de colocar a França entre os principais países agroexportadores mundiais<sup>8</sup> (CAZELLA e ROUX, 1999).

Durante três décadas, a política propiciou um processo espetacular de modernização agrícola, baseado na mecanização das unidades de produção e na quimificação dos processos produtivos, permitindo alcançar incrementos

---

<sup>8</sup> “Em dez anos [de 1962 a 1972], a Comunidade Comum Européia passou de importadora [de alimentos] para exportadora, graças aos altos subsídios agrícolas” (DELGADO et al., 2003, p22).

elevados na produtividade de cultivos e criações (ARRANZ et al., 2008), transferindo o acréscimo de produtividade e de renda da agricultura para outros setores da economia, ao passo que consolidava o mercado interno e liberava um excedente de mão de obra a ser incorporado no setor urbano-industrial (DELGADO et al., 2003).

Entretanto, a PAC tornou-se vítima do próprio sucesso. A introdução de tecnologias modernas no setor agrícola ocasionou uma série de conseqüências econômicas e ambientais, e aprofundou as desigualdades entre os países, entre as regiões de um mesmo país, e entre agricultores de uma mesma região, além de ter privilegiado certos produtos em detrimento de outros, como a carne bovina, os grãos, e o açúcar de beterraba (ABRAMOVAY, 2002).

Este modelo começou a demonstrar sinais de deterioração já na década de 1970, durante os choques do petróleo, e alcançou o seu limite nos anos 1980, sob cerrada crítica dos movimentos ambientalistas<sup>9</sup>. Emerge também o debate dos problemas externos desta política, ligados ao excesso de produção agrícola e às pressões exercidas pela OMC contrárias à concessão de subsídios aos preços agrícolas. Neste cenário de constrangimentos internos e externos, os subsídios à agricultura, da forma como vinham sendo realizados, são postos em questão (DELGADO et al., 2003).

Com o objetivo de contornar esta situação, uma mudança drástica na maneira de auxiliar a agricultura foi adotada na reforma da PAC em 1992 – também conhecida como reforma MacSharry. Após 30 anos da política de preços subsidiados, esta deu lugar ao sistema de subsídios diretos aos agricultores (CAZELLA e ROUX, 1999).

Subjacente a esta alteração, reside a idéia de “desvinculação” (*delinking* ou *dècouplage*) entre produção e renda, o que leva a pensar em um descolamento entre pagamentos de subsídios e o montante de gêneros agrícolas produzidos. Assim, na PAC pós-1992, a produção agrícola pauta-se pelas dinâmicas do livre mercado, sem as distorções causadas pelos preços

---

<sup>9</sup> Cabe destacar ainda que, nos anos recentes, os episódios da vaca louca, das aves contaminadas por dioxinas, e de outras crises alimentares contribuíram para alertar a sociedade européia e mundial dos impactos negativos do modelo agrícola intensivo fomentado por subsídios públicos (DELGADO et al., 2003).

subsidiados, e a renda recebida pelos agricultores não se relaciona linearmente a esta produção, sendo os pagamentos diretos (também chamados de compensatórios) orientados cada vez mais para a cobertura de externalidades positivas que, por definição, o mercado é incapaz de contemplar (ABRAMOVAY, 2002). Desta forma, os agricultores comercializam seus produtos pelos preços vigentes do mercado internacional, mas são compensados por depósitos diretos em suas contas bancárias, oriundos de Bruxelas (CAZELLA e ROUX, 1999).

Estes depósitos diretos, a princípio, nada teriam a ver com a produção agrícola, seguindo o critério de “desvinculação”, mas seriam realizados na medida em que o agricultor cumprisse com certos requisitos relacionados com a proteção do ambiente e a conservação da paisagem, isto é, segundo “eco-condicionalidades” (ALLES, 2005).

Entretanto, o rumo que a nova PAC tomou não foi bem o previsto. Apesar da idéia de “desvinculação”, a política pós-reforma continuou remunerando os agricultores mais dotados de terras ou cabeças de gado, não rompendo com a lógica hegemônica do movimento modernizante. Desta forma, apesar de se ter mudado a sua forma, os subsídios agrícolas continuaram concentrados em alguns países, regiões, produtos, e categorias de agricultores. A relação de 80% dos fundos destinados à agricultura concentrados nas mãos de 20% dos agricultores, constatada antes de 1992, não mudou com a reforma MacSharry (ABRAMOVAY, 2002).

A substituição da sustentação de preços pelo mecanismo dos pagamentos diretos implica ainda em outra consequência, que é resultado do “descasamento” entre produção e renda. Embora não tenha rompido com a lógica vigente desde sua criação em 1962, a reforma da PAC abriu caminho para que os subsídios agrícolas fossem mais transparentes, já que são individualizados e independentes da produção agrícola. Isto permitiu a contestação desta política por parte da sociedade européia e mundial, que passou a se tornar refratária quanto à magnitude dos pagamentos e a distribuição desigual dos benefícios. A situação, na opinião de muitos setores

da sociedade, não tinha legitimidade dos pontos de vista social, econômico ou ambiental (DELGADO et al., 2003).

Desta forma, a reforma da PAC de 1992 embute uma contradição fundamental que, e de acordo com Abramovay (2002), se exprime no debate da multifuncionalidade da agricultura: de um lado está o discurso oficial do modelo europeu de agricultura, que privilegia a noção de MFA, e a adoção de eco-condicionalidades para legitimar o pagamento de ajudas diretas aos agricultores; e de outro lado está a concretização da política que, tendo por parâmetros de pagamento a extensão de terras e a produtividade das unidades de produção, acabam mantendo e por vezes aprofundando<sup>10</sup> os privilégios históricos de um número reduzido de agricultores subvencionados, contribuindo para fortalecê-los como grandes agroexportadores mundiais.

Neste contexto contraditório, a noção de MFA foi incorporada aos debates sobre desenvolvimento rural na Europa, e a aceitação deste termo torna-o sujeito a diferentes interpretações, sendo algumas puramente estratégicas. Nestes termos, a noção de MFA foi utilizada como simples pretexto pela UE na Rodada do Milênio, para manter os subsídios agrícolas da PAC aos produtores especializados e de agricultura intensiva (DELGADO et al., 2003), notadamente praticantes de uma agricultura não multifuncional. Segundo Gallardo et al. (2003, p.172):

“A multifuncionalidade, como foi considerada pela Comissão Européia [em 1999], não foi o resultado de uma reflexão acerca do “modelo europeu de agricultura”, mas nasceu devido à razões externas, como um álibi ideológico para se opor aos principais rivais na rodada de negociações da OMC.”

No entanto, e apesar dos contra-sensos, o discurso da multifuncionalidade vem ganhando força, legitimidade social, e espaço entre pesquisadores, agricultores e membros dos governos, e inspirou a formulação

---

<sup>10</sup> “Antes de 1992, as culturas de grãos, que recebiam 29% dos gastos públicos totais, passam a receber, com os pagamentos diretos, nada menos que 43% dos subsídios europeus” (ABRAMOVAY, 2002, p.243).

de políticas públicas como a política agrícola francesa que instituiu os Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTEs), pela lei de orientação agrícola (LOA) de 1999.

Os *Contrats Territoriaux d'Exploitation* representaram um instrumento político que permitiu integrar a dimensão territorial na agricultura, recuperando uma dimensão agrária, renovada e multifuncional, às estratégias de desenvolvimento rural (ARRANZ et al., 2008).

Trata-se de reconhecer que a "missão alimentar" da agricultura já não constitui o seu único objetivo, sendo que a política agrícola francesa, como enuncia o primeiro artigo da referida LOA:

"(...) leva em conta as funções econômica, ambiental e social da agricultura e contribui para o ordenamento do território, almejando um desenvolvimento sustentável" (RÉMY, 2004, p.21).

A promoção desta multifuncionalidade se daria através do instrumento dos Contratos, que tinham por objetivo:

"(...) incitar as unidades agrícolas a desenvolver um projeto econômico global que integre a funções da agricultura mencionadas no artigo um da lei número 99.574 de nove de julho de 1999 de orientação agrícola" (RÉMY, 2003, p.155).

Em alguma medida, esta LOA de 1999 é a antítese da LOA de 1962 que, na esteira da PAC, privilegiou os agricultores ditos profissionais, modernizados e especializados (RÉMY, 2004).

Os CTEs envolviam um contrato individual de cinco anos de duração, entre os agricultores e o Estado, para viabilizar um projeto que deveria reconciliar o desenvolvimento econômico dos empreendimentos agropecuários com as considerações acerca do ambiente e da conservação dos recursos naturais (DURAND, 2003).

Através do CTE, o agricultor signatário comprometia-se a cumprir uma série de compromissos relacionados com: a dimensão produtiva de sua unidade de produção, como tipos de cultivos, e uso de insumos; a dimensão ecológica, como a conservação dos recursos naturais; a dimensão cultural, com a valorização do patrimônio sociohistórico local; e a dimensão econômica, com a criação e/ou manutenção dos empregos no campo e as melhorias das condições de trabalho (ARRANZ et al., 2008).

Após um diagnóstico da propriedade, se efetuava um projeto global de manejo, com a participação do agricultor e de técnicos (RÉMY, 2003). Este caráter global implica em uma mudança importante em relação à política setorial, orientada quase que exclusivamente a financiar ações inspiradas na lógica da produtividade (ARRANZ et al., 2008).

As ações a serem desenvolvidas, propostas pelo projeto de cada CTE, eram escolhidas em meio a um repertório de ações possíveis, estabelecidas em função das problemáticas ambientais, territoriais e socioeconômicas nas quais se inscrevem as propriedades em nível local e regional (RÉMY, 2003). Cada departamento<sup>11</sup> determinava as ações a serem seguidas pelos estabelecimentos, que eram desenvolvidas de acordo com as prioridades de cada localidade, como a proteção da qualidade da água no *Ille-et-Vilaine département*, ou o fomento a qualidade da carne bovina e a conservação da biodiversidade no departamento de *Meuse* (DURAND, 2003).

Para que o contrato fosse válido, o contrato individual de cada agricultor deveria ser aprovado pela *Commission Départementale d'Orientation Agricole*, formada em nível local por organizações agrárias (cooperativas, associações, sindicatos rurais), associações de ecologistas, de consumidores, de caçadores, e representantes da administração pública, sendo essa Comissão a encarregada de zelar pela formalização dos contratos e seu efetivo cumprimento (ARRANZ et al., 2008). Este aspecto merece ser destacado, já que significou uma mudança de uma visão setorial do espaço rural – visto

---

<sup>11</sup> “Departamento é a unidade político-administrativa do território francês sob a autoridade de um governador, assessorado por um conselho de representantes. O departamento inclui diferentes municípios e se insere em uma unidade territorial mais ampla, de recorte político-administrativo, chamada região, que inclui diversos departamentos” (RÉMY, 2003, p.167).

como exclusivamente agrícola – para um enfoque territorial, onde há espaço para a intervenção de novos atores sociais.

Em 2003, após a eleição do presidente Jaques Chirac e a mudança de governo, os CTEs foram suprimidos<sup>12</sup>, sendo então substituídos pelos Contratos de Agricultura Sustentável.

A curta experiência dos CTEs (de 1999 a 2003) ajudou a colocar em evidência, de um lado, o forte sistema de subsídios da PAC, responsável pela manutenção de uma agricultura altamente produtivista, e, de outro lado, as medidas financeiras menos importantes, que apóiam o exercício de uma outra lógica na agricultura. Neste ultimo caso, as atividades agrícolas passam a ser articuladas a outros temas e preocupações, tais como a qualidade dos alimentos, a proteção do meio ambiente e a valorização dos diferentes territórios (CAZELLA e ROUX, 1999).

Neste sentido, a idéia de multifuncionalidade da agricultura, materializada e promovida pelos Contratos Territoriais de Estabelecimento, refunda a política agrícola francesa considerando a missão ambiental, territorial e sociocultural da agricultura, que deixa de ser entendida como:

“(...) uma simples escapatória imaginada por engenhosos ilusionistas para assegurar a perenidade das subvenções à agricultura, mas um princípio indissociável do desenvolvimento sustentável” (RÉMY, 2004, p.47-48).

Muito mais que uma forma de legitimar velhos interesses, a noção de MFA inscrita nos CTEs aponta para o esgotamento de um modelo de intervenção de caráter setorial, e sua substituição por uma ação pública cada vez mais diversa e negociada, que leva em conta as características das diferentes regiões e que se estrutura em projetos territorializados (ABRAMOVAY, 2002).

---

<sup>12</sup> Pelo decreto 2003.677 de 22 de julho de 2003 (RÉMY, 2003, p.168).

### **2.3. Distintas concepções em torno da noção de multifuncionalidade:**

Após situar historicamente o surgimento da noção de MFA, dando destaque para o debate internacional e, sobretudo o francês através da discussão dos CTEs, busca-se apresentar as distintas concepções em torno da mesma.

Partindo do exposto acima, e das considerações de Carneiro e Maluf (2003) sobre a utilização da idéia de MFA na realidade rural brasileira, pretende-se delimitar o enfoque que norteará o restante da dissertação.

De maneira geral, a noção de multifuncionalidade da agricultura pode ser entendida como um novo olhar sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios nas dinâmicas de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias em sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos (CAZELLA et al., 2009).

Como a experiência dos CTEs deixa claro, a promoção da multifuncionalidade da agricultura na Europa<sup>13</sup> está associada a uma estratégia de alocação individual e contratual de recursos públicos aos agricultores para retribuir funções sociais e ambientais de interesse público associadas à produção e aos territórios rurais (SABOURIN, 2008). Estes recursos são distribuídos segundo critérios, objetivos traçados e prioridades, que se traduzem na preservação da paisagem, dos recursos naturais, dos bens culturais, na manutenção dos empregos, etc, não podendo ser considerados como subsídios ou transferências de renda, mas sim como retribuições reguladas a partir de um contrato (ABRAMOVAY, 2002).

Nesta perspectiva européia, sobretudo francesa de multifuncionalidade, os pagamentos a determinados agricultores se dão por um serviço desempenhado por estes – e também por seus estilos de agricultura. Como assinalam Huylenbroeck e Durand (2002, p.12):

---

<sup>13</sup> Os CTEs serviram de referência para outras experiências desenvolvidas em países membros da UE, como Reino Unido, Suécia, Países Baixos e Espanha (ARRANZ et al., 2008).

“Multifuncionalidade não significa apenas uma mudança no sistema de suporte aos agricultores, mas requer uma mudança fundamental nas práticas cotidianas dos estabelecimentos, uma mudança nas relações entre agricultores e outros atores, o desenvolvimento de novos sistemas de comercialização e de cooperação, permitindo a remuneração pelas contribuições de caráter público”.

Há desta forma, uma exigência de novas condicionalidades em termos de *qualidade* – e não mais de *quantidades produzidas* – para se manter os aportes financeiros à agricultura, tais como os relativos aos aspectos ecológicos, territoriais, socioculturais e também econômicos (ALLES, 2005).

Como se buscou expor, a noção de MFA se encontra tensionada entre duas posições distintas: de um lado, têm-se a chamada posição normativa, onde a multifuncionalidade surge como abordagem inovadora para se compreender a agricultura e os processos de desenvolvimento rural, a partir do reconhecimento e do fomento às diversas funções não diretamente produtivas associadas ao meio rural, em um paradigma alternativo ao da modernização conservadora. Neste campo, construído a partir da crítica ao modelo agrícola produtivista, o enfoque recai sobre o território, apreendendo-se as diferentes agriculturas e os diversos modos de vida que se reproduzem no rural a partir de um olhar territorializado, englobando os aspectos ecológicos (conservação do solo, água, biodiversidade, paisagem), socioculturais (manutenção e transmissão do patrimônio cultural de determinada localidade) e econômicos (diversificação da produção agrícola, atividades não-agrícolas, construção social dos mercados, redes de economia solidária, circuitos curtos de distribuição da produção) em cena. A experiência francesa dos CTEs se inscreve nesta perspectiva, já que objetivou uma gestão negociada do espaço rural e da própria agricultura, levando em conta os papéis que esta desempenha, efetiva e potencialmente, para a sociedade.

Por outro lado, a noção de MFA pode ser construída a partir de uma posição positiva, em uma ótica estritamente econômica, que considera as funções não diretamente produtivas apenas como o resultado conjunto da

produção agrícola, para o qual uma maior liberalização comercial supostamente contribuiria (MALUF, 2002b). Neste enfoque, as atenções voltam-se para a atividade agrícola *stricto sensu*, tomada como a responsável por produzir tanto externalidades positivas como externalidades negativas, desvinculado de um olhar territorializado. Desta forma, trata-se de apoiar as agriculturas mais produtivas (e especializadas), desde que se garanta uma conjunção ótima entre externalidades positivas produzidas e externalidades negativas suprimidas.

O enfoque normativo da MFA, mais amplo e supra-setorial busca apoiar os agricultores pela entrada não mercantil da intervenção pública, através de políticas de apoio, que podem ser contratualizadas, como foi o caso dos CTEs. Trata-se do reconhecimento público dos dispositivos geralmente coletivos e não mercantis associados à atividade agropecuária, assegurando o desempenho de funções de interesse geral (SABOURIN, 2008).

O enfoque positivo é mais estreito e restrito, e condiz com uma estratégia de intervenção pela via de mercado, isto é, pela internalização das externalidades, através de um provimento privado aos produtos não-mercadoria (MALUF, 2002a). Aqui, a ênfase recai sobre a mercantilização dos produtos não mercadoria, como no caso da remuneração percebida pelos agricultores em decorrência da atuação em um mercado de seqüestro de carbono, por exemplo. Trata-se de construir e de vender um valor agregado gerado tanto pelo valor material e de uso de determinado bem, como pelos valores humanos e culturais, sociais e ambientais adicionados, como no caso de produtos orgânicos certificados, por exemplo (SABOURIN, 2008).

Para Laurent (2000, apud ALLES, 2005) é possível identificar três principais correntes de pensamento em torno da noção de MFA: o primeiro considera o debate puramente retórico, visando manter as atuais práticas econômicas e de políticas públicas. A expressão desta corrente seria a utilização da noção de MFA como artifício ideológico para justificar e legitimar os subsídios aos agricultores especializados e intensivos no âmbito da PAC. A segunda visão considera o debate da multifuncionalidade como uma nova estratégia econômica para a agricultura, aproximando-se do enfoque que

pressupõe a mercantilização dos produtos não-mercadoria. O terceiro registro, ao qual nos filiamos, associa a noção de MFA a uma estratégia política para refundar as relações entre os campos econômico, social e os processos biológicos, numa aproximação com a idéia de desenvolvimento sustentável.

Como se pode desprender das considerações acima, o desenvolvimento conceitual<sup>14</sup> da multifuncionalidade é, ainda, reconhecidamente insuficiente, estando a noção e os seus sentidos em disputa (ALLES, 2005).

Para Carneiro e Maluf (2003), a noção de MFA é útil na medida em que pode ser considerada um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite observar dinâmicas, fatos e potencialidades obscurecidas pelo enfoque que privilegia os processos econômicos. A noção pode ser aplicada no estudo da realidade rural brasileira, ainda que se lembre que, no Brasil, a promoção de uma agricultura multifuncional obrigatoriamente deverá envolver uma dimensão de estímulo a produção de alimentos e de incremento das rendas dos agricultores familiares. O papel relevante que a atividade agrícola, especialmente a produção agroalimentar, tem na conformação do rural e na reprodução das famílias rurais, é um dos elementos diferenciadores da noção de MFA aplicada no Brasil de suas aplicações (e concepções) européias (CAZELLA et al., 2009).

Enquanto na França a noção se associa a um recuo do produtivismo na direção da sustentabilidade ambiental e da qualidade dos alimentos, no Brasil, apesar dos sucessivos recordes de produção agrícola, não se pode considerar que a produção agroalimentar, o acesso ao crédito, e a distribuição de terras sejam questões bem resolvidas e equacionadas. Assim, a noção de MFA nas condições nacionais deve abordar estas questões, e articulá-las com os aspectos ambientais, territoriais, socioeconômicos e culturais envolvidos na produção agrícola (MALUF, 2003). Desta maneira, a adoção deste enfoque não significa o descarte dos estímulos à produção mercantil de base familiar, pelo contrário, a produção agrícola mercantil – agora associada a outras dimensões que não apenas a econômica - ocupa um papel relevante na

---

<sup>14</sup> É por este motivo que, neste texto, se usa o termo “noção de MFA” ao invés de “conceito de MFA”.

superação dos quadros de pobreza em que se encontram as famílias rurais (KATO, 2006).

De acordo com Carneiro e Maluf (2003), é possível fazer duas ressalvas quanto ao uso dos termos empregados na própria denominação de “multifuncionalidade da agricultura”. Em primeiro lugar, há o viés funcionalista presente na idéia de múltiplas funções da agricultura, que em parte é explicado pela intenção de se garantir o reconhecimento social e o aporte de recursos monetários às contribuições (funções) não exclusivamente produtivas da agricultura.

A discussão acerca das funções que a agricultura desempenha (ou deveria desempenhar) para o conjunto da sociedade não é nova, tendo sido colocada em questão nos debates sobre o desenvolvimento econômico no Brasil em meados dos anos 1960. Naquele período considerava-se que a agricultura deveria ser capaz de exercer suas funções clássicas, tais como produção de matérias-primas e alimentos em quantidades e a baixos preços, liberação de mão de obra para a indústria e a criação de um mercado de bens industriais. Estas funções poderiam ser adequadamente cumpridas mediante a integração do setor agrícola ao industrial, tanto à jusante pela compra de insumos, maquinário e agrotóxicos, quanto à montante, através da oferta de matérias primas agroindustriais.

Contudo, o que muda são as funções valorizadas nos diferentes contextos históricos. A noção de multifuncionalidade da agricultura se distancia desta concepção conservadora por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural, e suas outras contribuições que não apenas a produção de bens privados.

Enquanto que a primeira visão colocava a agricultura como peça-chave para subsidiar o processo de desenvolvimento urbano-industrial, a noção de MFA reconhece a insustentabilidade do modelo agrícola industrial oriundo deste movimento modernizador. Ao buscar o rompimento com o enfoque setorial, a partir de uma abordagem calcada nos territórios, a noção de MFA amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, que se torna

responsável pela conservação dos recursos naturais, do patrimônio sócio-cultural e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Não se trata, portanto, de reeditar uma visão funcionalista que, ao privilegiar um modelo produtivista, ignora as tensões e contradições entre o mundo rural e a sociedade que ele integra e contribui para dar forma; ao contrário, trata-se de repensar o papel da agricultura em uma sociedade mais atenta e preocupada com as questões de sustentabilidade ambiental e desigualdade social. Assim, estabelece-se desde logo que nem todas as formas de agricultura são multifuncionais (MALUF, 2002b).

Neste sentido, Cazella et al. (2009) ressaltam que a aplicação da noção de MFA para além das formas de agricultura familiar é problemática, uma vez que são estas agriculturas que melhor expressam, efetiva ou potencialmente, o que a noção pretende reconhecer e promover: modelos de produção agropecuária socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas.

A segunda dificuldade na utilização do termo vem do uso do vocábulo “agricultura”, que no contexto da noção de MFA é ampliado a ponto de englobar uma série de atributos de ordem social, econômica, ambiental e cultural, além do aspecto produtivo propriamente dito. Tal utilização remete às controvérsias em torno da definição de “rural”, que apesar de comportar o não agrícola, tende a ser visto a partir da atribuição de um peso excessivo à dimensão agrícola na reprodução das famílias rurais e na dinamização dos territórios onde elas se inserem (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Nestes termos, Carneiro (2002) coloca que a expressão a ser utilizada deveria ser a de multifuncionalidade “do território”, já que se busca ultrapassar o enfoque setorial, exclusivamente agrícola, que orientou (e em grande medida orienta) os programas e as políticas de “desenvolvimento rural<sup>15</sup>”, que na realidade, tornam-se voltadas ao desenvolvimento agrícola. Desta forma, e para a autora, a agricultura não deveria ser encarada como o foco central da

---

<sup>15</sup> Há um amplo debate nas ciências sociais acerca das definições de “rural” e de “urbano”, e de suas relações. No entanto, vale dizer que o rural comporta muitas outras dimensões além da agrícola, fato ignorado pelas políticas de modernização da agricultura, moldadas em uma lógica de oposição entre um “rural atrasado e agrícola” e um “urbano moderno e industrializado” (CARNEIRO, 1998).

multifuncionalidade, mas como uma atividade que se articula às demais no esforço de conservar o meio ambiente e de manter o tecido sociocultural.

No entanto, continua-se adotando a terminologia multifuncionalidade “da agricultura” por reconhecer que a agricultura constitui-se na atividade responsável por dinamizar muitas regiões rurais e por permitir o desabrochar das outras funções (CARNEIRO e MALUF, 2003). Depois, e nas condições brasileiras, o fomento à expansão da produção agrícola e da agricultura de base familiar é de extrema importância, e não pode ser relegado a segundo plano em um enfoque que busca se aproximar da noção de desenvolvimento sustentável (MALUF, 2002a).

Para Cazella et al. (2009), o recurso à terminologia multifuncionalidade da agricultura, em contraposição ao uso de multifuncionalidade do território, advém do fato de que só é possível falar em múltiplas funções quando estas se referem às atividades produtivas em geral, designando os efeitos simultâneos e diferenciados de uma atividade qualquer para além de sua função primária, geralmente de ordem econômica, qual seja a produção de um bem ou a prestação de um serviço.

Segundo os autores, a utilização da noção de MFA adquire sentido apenas quando se analisa *o sistema de atividades das famílias rurais*, entendido como o conjunto articulado de atividades agrícolas e não agrícolas, remuneradas ou não, de índole econômica, ambiental, social e simbólica, desempenhadas pelos membros das famílias, com o objetivo de assegurar a sua reprodução sociocultural e econômica. Este sistema de atividades é organizado e realizado no interior das famílias, e é a partir destes sistemas de atividades, e também de normas coletivas de uso dos recursos comuns, que são imaginados e implementados os territórios. Assim, os territórios são construídos para alcançar tantos os objetivos individuais das famílias, como também objetivos coletivos, negociados entre as diversas famílias e outros atores sociais, tendo influência na reprodução social das mesmas (CAZELLA et al., 2009).

Desta forma, enquanto o sistema de atividades remete ao espaço privado e doméstico da unidade familiar, a noção de território remete ao espaço

público e coletivo, disputado por diversos atores sociais. Estes espaços exercem uma influência mútua um no outro, sendo que o sistema de atividades – e a agricultura inclusa neste sistema, muitas vezes como atividade central e polissêmica<sup>16</sup> - molda e antecede o território. Assim, as múltiplas funções da agricultura são desempenhadas no âmbito de um sistema de atividades diversificado, territorializado, com vistas a garantir a reprodução social e econômica do grupo doméstico, e não a partir de um território “esvaziado”, que por si só já desempenharia múltiplas funções para além da produção.

Também é possível desprender daí que a noção de MFA, ao ser construída a partir da relação entre sistema de atividades e território, engloba a temática da pluriatividade, mas não se limita a ela, ao contrário do verificado em outras abordagens que consideram como sinônimos a noção de multifuncionalidade da agricultura e o exercício de atividades não agrícolas remuneradas por famílias rurais, como a prestação de serviços turísticos por exemplo (AMBRÓSIO, 2008). A noção de MFA, embora possa englobar as atividades não agrícolas como uma de suas expressões, é muito mais ampla do que a constatação de que famílias rurais exercem também tais atividades de forma remunerada, fora ou dentro de seus estabelecimentos.

De acordo com Lacerda e Moruzzi Marques (2008) o debate da multifuncionalidade aciona a idéia de pluriatividade, e as duas noções comumente se confundem e se distorcem, uma vez que as fronteiras existentes entre as duas são pouco claras. Para Carneiro (2002), a pluriatividade, associada sobretudo ao setor de serviços e combinada com a noção de multifuncionalidade, alimenta a discussão sobre as novas características da ruralidade nos dias atuais.

Com efeito, se identifica a pluriatividade com os novos papéis e as novas funções econômicas atribuídas ao rural, que no caso se caracteriza pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias em razão do aumento da participação das atividades não agrícolas na geração de rendas, e

---

<sup>16</sup> Refere-se aqui aos múltiplos significados e funções que a atividade agrícola pode ter para as famílias rurais: fonte de renda monetária, função de autoprovisionamento de alimentos, e/ou significado simbólico, associado à construção de uma identidade sócio-profissional.

também pela não identificação do espaço rural apenas ao agrícola (MAIA et al., 2009).

Segundo Anjos (2001), o termo pluriatividade se refere a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (incluindo o setor de serviços), realizadas dentro e/ou fora da unidade de produção, admitindo-a como um fator positivo para a diversificação das economias e para o desenvolvimento das regiões rurais. Anjos e Caldas (2006) colocam que a pluriatividade acha-se conectada a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura e das novas ruralidades, abrindo a possibilidade de vislumbrar alternativas de diversificação das economias e de desenvolvimento sustentável.

Assim, considera-se como pluriatividade o exercício combinado de atividades remuneradas não agrícolas e de atividades agrícolas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento familiar (Schneider, 2001).

Para Carneiro (2006), o debate acerca da pluriatividade se pauta por duas visões: uma que considera o fenômeno um “transbordamento do urbano sobre o rural”, responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, associadas à descentralização e a interiorização das indústrias, com a conseqüente dinamização do mercado de trabalho nas regiões rurais. Esta concepção, que está no centro da noção de “novo rural brasileiro”, proposta pelo projeto Rurbano<sup>17</sup>, enfatiza o aspecto da mudança do perfil socioeconômico no campo provocado pela diversificação das atividades econômicas que estariam concorrendo com as atividades agrícolas.

A outra visão estabelece que a prática da pluriatividade não é estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas, e atua como mecanismo de manutenção e de fortalecimento das famílias e da agricultura por elas desenvolvida. Este fenômeno seria, ao mesmo tempo, conjuntural e estrutural, e seria resultado da combinação de fatores externos e internos à dinâmica familiar, prevalecendo em determinados contextos onde a articulação

---

<sup>17</sup> O chamado Projeto Rurbano é coordenado pelo professor José Graziano da Silva, e conta com a participação de diversos pesquisadores e instituições acadêmicas. O Projeto, iniciado em 1997, busca analisar as principais mudanças ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas, com base no exame de dados demográficos. Mais informações em [www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html)

das famílias com o mercado se dá preferencialmente através de atividades não agrícolas, e não mais pela produção agrícola em si (CARNEIRO, 2006).

Ao considerar que a noção de MFA remete ao reconhecimento e a valorização das funções não mercantis e de caráter público associadas à agricultura, como “manutenção-construção” da paisagem, conservação dos recursos naturais, coesão social e cultural sobre determinado território, produção de alimentos de qualidade, entre outros, entendemos que estas funções se articulam à idéia de pluriatividade na medida em que podem se expressar através do desempenho de atividades não agrícolas – comercialização direta de produtos, agroindústrias de transformação familiar, produção de artesanato - e da oferta de serviços – turismo rural, turismo ecológico, serviços ambientais - por agricultores familiares. Neste sentido, e desde a perspectiva da multifuncionalidade, as atividades não agrícolas se associam às múltiplas dimensões ambientais e socioculturais presentes no rural e associadas à agricultura, fortalecendo-as.

No entanto, os estudos referentes ao tema da pluriatividade demonstram que o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas combinadas se dá das mais diversas formas. Observam-se, sob o signo da pluriatividade, práticas tão distintas como o engajamento de agricultores no mercado de trabalho, seja nas indústrias têxtil e calçadista presentes no meio rural (SCHNEIDER, 2001), seja em frigoríficos e abatedouros de aves (PERONDI, 2007), no setor público e de comércio (NIEDERLE e ANJOS, 2005), ou ainda da prestação de serviços como pedreiros, jardineiros, motoristas, caseiros e empregados domésticos em áreas rurais ocupadas por casas de veraneio (MACHADO e CAUME, 2008); também há registro de pluriativos na agregação de valor aos produtos de origem agropecuária via agroindustrialização familiar (AMORIM e STADUTO, 2008; OLIVEIRA, 2009); ou ainda na oferta de serviços turísticos dentro dos estabelecimentos familiares (MARAFON, 2006), como a manutenção de pequenas pousadas, pesque-e-pagues e restaurantes (CARNEIRO, 1998), e o oferecimento de atividades recreativas como cavalgadas, lidas com animais, e ordenhas (AMBRÓSIO, 2008).

De acordo com Anjos e Caldas (2006), a idéia de pluriatividade remete à diversidade de situações concretas que o termo pode abarcar, dependentes tanto das estratégias sociais e produtivas adotadas pelas famílias e por seus membros, quanto pelo contexto socioeconômico em que estão inseridas. Em todas elas existe a combinação de uma atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas, caracterizando múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família.

Tal diversidade de formas complexifica e dificulta a apreensão do fenômeno da pluriatividade, uma vez que permite que sejam colocados sob o mesmo rótulo as atividades de fabricação artesanal de objetos ou a transformação de produtos voltados ao autoconsumo, as agroindústrias familiares, a prestação de serviços turísticos e/ou ambientais dentro dos estabelecimentos, e o assalariamento fora da propriedade, nos mercados de trabalho industrial ou de serviços, seja este permanente ou sazonal.

Desta forma, há que se refinar o conceito, tornando-o mais operacional. Schneider (2006, apud PERONDI, 2007), em um esforço para tornar a idéia melhor definida, identifica cinco tipos de pluriatividade: (1) “intersectorial” quando se refere à articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria e o comércio; (2) “base agrária” quando decorre da demanda por serviços e atividades não agrícolas geradas pelo próprio processo de modernização da agricultura, como a contratação de trabalhadores em agroindústrias; (3) “sazonal” ou “informal” quando se caracteriza pela informalidade e precariedade da venda da força de trabalho, geralmente em atividades sazonais ligadas à produção agrícola; (4) “para-agrícola” quando resulta das atividades de transformação, beneficiamento e/ou processamento da produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade fora deste e destinada a comercialização e; (5) “tradicional” que implica na produção fundamentalmente para o autoconsumo, ocorrendo dentro da propriedade e combinando as atividades de produção, transformação e artesanato.

Lacerda e Moruzzi Marques (2008, p.13), analisando a pluriatividade de agricultores familiares à luz da noção de MFA, argumentam que:

“(...) pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas idéias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas, quanto de análise interpretativa, implicando abordagem a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural”.

Os autores lançam mão da idéia de atividade para-agrícola para estabelecer uma clivagem entre as duas noções, na medida em que a noção de MFA implica em revalorização da agricultura como suporte das funções sociais e ambientais dos territórios rurais, o que não se verifica, necessariamente, na idéia de pluriatividade, especialmente quando se associa esta última a inserção de agricultores em um mercado de trabalho industrial dinâmico e consolidado. Neste sentido, as pluriatividades intersetorial, de base agrária e informal/sazonal propostas por Schneider (2006, apud PERONI, 2007) não dariam conta de apreender as ocupações não agrícolas em suas relações com as funções sociais, econômicas e ambientais da agricultura, uma vez que pressupõe o engajamento dos agricultores em alternativas de ocupação e geração de renda em um contexto de precarização e enfraquecimento da agricultura de base familiar. Estas estratégias, como assinalam Lacerda e Moruzzi Marques (2008, p.13):

“(...) se desenvolvem a fim de ajustar as unidades familiares de produção agrícola às circunstâncias socioeconômicas que lhes são totalmente desfavoráveis. A pluriatividade não constitui em si uma ruptura com as lógicas produtivistas, lógicas que favorecem a concentração fundiária, a degradação ambiental e a exclusão social. Trata-se antes de uma acomodação desconfortável num terreno hostil”.

Desde a ótica da multifuncionalidade, a agricultura se torna responsável pela promoção das demais funções além da produção de alimentos, fibras e energia, que podem se traduzir em atividades não agrícolas como agroindústria familiar, agroturismo e comercialização direta, ocupações que se originam na

agropecuária e na paisagem agrícola e que são estreitamente relacionadas com estas. De certa forma, essas atividades poderiam ser consideradas dentro da pluriatividade (como o faz Schneider), na medida em que se constituem em atividades não agrícolas geradoras de renda, realizadas em combinação com a agricultura *stricto sensu*.

No entanto, se distanciam em larga medida de outras atividades que também são incluídas dentro do campo da pluriatividade, tais como o trabalho assalariado em indústrias, por exemplo, e trazem repercussões distintas sobre o desenvolvimento dos territórios rurais e mesmo sobre a atividade agrícola em si: enquanto as primeiras estão em uma relação de fortalecimento da agricultura, pela agregação de valor via agroindustrialização familiar ou comercialização direta, as segundas estão em relação de enfraquecimento da agricultura, uma vez que os agricultores necessitam complementar suas rendas agrícolas insuficientes com a venda da força de trabalho.

Assim, para tornar o campo de análise mais claro e compreender de que forma as atividades não agrícolas se articulam à noção de MFA, propõe-se excluir as atividades para-agrícolas, isto é, aquelas realizadas em estreita associação com a agricultura e/ou os estabelecimentos familiares, do campo da pluriatividade, que assim se limita à atividade agrícola em tempo parcial combinada ao assalariamento, em circunstâncias nas quais existam mercados de trabalho consolidados e dinâmicos, no setor industrial ou de serviços (LACERDA e MORUZZI MARQUES, 2008).

Entende-se que as atividades não agrícolas podem se associar a noção de MFA, quando são realizadas dentro de um contexto de fortalecimento da agricultura familiar (atividades para-agrícolas), bem como podem ser a expressão de estratégias adotadas pelos agricultores para contornarem constrangimentos oriundos da precarização da atividade agrícola (pluriatividade). A atividade para-agrícola estaria associada a ocupação em tempo integral no estabelecimento familiar ou em atividades paralelas a agricultura (como o trabalho em uma planta de processamento da cooperativa de agricultores familiares, por exemplo), enquanto que a pluriatividade se associaria a ocupação combinada na agricultura e em outra atividade não-

agrícola, na indústria, comércio ou serviço, sem nenhuma relação com o estabelecimento familiar. Nos termos de Machado e Caume (2008, p.100):

“A emergência de atividades não agrícolas na agricultura familiar do Brasil pode ter duas faces: oportunidades devido ao surgimento de boas ocupações valorizadas no meio rural, como comércio, lazer e serviços especializados, e no oposto, oportunidades forçadas, indignas, exploratórias, pouco valorizadas e remuneradas”.

Dentro desta visão, não se confunde atividade não agrícola e multifuncionalidade da agricultura; multifuncionalidade e pluriatividade; e pluriatividade e atividade para-agrícola. A partir da concepção de atividade para-agrícola como ponto de clivagem entre MFA e pluriatividade, pode-se analisar de forma mais clara quais são aquelas atividades não agrícolas que em nada contribuem com o fortalecimento da agricultura familiar (trabalho em indústrias, em frigoríficos, no serviço público, no corte de cana), e quais atividades “não agrícolas” são realizadas de forma a fortalecer a agricultura familiar, porque são desenvolvidas paralelamente a esta (agroindustrialização, turismo rural, construção de mercados alternativos).

Desta maneira, a pluriatividade não se constitui em uma dimensão da multifuncionalidade como coloca Carneiro (2006), sendo mesmo oposta a ela. Poderíamos, outrossim, considerar o exercício de atividades para-agrícolas com uma das expressões da multifuncionalidade da agricultura, inserida dentro da dimensão econômica da noção.

#### **2.4. Expressões e aplicações na realidade brasileira:**

Como foi exposto aqui, a noção de MFA surge mais fortemente na França, como um referencial e um objetivo de política pública. Traduzir e operacionalizar esta noção para a situação brasileira representa um desafio para os pesquisadores empenhados em explorar suas capacidades e desdobramentos interpretativos (MORUZZI MARQUES e FLEXOR, 2007).

Ao tratar das possibilidades e da aplicabilidade da noção de MFA no contexto brasileiro, como um referencial analítico para apreender as peculiaridades da realidade rural nacional, o grupo interinstitucional de pesquisa<sup>18</sup> coordenado por Carneiro e Maluf (2003) identifica *quatro funções chave*, cujo grau de manifestação não é homogêneo, variando de acordo com os distintos contextos territoriais observados. São elas:

1) *Reprodução socioeconômica das famílias rurais.*

É a dimensão econômica da multifuncionalidade, pois diz respeito à geração de trabalho e renda que permite às famílias rurais se manterem no campo, em condições dignas. Envolve as estratégias agrícolas, não agrícolas e para-agrícolas adotadas pelas famílias rurais para ocupar a mão de obra, bem como compreende as outras formas de obtenção de renda, como aposentadorias e benefícios sociais.

No caso brasileiro, a produção agrícola continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias, não obstante possa contribuir mais com a produção para o autoprovisionamento (valor de uso) do que para geração de renda monetária (valor de troca) (CAZELLA et al., 2009). Neste sentido, Maluf (2003) estabelece a importância de se distinguir e se analisar, nesta dimensão, a agricultura praticada pelas famílias da “agricultura em geral”: enquanto a primeira pode adquirir importância pela produção de gêneros voltados ao abastecimento da família, enquanto reduz sua contribuição na geração de renda monetária, a segunda pode ser percebida dentro da perspectiva da pluriatividade, como geradora de ocupação (mesmo que precária) e como dinamizadora do território.

Também se trata nesta função de observar as condições de permanência dos jovens no campo, as percepções da família quanto a qualidade de vida no meio rural e as questões relativas a sucessão das unidades familiares.

---

<sup>18</sup> Trata-se do grupo de pesquisa registrado no CNPq como *Multifuncionalidade da agricultura*, que conta com a participação de pesquisadores das instituições: UFRRJ/CPDA (coord.), UFSC/CCA, UFRGS/PGDR, Embrapa-CNPAM, USP/ESALQ, UFES, UFCG e UFPA (Brasil) e INRA e CIRAD (França).

2) *Características técnico-produtivas, promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade e sustentabilidade da atividade agrícola:*

Esta função abrange os aspectos relacionados à agricultura praticada no âmbito dos estabelecimentos familiares, analisando a produção agroalimentar voltada exclusivamente para o autoconsumo da família, ou para os mercados ou para ambos. Também compreende a contribuição das famílias para o abastecimento alimentar da sociedade, as formas de comercialização e de acesso aos mercados, e as características técnico-agronômicas envolvidas no processo produtivo, como a utilização de mecanização, fertilizantes de síntese, agrotóxicos, entre outros.

Neste campo, a segurança alimentar é entendida nos dois sentidos usuais da idéia, quais sejam, o da disponibilidade e do acesso aos alimentos, em uma dimensão quantitativa, e o da qualidade dos mesmos. A partir do olhar da multifuncionalidade, a segurança alimentar se inscreve no campo dos bens públicos atribuídos a agricultura (junto com biodiversidade, herança cultural e paisagem, por exemplo), e não apenas como bem privado, como é próprio dos enfoques centrados nos produtos. A importância atribuída à produção para o autoconsumo das famílias rurais também ganha relevo como um dos elementos diferenciadores da noção de MFA europeia e da sua aplicabilidade na realidade brasileira, marcada por elevada desigualdade social (MALUF, 2003).

No aspecto técnico-produtivo e de sustentabilidade da atividade agrícola, a ênfase recai sobre a análise e a descrição do modelo tecnológico do qual o agricultor lança mão para o manejo do agroecossistema. Esta orientação tecnológica, mais ou menos intensiva no uso de energia e capital externo ao agroecossistema, irá impactar de forma mais ou menos positiva a base de recursos naturais, a paisagem rural, a produtividade do sistema, a segurança alimentar das famílias, a conservação de recursos da agrobiodiversidade, entre outros aspectos relacionados às múltiplas funções da agricultura.

3) *Manutenção do tecido social e cultural associado a determinado território.*

Se associa esta dimensão aos modos de vida engendrados pela prática da agricultura e pela ocupação dos territórios rurais. Trata-se de compreender as decorrências da agricultura não só para a reprodução econômica e para a segurança alimentar das famílias, mas também para a conformação de redes de sociabilidade, identidades socioprofissionais e mesmo manutenção das comunidades rurais. Dentro desta perspectiva, é possível estabelecer uma conexão entre a noção de MFA e as interpretações, oriundas das ciências sociais, que tomam a agricultura e o rural como um modo de vida, mais além da dimensão econômica da atividade agrícola (MALUF, 2003). Esta compreensão remete para a importância da agricultura – e da identidade de “ser agricultor” – como elemento de configuração dos territórios rurais.

Esta esfera também se refere à participação política dos agricultores, tanto no campo partidário como em outras organizações de inserção na política local (sindicatos, associações, movimentos sociais, etc).

4) *Conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem rural.*

Este último campo trata das relações entre agricultura, utilização dos recursos naturais e conformação da paisagem rural. Engloba tanto as práticas de manejo e de conservação dos recursos como água, solo, flora e fauna, quanto as percepções que os agricultores têm acerca do ambiente em que estão inseridos.

Questões como o cumprimento da legislação ambiental, representações do ambiente, manutenção e incremento da agrobiodiversidade e as relações, harmoniosas ou conflituosas, entre agricultura e conservação dos recursos naturais estão inseridas nesta dimensão.

Com relação à “manutenção-construção” da paisagem rural, trata-se de questão importante nos enfoques da MFA na Europa, mas pouco ou quase nada abordada no Brasil. Segundo Maluf (2003), para contemplar este ponto, seria preciso abordar em que medida a agricultura praticada pelas famílias contribui para a manutenção ou para a degradação do patrimônio natural e a

paisagem rural, esta última entendida como o conjunto da paisagem natural modificada pela ocupação social do espaço, em contraposição a idéia de “natureza intocada”.

O grau em que estas funções se manifestam, e as formas como se expressam não são iguais ou homogêneas para todos os territórios rurais, pois refletem aspectos particulares de cada contexto histórico e socioespacial. O grupo de pesquisa *Multifuncionalidade da agricultura* buscou analisar<sup>19</sup> as distintas formas de expressão destas funções, em diversas regiões do Brasil. A seguir, busca-se apresentar, com base na bibliografia disponível, alguns dos estudos de caso realizados pelo referido grupo de pesquisa, destacando as expressões da multifuncionalidade da agricultura familiar, em diversas regiões brasileiras e em distintas realidades.

De modo geral, as pesquisas apontam que a atividade agrícola continua como elemento central para a reprodução de um grande número de famílias rurais, muito embora sua contribuição para a formação da renda monetária das famílias venha diminuindo. Como conseqüência disto, a produção para o autoconsumo adquire destaque, especialmente em contextos desfavoráveis a produção mercantil familiar. O grupo também identificou que a agricultura é o principal fator definidor de identidade e de inserção social das famílias rurais, mesmo em realidades onde o recurso à pluriatividade é freqüente. Por fim, a pesquisa constatou a existência de conflitos generalizados entre a conservação dos recursos naturais e a prática da agricultura familiar, relacionados com o uso sustentável dos recursos naturais, e também com o confronto entre as práticas agrícolas e aspectos da legislação ambiental (CAZELLA et al., 2009).

Estudando uma área de agricultura familiar desfavorecida, a comunidade de Vargem Bonita no estado de Santa Catarina, Cazella (2003) identificou como funções da agricultura a promoção da segurança alimentar das famílias, que dão preferência para a produção voltada ao autoconsumo em razão das condições precárias de acesso à extensão rural, crédito e aos mercados; a

---

<sup>19</sup> Através do projeto “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”, cujos resultados se encontram condensados em Carneiro e Maluf (2003) e são retomados de forma resumida em Cazella et al. (2009).

manutenção de uma paisagem rural heterogênea e a conservação dos recursos naturais, em decorrência da prática de uma agricultura diversificada, fundada em policultivos e com pouca utilização de insumos industriais; e a inclusão social das famílias que, fora da comunidade, encontrariam sérias dificuldades para sua reprodução social. Desta forma, mesmo em um contexto marcado pela precariedade econômica e produtiva da agricultura familiar, foi possível identificar aspectos positivos e potencialidades (como a conservação do meio ambiente), que passariam despercebidos pelas análises de viés economicista.

Também no estado de Santa Catarina, mas desta vez em um contexto totalmente diverso, Schmidt (2003) avaliou as expressões da multifuncionalidade relacionadas à conversão para a agricultura orgânica, encabeçada por uma associação de agricultores ecológicos, a Agreco<sup>20</sup>. Para o autor, a agricultura de base ecológica estaria muito mais próxima de uma lógica multifuncional por contemplar a dimensão socioeconômica – através da criação de valor agregado e da geração de empregos, devido ao caráter intensivo no uso de mão de obra dos sistemas agroecológicos de produção – e também a dimensão socioambiental – através da preocupação explícita dos agricultores em conservar a base de recursos naturais, manter a paisagem rural e incrementar a diversidade dos seus sistemas produtivos.

Ademais, e de acordo com Lacerda e Moruzzi Marques (2008), os agricultores da Agreco souberam valorizar os ativos presentes no território em que estão inseridos, através de uma estratégia que combina agroecologia, agroturismo, e agroindustrialização artesanal, contribuindo desta forma para consolidação de uma agricultura multifuncional. Observamos nestes estudos a relação entre agroecologia e multifuncionalidade da agricultura, entendendo que o enfoque científico da agroecologia permite planejar e implementar agroecossistemas multifuncionais.

Cardoso et al. (2003), analisam a multifuncionalidade no assentamento Abelardo Luz, em Santa Catarina, consideram que o acesso a terra envolve o desabrochar de uma série de funções, além do óbvio incremento da produção

---

<sup>20</sup> Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral, sediada no município de Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina.

agrícola. A implantação do assentamento permitiu a ocupação de vazios demográficos; a incorporação de um novo elemento no tecido social preexistente no território, dinamizando-o; e a (re)estruturação de modos de vida ligados ao rural pelas famílias no espaço do assentamento.

O estudo de Silveira (2003) merece destaque, por avaliar a exequibilidade de uma agricultura familiar multifuncional em uma realidade marcada pelos complexos agroindustriais, com a predominância das culturas da cana de açúcar e da laranja. Analisando estabelecimentos familiares no município de Araras, estado de São Paulo, o autor identifica, por um lado, uma forte integração das explorações às cadeias econômicas da cana de açúcar e da laranja, reproduzindo o modelo de agricultura industrial. Por outro lado, observa-se a manutenção de redes de sociabilidade e de parentesco nos bairros rurais, uma preocupação com a conservação dos recursos naturais, sobretudo os corpos d'água e a identificação dos membros das famílias com a profissão e com o "ser agricultor", denotando que há um patrimônio cultural restante, mesmo após a intensiva modernização dos sistemas agrícolas na região.

Tendo em vista as considerações expostas neste capítulo, pode-se dizer que a noção de MFA constitui-se em uma nova orientação, uma nova "lente" para analisar as dinâmicas sociais no meio rural e para apreender a agricultura familiar, que é valorizada como portadora de potencialidades sociais, culturais e ambientais associadas a atividade agrícola, via de regra ignoradas pelos enfoques economicistas ou produtivistas estritos.

No debate internacional, a noção se encontra tensionada entre duas posições distintas mas interligadas, chamadas por alguns autores de normativa e positiva, com diferentes implicações sobre as formas de apoio às múltiplas funções da agricultura e a orientação de políticas públicas. Enquanto o enfoque normativo prevê o fomento à multifuncionalidade desde uma perspectiva centrada nas famílias e nos territórios rurais, o enfoque positivo remete ao apoio às agriculturas especializadas em uma perspectiva centrada nos produtos. A primeira posição privilegia os mecanismos de suporte público à multifuncionalidade, através de relações contratualizadas entre agricultores e

Estado, enquanto a segunda posição favorece, quando for possível, os mecanismos de livre mercado na alocação de recursos às múltiplas funções da agricultura. No limite, o enfoque positivo permitiria o desenvolvimento de agriculturas especializadas na produção de uma função socioambiental, ou seja, agriculturas monofuncionais (MALUF, 2003).

Outro elemento para a compreensão da noção de MFA refere-se ao fato da mesma ser associada, freqüentemente, a uma artimanha ideológica para legitimar a política de subsídios nos países desenvolvidos, no âmbito das negociações comerciais internacionais. De fato, a noção surge no contexto europeu em meio às discussões em torno da PAC, e aparece nas “eco-condicionalidades” que a reforma MacSharry adotou como uma de suas mudanças, ao lado do pagamento direto aos agricultores. No entanto, os desdobramentos desta reforma se limitaram mais ao plano da retórica do que a uma efetiva reorientação da política de subsídios, que continuaram a ser direcionados aos produtores agroexportadores, especializados e produtivos.

A multifuncionalidade realmente foi utilizada como arma estratégica durante as negociações da OMC, porém, sua efetiva aplicação não foi contemplada nas reformas da década de 1990, que acabaram mantendo uma política nociva e desacreditada no plano internacional e mesmo dentro da Europa. Apesar de aparecer como elemento central do “modelo europeu de agricultura” proposto pelo Conselho Europeu na Agenda 2000, a idéia de MFA defendida pelo Conselho envolve a produção de alimentos e matérias primas industriais em condições competitivas como uma de suas principais funções, ao lado de outras como a manutenção do ambiente e da paisagem, o que torna o conceito contraditório<sup>21</sup> e revela o seu objetivo de artifício político. Entender a multifuncionalidade da agricultura desta maneira é interpretar e utilizar a noção de uma forma muito limitada (GALLARDO et al., 2003).

Por outro lado, a experiência francesa dos CTEs utiliza a noção de MFA de forma mais ampla e certamente mais adequada. Apesar dos avanços e dos

---

<sup>21</sup> “De acordo com esta lógica [de ênfase na produtividade e na competitividade], os estabelecimentos deveriam, ao mesmo tempo responder às demandas crescentes da sociedade por funções não produtivas oriundas da agricultura e serem competitivos em um mercado cada vez mais acirrado e liberalizado. Estas diferentes expectativas podem ser contraditórias” (GALLARDO et al., 2003, p.170).

retrocessos desta política, os CTEs representaram uma tentativa de apoio e de promoção da multifuncionalidade da agricultura, ao conceber os estabelecimentos agrícolas a partir de um olhar multidimensional, supra-setorial e territorializado.

Partindo da contratualização entre agricultores e Estado, os CTEs buscavam reorientar os aportes financeiros à agricultura para a satisfação de objetivos socialmente desejáveis, como a conservação dos recursos hídricos e da agrobiodiversidade, e o aumento dos postos de trabalho nas áreas rurais. A realização dos contratos dependia da construção de um projeto estratégico para os estabelecimentos, que por sua vez era parte de um projeto de dimensões territoriais, negociado não apenas entre o Estado, os agricultores e suas organizações representativas, mas também com a participação de outros grupos de usuários dos espaços rurais como caçadores, consumidores, turistas, etc. Em síntese, os CTEs representaram uma iniciativa de gestão democrática e compartilhada dos territórios rurais, visando o desenvolvimento sustentável destes.

Neste sentido, a noção de MFA subjacente a política dos CTEs se afirma como uma nova síntese das demandas socioambientais associadas à atividade agrícola e aos territórios rurais, em oposição ao paradigma da modernização da agricultura. Assim, revela-se o estreito vínculo existente entre a idéia de multifuncionalidade da agricultura e de sustentabilidade, a primeira permitindo estabelecer metas e estratégias para a operacionalização da segunda que, muitas vezes, se apresenta de forma abstrata.

Na sua adequação para a realidade rural brasileira, a noção de MFA adquire sentidos diversos dos utilizados nos contextos europeu e francês. A atividade agrícola é vista como elemento central da reprodução social da agricultura familiar, e como dinamizadora dos territórios rurais, mesmo que sua função como geradora de renda monetária esteja em segundo plano. A agricultura praticada pelas famílias rurais passa a ser entendida como mantenedora dos territórios, e pode ser responsável pela conservação dos recursos naturais, da agrobiodiversidade, pela coesão sociocultural, e pela segurança alimentar. Assim, ressaltam-se novos elementos sobre o papel que

a agricultura familiar pode cumprir numa economia mercantil, compatível com o desenvolvimento sustentável (MALUF, 2002a).

## **2.5. Reforma agrária, assentamentos rurais e multifuncionalidade da agricultura:**

Se durante o regime militar a reforma agrária foi ignorada em prol de um movimento modernizante da agricultura, atualmente, esta política reassumiu uma posição de destaque no debate acadêmico e político. De acordo com Almeida (2007) está em curso uma nova proposta de reforma agrária, que apresenta através dos movimentos de luta pela terra novos recortes para a redistribuição do espaço natural-humano, onde florestas, campos, mangues e babaquais ganham evidência em lugar da terra como simples suporte da agricultura. A pluralidade dos movimentos sociais do campo, que se diferenciam mediante a valorização das identidades e demandas específicas das várias organizações de luta pela terra, visualizam a reforma agrária não apenas como distribuição de ativos fundiários em módulos separáveis de seus sujeitos coletivos, mas sim como terras de negro, quilombos, reservas extrativistas e faxinais, isto é, a reforma agrária adquire contornos de resgate de culturas, tradições e modos de vida que desejam se afirmar como tais e ao mesmo tempo se inserir de forma diferenciada na sociedade global.

Assim, se nos anos 1960 a reforma agrária era tida como meio eficaz de ampliar a oferta de matérias-primas industriais, ao mesmo tempo em que se expandia o mercado de insumos agrícolas; hoje a reforma agrária vai além deste viés produtivista, encerrando em si questões referentes à manutenção das paisagens naturais, e da (re)criação de modos de vida particulares, onde há espaço para o resgate e a valorização dos saberes, dos fazeres e dos sabores. Neste sentido, pode-se falar de uma reforma agrária multifuncional, onde não basta apenas aumentar a oferta de alimentos; há que se preocupar com a qualidade destes alimentos, a conservação da base de recursos naturais, a manutenção do tecido social e cultural daquele território, e a qualidade de vida das famílias assentadas, num conceito amplo de

desenvolvimento que privilegia o enfoque territorial ao invés do setorial. Assim, as atenções se centram no (território) rural e em suas múltiplas potencialidades, e não simplesmente no agrícola (ABRAMOVAY, 1998/1999).

Entendida por alguns como uma política social de cunho compensatório, a reforma agrária ultrapassa a simples dimensão de redução da pobreza, apresentando-se como uma oportunidade concreta para a reprodução social de uma parcela importante de famílias camponesas e de trabalhadores que habitam o meio rural, constituindo-se, portanto em importante instrumento de justiça social. Mais do que uma política de distribuição de ativos fundiários, entende-se a reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais enquanto um processo social e político mais amplo, que envolve também o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho, e à distribuição do poder político (LEITE e ÁVILA, 2007).

Os assentamentos rurais constituem experiências inovadoras na gestão dos territórios, na medida em que permitem às famílias assentadas a (re)criação de modos de vida ligados ao espaço rural, influenciando e modificando o entorno em que são implantados tanto em termos econômicos, como em termos ambientais, culturais e políticos (FERRANTE et al., 2005).

Dentre estes impactos e desdobramentos regionais da criação de assentamentos, destacam-se a diversificação e o barateamento dos gêneros alimentícios, principalmente em regiões de monoculturas extensivas destinadas a indústria; a oxigenação do ambiente político, especialmente em regiões de tradição política coronelista e clientelista; o incremento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, e previdência, por pressão e demanda dos assentados; a dinamização das economias regionais, seja pela maior circulação de produtos agrícolas nos mercados, seja pelo aporte de recursos por intermédio dos programas de financiamento; e a diversificação da paisagem (HEREDIA et al., 2002).

Desta forma, a implantação de assentamentos rurais rompe com a paisagem monótona em regiões de monoculturas, abrindo espaço para a diversificação econômica, biológica, sociocultural e do uso e da ocupação do

solo (LOPES e COSTA, 2002). Esta diversificação se expressa na paisagem mosaificada de lavouras, pastagens e remanescentes florestais; nas espécies de cereais, hortaliças e frutas cultivadas e de animais criados de diferentes maneiras pelos assentados, resultado das decisões estratégicas destes para gerarem renda e/ou abastecerem suas famílias; e na orientação genética das culturas e das criações, onde o resgate de variedades e de preferências alimentares ganha relevância.

Assim, mesmo sem incorporar de forma deliberada a noção de multifuncionalidade da agricultura, os assentamentos rurais apresentam um grande potencial para impulsionar um projeto de desenvolvimento que vá além do enfoque setorial e produtivista. Ainda que para os mais críticos da política de cessão de terras para assentamentos, tais experiências redundam em total fracasso econômico, essa desqualificação ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento inevitavelmente carrega (FERRANTE e WHITAKER, 2008).

Os assentamentos rurais podem ser compreendidos como um espaço em construção, dinâmico e conflituoso, onde os distintos projetos familiares, embasados por suas diferentes subjetividades, se cruzam cotidianamente, entre si, e com os projetos (im)postos pelos agentes estatais ou do mercado (FARIAS, 2008). Desta forma, emerge uma trama de tensões, que coloca em disputa diversos projetos de desenvolvimento para as áreas de assentamentos, bem como revela os conflitos existentes entre os modos de vida constituídos pelos assentados em busca de permanência na terra e de reprodução social, e a atuação das agências e de atores, estatais ou não, com projetos convergentes ou divergentes ao dos assentados, nestes espaços (FERRANTE e BARONE, 2008).

Mesmo limitada, a experiência dos assentamentos rurais vem confirmando a capacidade da reforma agrária como geradora de emprego e renda, elementos cada vez mais centrais na transição das economias industrializadas para a instabilidade crônica patrocinada pelo processo de globalização e financeirização (LEITE, 2005). Desta forma, a constituição de

assentamentos rurais e o fortalecimento da agricultura familiar representam um movimento contrário ao de mercantilização da força de trabalho e da terra (NORDER, 2006). Para além destes aspectos econômicos, a democratização da terra proporciona também uma plataforma inovadora de participação política de atores sociais historicamente excluídos, condição básica para a consolidação da cidadania plena nas áreas rurais (LEITE, 2005).

Desde esta ótica, a análise dos assentamentos rurais de reforma agrária permite tratarmos do desenvolvimento rural como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, aproximando-o daquilo que poderíamos chamar de eficiência distributiva, na qual a ênfase não recai somente no uso mais eficiente dos recursos resultando em maiores ganhos, mas também na capacidade desses processos em gerar benefícios sociais e ambientais, e repartir seus frutos para um conjunto mais amplo da sociedade (LEITE e ÁVILA, 2007). Neste sentido, os assentamentos rurais podem se constituir em espaços de fortalecimento de uma agricultura familiar diversificada, polivalente e multifuncional, capaz de impulsionar processos de desenvolvimento rural endógenos (MIOR, 2006), gerando não apenas rendimentos monetários ou incrementando a produção agrícola regional, mas também desempenhando funções sociais e ambientais para o conjunto da sociedade.

### **3. MATERIAL E MÉTODOS:**

#### **3.1. O assentamento Monte Alegre: caracterização e inserção regional.**

No estado de São Paulo registra-se a implantação de assentamentos rurais, em áreas de domínio de empresas estatais<sup>22</sup>, em propriedades pertencentes ao governo estadual, ou ainda em terras públicas ilegalmente ocupadas e readquiridas para fins de reforma agrária, caso marcante na região do Pontal do Paranapanema. Os assentamentos rurais são, em sua maioria, fruto de pressão política com as ocupações de trabalhadores rurais sem-terra, os quais estão organizados por diversos movimentos sociais e sindicais (SOUZA et al., 2008).

No caso da região de Araraquara, os Hortos Florestais de origem ferroviária vêm sendo utilizados para a criação de assentamentos rurais desde a década de 1980, e o Projeto de Assentamento (P. A.) Monte Alegre se originou no bojo deste processo (OLIVEIRA, 2006).

A história do P. A. Monte Alegre, cujo primeiro núcleo foi formado em 1985, remonta às décadas de 1960 e 1970, em meio à intensa modernização da agricultura brasileira e paulista, em particular. Neste período, a região de Araraquara experimentava um rápido crescimento econômico baseado, sobretudo, no complexo sucro-alcooleiro, impulsionado pela implantação do Pró-Álcool em 1975, e na consolidação do complexo agroindustrial de produção de citros. Aumentavam-se as áreas de canaviais e de pomares, agora cada vez mais tecnificados, bem como os postos de trabalho associados a estes setores econômicos (FERRANTE et al., 2005).

Concomitante a este processo, observava-se a emergência de uma nova categoria de trabalhadores no campo, representada pelos assalariados rurais temporários, conhecidos como “bóias frias”.

Em meio a penosas condições de vida e de trabalho, os assalariados rurais temporários organizam a partir dos anos 1980 mobilizações e

---

<sup>22</sup> Como a Ferrovias Paulistas S.A. (FEPASA), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo (CODASP), a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e a Petrobrás. (SOUZA et al., 2008).

reivindicações por toda a região<sup>23</sup>, apoiadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (FERRANTE et al., 2005). Em meio ao contexto de redemocratização da sociedade brasileira, as pressões exercidas pelos trabalhadores volantes por melhores salários e condições de trabalho gradualmente se transformam em demanda por terra, em face da insegurança de reprodução dessa força de trabalho, e como alternativa para a exclusão econômica e social. Em resposta a tais reivindicações, o governo do estado de São Paulo propõe, a reboque da organização dos trabalhadores, a implantação de um programa fundiário em terras públicas.

Na gestão do então governador André Franco Montoro (1983-1986), o assentamento de trabalhadores sem terra foi incorporado à política fundiária estadual, através dos Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários<sup>24</sup>. Propostos a partir da intermediação do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), órgão ligado a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado (SAA), os Planos consistiam em realizar o levantamento das terras públicas ociosas e potencialmente disponíveis para a implantação de assentamentos rurais (CAMPOI, 2005). Desta forma, sem alterar propriamente a estrutura fundiária, pois concentrada no domínio das terras públicas, a ação estadual consegue responder ao potencial de organização e contestação dos bóias-frias (SILVA e FERRANTE, 1987). A implementação deste instrumento político resultou na constituição e regulamentação de 38 assentamentos rurais no período de 1984 a 1992, entre os quais está o P. A. Monte Alegre (ANTUNIASSI et al., 1993).

Em julho de 1985, um grupo de 44 famílias apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (STRA) ocupou uma área de 700 hectares da Fazenda Monte Alegre, que mais tarde seria o núcleo I do assentamento.

Em outubro do mesmo ano, 38 famílias, em sua maioria naturais de Sertãozinho, vieram de Pradópolis, onde estavam instaladas em uma ocupação de terras da FEPASA, para a área que formaria o núcleo II do assentamento.

---

<sup>23</sup> Destaca-se o ciclo de greves iniciado em Guariba em maio de 1984, e com repercussão em todo o interior paulista (FERRANTE, 1994).

<sup>24</sup> Lei Estadual 4957 de 30 de dezembro de 1985. Cabe destacar que, no mesmo ano, em nível federal, o governo Sarney anunciava o I Plano Nacional de Reforma Agrária (SILVA e FERRANTE, 1987).

Os núcleos III e IV do assentamento foram formados em 1986, com famílias de bóias frias oriundas de Minas Gerais e de Guariba, respectivamente. Em novembro de 1989 outra área da Fazenda é ocupada por 42 famílias, das quais 35 permanecem na regularização do que viria a ser o núcleo V do assentamento. Em 1997, 250 famílias ocupam a última área do P. A. Monte Alegre, das quais 179 são assentadas: 88 ficam na área ocupada, que constitui o núcleo VI e as 91 famílias restantes são distribuídas em lotes vagos entre os núcleos I, II, III e IV.

Por fim, em 1998 uma ocupação é realizada por 27 famílias na área da antiga sede da Fazenda Monte Alegre, próxima ao núcleo VI. Em novembro do mesmo ano, 19 famílias são ali assentadas, no que hoje é considerado um anexo do P. A. Monte Alegre, conhecido como Projeto de Assentamento Horto de Silvânia (CAMPOI, 2005).

O processo de distribuição dos lotes e da organização do trabalho agrícola mudou no decorrer da história do assentamento. No início (de 1985 a 1986), a partir da proposição dos técnicos do IAF, os assentados se engajaram em um plano de produção conjunta de grãos, com gestão unificada do processo produtivo. Foram plantados 450 hectares com arroz, sorgo, soja e milho, porém, devido à baixa qualidade dos solos, ao plantio tardio e as dificuldades de gestão coletiva a colheita foi desastrosa. No segundo ano agrícola (1986 a 1987), a “dinâmica do coletivo” se transforma em “dinâmica de grupos”, onde a gestão e o planejamento da produção continuam coletivos, mas a exploração das terras fica por conta de grupos de famílias, com maiores afinidades e laços de amizade entre si. No entanto, outra safra frustrada traz à tona discordâncias e conflitos entre os grupos, o que leva as famílias a se reorganizarem e reivindicarem a demarcação dos lotes agrícolas, que se dá a partir de 1988 (ANTUNIASSI et al, 1993).

Da área total da Fazenda Monte Alegre, de 7.300 hectares, o assentamento ocupa 6.595 hectares, dos quais 5.230 são agricultáveis. O restante é ocupado por construções, estradas, áreas comunitárias, além de 1.043 hectares de reserva legal – compostas, sobretudo por eucaliptais - e áreas de preservação permanente (AMARAL e FERRANTE, 2007).

O solo predominante no assentamento é o Latossolo Vermelho Amarelo, medianamente fértil. Todos os núcleos do assentamento são servidos por recursos hídricos, como córregos, represas e canais, além da existência de cinco poços artesianos, nos núcleos I, II, III, IV e Silvânia. O P.A. Monte Alegre mantém 04 postos de atendimento de saúde (nos núcleos I, III, VI e Silvânia); uma escola de 1ª a 4ª série na área VI, que também oferece curso de alfabetização de jovens e adultos no período noturno; barracões de uso comunitário e campos de futebol em todos os núcleos; e rede de energia elétrica concluída. Residem atualmente no P. A. Monte Alegre 377 famílias, distribuídas entre os seis núcleos e o Horto de Silvânia, em lotes de aproximadamente 14 hectares<sup>25</sup> cada (CAMPOI, 2005).

Tabela 01. Distribuição e número de famílias no P.A. Monte Alegre e no P.A. Horto de Silvânia.

<b>Assentamento</b>	<b>Número de famílias</b>	<b>Município</b>	<b>Início</b>
Monte Alegre I	49	Motuca	Mai/85
Monte Alegre II	62	Motuca	Out/85
Monte Alegre III	76	Araraquara	Ago/86
Monte Alegre IV	49	Motuca	Ago/86
Monte Alegre V	34	Motuca	Out/91
Monte Alegre VI	88	Araraquara	Mai/97
Horto de Silvânia	19	Matão	Set/98
Total	377	-	-

Adaptado de: Campoi (2005).

Uma das peculiaridades do P. A. Monte Alegre, quando comparado com outros assentamentos do estado, é sua inserção em meio a um território em que predomina a agricultura modernizada e industrializada, com a forte presença dos complexos agroindustriais sucro-alcooleiro e citrícola, entre outras cadeias produtivas extremamente importantes para o agronegócio paulista (AMARAL e FERRANTE, 2007). Nesta região, a cultura canieira e

<sup>25</sup> Nos núcleos I, II, III, IV, e V as famílias possuem 14 hectares de lote agrícola mais 1 hectare na agrovila. No caso dos núcleos VI e Horto de Silvânia a agrovila é inexistente, cabendo a cada família os 14 hectares do lote de produção.

de laranja ocupam 66,7% da área plantada, e somente no município de Araraquara, 48 mil hectares são cultivados com cana de açúcar, chegando a 280 mil hectares de canaviais na região (LUPA, 2007/2008).

Outra característica marcante do P.A. Monte Alegre, que está diretamente relacionada à realidade da agricultura regional, é a grande presença de ex-bóias frias entre os assentados, oriundos das mais diversas regiões de São Paulo, de Minas Gerais e dos estados do Nordeste. Segundo Ferrante e Bergamasco (1995), 66,5% dos assentados no P. A. Monte Alegre vieram do trabalho assalariado no corte da cana ou na colheita da laranja, sendo que a maior frequência de ex-bóias frias ocorre nos núcleos III e IV do assentamento Monte Alegre, onde 83% e 90% dos agricultores assentados, respectivamente, foram assalariados rurais temporários.

Vindos de uma trajetória marcada por intensa e contínua expropriação e proletarização, estes trabalhadores rurais são tidos como herdeiros da modernização, em um processo no qual a trajetória de pauperização aparece como reflexo da modernização agrícola (FERRANTE, 1994). Vistos como incapazes de se organizarem politicamente, e de se transformarem em agricultores familiares autônomos na condição de assentados, os bóias frias são estigmatizados, como se a condição de trabalhador volante fosse absolutamente incompatível com o querer e o saber trabalhar na terra. Nestes termos, os assentamentos rurais formados por ex-bóias frias estariam longe das previsões e idealizações postas pelo Estado, e destinados ao fracasso, em face das “incapacidades naturais” desta categoria de trabalhadores (FERRANTE, 1997).

No entanto, esta lógica de fracasso iminente não se configurou na prática. Em primeiro lugar, a própria experiência de organização política dos bóias-frias, a reivindicação por terra e a constituição do assentamento demonstra o potencial de luta e de pressão por parte desta categoria. Ademais, os agricultores do P.A. Monte Alegre, no decorrer destes mais de vinte anos de assentamento, conseguiram estabelecer estratégias produtivas de permanência e reprodução na terra, que embora nem sempre sejam consideradas ideais por pesquisadores e técnicos, se constituem em

transformações possíveis das vidas destas famílias.

Dentre as diversas formas de integração econômica do assentamento Monte Alegre na economia regional, destacam-se duas estratégias principais e co-existentes, adotadas pelos assentados visando sua reprodução e permanência na terra: verifica-se, por um lado, o desenvolvimento de sistema de policultivo orientados para o auto-abastecimento das famílias e para a venda dos excedentes; e por outro, a polêmica integração via fornecimento de cana, em parceria com usinas da região (FERRANTE et al., 2006).

Em relação às policulturas, observa-se uma grande diversidade, tanto de cultivos anuais como milho, mandioca, arroz e feijão; como de culturas perenes, especialmente a laranja, o limão, a manga, a goiaba e o café. Também é expressiva a olericultura, com o plantio de hortaliças diversas, de folhas, raízes e frutos. Além disso, há a bovinocultura de leite, a caprino e a ovinocultura, a suinocultura, a avicultura de corte e de postura, como também pequenas agroindústrias familiares, para a produção de farinha de mandioca, polvilho, rapadura, açúcar mascavo, doces, pães, compotas, mel e queijos (CAMPOI, 2005, p.52). Muitas vezes, esta produção é direcionada para o auto-abastecimento das famílias, sendo o excedente comercializado nos mercados convencionais ou através de políticas públicas federais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou municipais como o Programa Direto do Campo.

Criado pelo governo federal em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, o PAA teve início em Araraquara em 2004, sendo um canal de venda importante para a mandioca, abóbora, milho e hortaliças. Gestado pela Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar de Araraquara, o PAA opera em três modalidades: compra direta local da agricultura familiar, formação de estoques pela agricultura familiar e compra antecipada especial com doação simultânea, permitindo escoar produtos dos agricultores familiares e atender à população em risco de insegurança alimentar (ALMEIDA et al., 2009).

Entre 2004 e 2008, 181 agricultores familiares se cadastraram no PAA em Araraquara, sendo que em 2008 apenas 57 agricultores vendiam seus

produtos por intermédio da modalidade compra direta local da agricultura familiar no município, em decréscimo ao longo dos anos. Este decréscimo nos beneficiários do PAA está atrelado a dificuldades burocráticas, de transporte e qualidade dos produtos, e atrasos nos pagamentos aos agricultores, fatores que obstaculizam a operacionalização do Programa (CHMIELEWSKA, 2009). Apesar das dificuldades, o PAA é uma política bastante importante, na medida em que se integra a outros programas na estruturação de uma rede de segurança alimentar em Araraquara, como os Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, o Programa de Alimentação Escolar e o Programa municipal Direto do Campo (ALMEIDA et al., 2009).

O Programa Direto do Campo foi criado em 2001, assumindo o formato de lei municipal em 2002, e consiste no apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar através do fomento a feiras de produtores, assentados ou não, em locais de grande circulação de pessoas no município de Araraquara: a Praça Pedro de Toledo e o Terminal Urbano de Integração. Participam do Programa Direto do Campo agricultores familiares assentados e tradicionais, que recebem da prefeitura de Araraquara, além da concessão do espaço público para as feiras, bancas para exposição dos seus produtos (KURANAGA, 2006).

Além da venda, as famílias também trocam o excedente de alimentos entre si, garantindo a segurança alimentar dos que tem menos recursos para produção, e reforçando laços de cooperação e sociabilidade (DUVAL e FERRANTE, 2008).

Ferrante e Barone (2008) identificam que os assentados, algumas vezes, recorrem ao uso de materiais orgânicos, esterco, adubos verdes e animais de tração na prática desta agricultura diversificada, diminuindo a utilização de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e mecanização pesada para potencializar o rendimento da produção. Nishikawa (2004) também identifica a reciclagem de materiais orgânicos variados e a diversificação de cultivos no tempo e no espaço através de rotações e consórcios dentre as práticas agrícolas utilizadas no assentamento Monte Alegre.

No caso das parcerias entre agricultores assentados e usinas de cana,

Amaral e Ferrante (2007), colocam diversos fatores que contribuíram para a consolidação desta estratégia de integração econômica: a estrutura produtiva da região, com a presença de cinco grandes usinas<sup>26</sup> próximas; os preços competitivos no mercado mundial, dado o baixo custo de produção na região; a localização privilegiada dos assentamentos; e a situação de endividamento e dificuldades financeiras, produtivas e comerciais de muitos dos assentados.

Desde 1993 a prefeitura de Motuca, que abriga quase metade do P.A. Monte Alegre vem propondo aos assentados parcerias para o plantio de cana junto a Usina Santa Luiza. A primeira proposta foi de arrendar as terras do assentamento para o plantio de cana, em um modelo onde o assentado não seria remunerado pelo arrendamento, mas receberia um salário mínimo e alguns benefícios assistencialistas. A proposta foi fortemente rejeitada pelo STRA e pelo IAF. Em 1995, é proposto o plantio de cana em 50% dos lotes, e sem os benefícios diretos e indiretos do primeiro modelo. Por meio de associações tenta-se iniciar o plantio da cana, que se inviabiliza pela resistência e pelas experiências frustradas de associativismo e de trabalho coletivo entre os assentados (AMARAL e FERRANTE, 2007).

Em setembro de 2002, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), atual órgão gestor do assentamento, institui a portaria 075 (depois substituída pela portaria 077), que regulamenta parcerias entre assentados e agroindústrias, abrindo espaço não apenas para a cana, mas também para a produção de milho, feijão de porco, algodão, bicho da seda, eucalipto, mel e frangos de corte (KURANAGA, 2006).

Com a portaria, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no P.A. Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. Assim, o agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica do assentamento rural, enquanto os assentados reduzem o espaço reservado à produção agropecuária própria, buscando meios de viabilizar financeiramente sua permanência na terra. Alguns começam a trabalhar fora – como motoristas, pedreiros, ou inclusive cortadores

---

<sup>26</sup> Usina Santa Luiza, em Motuca; Usina Maringá, Usina Zanin e Usina Tamoio, em Araraquara, e Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense.

de cana e colhedores de laranja – para não ceder à pressão da cana nos lotes e continuarem na terra (FERRANTE e BARONE, 2008).

Apesar de toda a problemática envolvida, a adesão ao cultivo da cana para o fornecimento das usinas é, antes de tudo, uma das muitas relações econômicas e políticas que os assentados estabelecem com o ambiente econômico do entorno, que também admite outras possibilidades de inserção nos circuitos produtivos e mercantis regionais, com certeza mais afinados com a lógica de reprodução da unidade familiar, caso do PAA, das vendas diretas, do Programa Direto do Campo, e da transformação artesanal de produtos. Entende-se que estas e outras estratégias que apontam para a diversificação da produção agrícola e da inserção nos mercados representam um modelo de desenvolvimento endógeno, capaz não apenas de gerar rendimentos financeiros aos assentados, como também gerar benefícios mais amplos para a sociedade, relativos à segurança alimentar e ao meio ambiente.

Figura 01. Vista geral do assentamento Monte Alegre.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

### 3.2. Referencial metodológico:

Partindo da idéia ampla de sustentabilidade como um “pano de fundo”, e dos marcos teóricos explicitados no enfoque da multifuncionalidade da agricultura e do desenvolvimento territorial, bem como na abordagem científica da agroecologia que, de certa forma, sintetizam e concretizam a idéia de sustentabilidade e norteiam o presente trabalho, observa-se que, do ponto de vista metodológico, todas estas noções pressupõe a transdisciplinaridade e a multidimensionalidade em suas análises e ações, superando o olhar reducionista e mecanicista do paradigma científico dominante.

Esta análise multidimensional e supra-setorial da agricultura familiar, necessária para se apreender as múltiplas funções desempenhadas por esta agricultura em determinado território, não pode se restringir a atividade agrícola *stricto sensu*, devendo-se ampliar para o agroecossistema e para a família rural. Esta última, como assinalam Carneiro e Maluf (2003), é a unidade básica de análise nos estudos orientados pela noção de multifuncionalidade da agricultura, sendo entendida como:

“(...) a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, “situada” num território com determinadas características sócio-econômicas, culturais e ambientais” (CARNEIRO e MALUF, 2003, p.22-23).

A este nível de análise – a família rural e o agroecossistema – articulam-se outros três, que permitem compreender a agricultura familiar desde a ótica da multifuncionalidade. O primeiro deles é o território, entendido como a unidade sócio-espacial aonde se assentam e se situam as famílias e seus estabelecimentos agrícolas. Como já foi exposto, os territórios são mais do que simples delimitações geográficas, sendo definidos pelas dinâmicas sociais e econômicas que se desdobram sobre determinado espaço. Essas dinâmicas podem ser fruto de uma construção coletiva dos atores – territórios construídos

– ou podem se originar em iniciativas privadas e/ou institucionais, como programas públicos – territórios dados (CAZELLA et al., 2009). A incorporação do território no plano analítico é fundamental na medida em que é no território que as múltiplas funções da agricultura encontram espaço para se expressar, e são também nos territórios que se desenrolam os processos que legitimam, contribuem ou obstaculizam o desenvolvimento de uma agricultura multifuncional (CARNEIRO e MALUF, 2003).

A noção de MFA envolve ainda a dimensão da provisão de bens públicos, além dos bens mercantis, circunscritos a esfera privada dos agricultores. Tais bens públicos – paisagem, tecido sócio-cultural, biodiversidade, segurança alimentar – remetem aos papéis desempenhados pela agricultura desde uma perspectiva da sociedade, e não apenas dos agricultores, Por englobar a provisão destes bens públicos, este nível também é incorporado nas análises da multifuncionalidade da agricultura. Trata-se de considerar os desejos da sociedade para com a agricultura, e verificar de que modo a atividade agropecuária corresponde a estas expectativas. Este terceiro nível de análise nos remete ao quarto e último, que é o das políticas públicas, na medida em que se considera que estas últimas refletem os anseios existentes no âmbito da sociedade (CAZELLA et al., 2009).

Para os fins deste trabalho, optou-se por aprofundar as análises nos dois primeiros níveis, das famílias rurais e do território, perpassados pelas quatro funções da agricultura familiar brasileira propostas por Carneiro e Maluf (2003). Fez-se esta opção por considerar, de acordo com Cazella et al. (2009), que é principalmente na relação das famílias e dos sistemas de atividades com o território que as múltiplas funções da agricultura e do modo de vida rural podem se expressar. A partir daí, é possível analisar a dimensão mais ampla da sociedade, das dinâmicas regionais e das políticas públicas sobre o território e as famílias rurais.

É claro que não se pode desconsiderar o impacto e a influência do entorno econômico, político e sociocultural sobre a agricultura familiar, que podem ora fortalecer ora obstaculizar a construção de uma agricultura multifuncional e de uma rota de desenvolvimento rural sustentável. Por outro

lado, também se considera que é no local, no cotidiano, nos estilos de agricultura e no modo de vida das famílias rurais, com seus conhecimentos e valores que se encontram os potenciais para um desenvolvimento endógeno e autônomo, e para uma resistência aos processos homogeneizantes e globais de expropriação (PLOEG, 2008).

No contexto do assentamento Monte Alegre, em que a agricultura familiar assentada co-existe com os complexos agroindustriais da cana e da laranja, sendo pressionada por estes, o enfoque da MFA pode ser utilizado para compreender as estratégias de resistência dos agricultores familiares frente a estes complexos poderosos, porque joga o foco de luz sobre o modo de vida associado à atividade agrícola, e os papéis que esta agricultura desempenha para as próprias famílias rurais.

Neste sentido, o foco da investigação é centrado na família rural, nos agroecossistemas e no território, à luz das múltiplas funções que a agricultura familiar assentada em um território definido pode desempenhar. Buscou-se apreender as relações destes níveis de análise com o entorno político, econômico e sociocultural, sem dúvida importantes, mediante a revisão de uma ampla literatura sobre a inserção do assentamento Monte Alegre na região de Araraquara, bibliografia esta produzida por mais de vinte anos de estudos científicos coordenados pelas professoras Vera Ferrante e Dulce Whitaker, no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), filiado atualmente ao Centro Universitário de Araraquara (Uniara). Estes estudos são marcados por uma abordagem das relações do assentamento e dos assentados com as dinâmicas de desenvolvimento regional, perpassados pela idéia de trama de tensões (FERRANTE e BARONE, 2008).

Desta forma, e para proceder ao estudo das famílias rurais, dos agroecossistemas e do território desde a perspectiva da MFA, inspirou-se no chamado enfoque sistêmico. O enfoque sistêmico e o pensamento holístico englobam as questões referentes à multidimensionalidade e à transdisciplinariedade, passando de um enfoque redutor da realidade para um olhar integrador e totalizante, buscando compreender a realidade a partir de visão de conjunto e de processos, em oposição ao pensamento clássico de

análise das partes individualizadas.

O olhar sistêmico parte, em primeiro lugar, da definição do sistema a ser observado. Definidos os *limites* do sistema, é preciso caracterizar *as entradas e as saídas* de materiais e energia, bem como os *elementos* que o compõe – ou estrutura, em ecologia – e *as interações* entre os elementos – ou a funcionalidade do sistema (HART, 1985). Aqui ganham relevo as chamadas *propriedades emergentes*, ou seja, funções importantes dos sistemas desempenhadas não por elementos individuais, mas sim pelas interações entre dois ou mais fatores estruturantes; e também as propriedades de *auto-regulação* do sistema, relacionadas à sua viabilidade e estabilidade ao longo do tempo (ODUM, 1983). A análise sistêmica pressupõe ainda que se estabeleçam as relações entre o sistema propriamente dito e os condicionantes *infra-sistema* – como características edáficas, climatológicas, de fauna e flora – e os condicionantes *supra-sistema* – tais como os papéis das políticas, dos mercados e das instituições na viabilidade ou inviabilidade do sistema.

Além do estudo intra-sistêmico, ou do sistema propriamente dito com suas condicionantes de funcionamento, também se pode proceder à análise das relações inter-sistêmicas, isto é, dos impactos positivos ou negativos que um sistema – agrícola, ou produtivo – exerce sobre outro – sistema ecológico, ou sistema social, por exemplo. Neste sentido, privilegiam-se os estudos inter-setoriais e pluridimensionais, que integrem os planos ecológico, econômico e sociocultural em uma mesma matriz de análise, se aproximando das idéias de desenvolvimento sustentável e de multifuncionalidade.

Os agroecossistemas, que englobam a família rural como um dos seus subsistemas, ao lado dos cultivos, das criações, das áreas florestais, entre outros, se insere nesta perspectiva, podendo ser entendidos como um conjunto de subsistemas biológicos orientados pela ação do homem, com o propósito de produzir alimentos, fibras, e energia (HART, 1985), e desde a ótica da multifuncionalidade, também produzindo benefícios sociais – garantia de segurança alimentar, manutenção e reprodução de um modo de vida em determinado território – e ambientais – conservação dos recursos naturais e da paisagem.

Geralmente, consideram-se os limites do agroecossistema coincidentes com os limites da propriedade agrícola (KHATOUNIAN, 2001). No caso do assentamento Monte Alegre, com exceção dos núcleos VI e Horto de Silvânia, os agroecossistemas podem ser entendidos como sendo compostos de um lote de produção, de cerca de 14 hectares, e um lote de moradia, localizado nas agrovilas, de um hectare, ambos conduzidos por uma mesma família rural. Nos dois núcleos citados, os lotes de produção e de moradia se encontram no mesmo espaço físico, tendo 14 hectares.

Além dos fluxos de energia e da ciclagem dos materiais orgânicos, comuns aos ecossistemas e aos agroecossistemas, nestes últimos ganham relevo os fluxos monetários, de conhecimento e tecnologia, e de insumos (HART, 1985). Para Ploeg (2008), a conversão dos recursos (influxos monetários, como o crédito agrícola, materiais e insumos diversos, e conhecimentos técnicos e ciência agrônômica) em produtos é o que caracteriza o processo de produção agrícola. Estes recursos podem ser mobilizados via mercado, ou podem ser reproduzidos dentro do próprio agroecossistema, mediante a integração animal-vegetal e o uso de adubação verde para a manutenção da fertilidade do solo, o uso de tração animal ao invés de mecanização, e o recurso ao repertório sociocultural de conhecimentos agrícolas, por exemplo, em uma estratégia de agricultura orientada para a construção de autonomia, que o autor denomina camponesa. Do mesmo modo, a produção agrícola pode ser orientada completamente para o mercado, ou pode ser orientada também para a reprodução da família e do próprio agroecossistema (PLOEG, 2006). Esta perspectiva de produção agrícola mais autônoma em relação ao mercado, tanto na aquisição dos recursos como na orientação da produção, e calcada no capital ecológico e no conhecimento local se aproxima da noção de MFA.

Refletindo sobre os sistemas de agricultura familiar, Khatounian (2001) elenca uma série de conflitos que devem ser levados em conta na análise destes agroecossistemas, como a produção para obtenção de renda ou para o abastecimento da família, o recurso ao trabalho familiar ou ao assalariamento, a posição do agricultor frente ao risco financeiro contra as estratégias de

capitalização, e os conflitos envolvendo o uso da terra para explorações vegetais ou animais.

Em síntese, todas estas considerações devem ser levadas em conta quando se busca analisar a agricultura familiar a partir do enfoque sistêmico, que permite compreender os agroecossistemas como um todo organizado, composto de limites, entradas, saídas, subsistemas ou elementos estruturais e fluxos funcionais de materiais, conhecimentos e de energia determinados, que trabalham conjuntamente e de forma orgânica, podendo criar dinâmicas de auto-regulação e gerar propriedades emergentes.

### **3.3. Os instrumentos de pesquisa:**

A partir dos pressupostos metodológicos discutidos, buscou-se proceder a pesquisa de campo em uma abordagem quali-quantitativa, utilizando como instrumento principal de pesquisa um questionário misto, composto por questões fechadas de múltipla escolha e por questões abertas. As informações coletadas através deste questionário foram complementadas por dados obtidos a partir de métodos qualitativos oriundos das ciências sociais, como a observação participante, entrevistas e anotações em diário de campo, bem como com pesquisa em fontes secundárias. O recurso a esta abordagem quali-quantitativa teve por objetivo desenhar um retrato mais completo da realidade do assentamento à luz do enfoque teórico adotado, buscando variáveis objetivas e subjetivas, e estabelecendo relações entre estas. O recurso aos dados quantitativos e qualitativos permitiu efetuar uma triangulação, isto é, abordar o assentamento desde distintas perspectivas, salientando informações relevantes e esclarecendo processos pouco visíveis (WHITAKER e FIAMENGUE, 2003).

Na construção do questionário misto, partimos e nos inspiramos no trabalho coordenado<sup>27</sup> por Carneiro e Maluf (2003), que analisou sistemas de agricultura familiar e territórios rurais desde a ótica da multifuncionalidade da agricultura, em contextos regionais diversos. Assim, elaborou-se um

---

<sup>27</sup> Refere-se à pesquisa “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”.

questionário baseado naquele utilizado neste trabalho e disponível em Lacerda (2005), mas levando em consideração as particularidades do assentamento Monte Alegre e da região de Araraquara.

Para tanto, realizou-se, em primeiro lugar, levantamentos bibliográficos acerca do assentamento, recorrendo sobretudo aos trabalhos realizados pelo Nupedor/Uniara, bem como visitas a campo entre maio de 2007 e março de 2008<sup>28</sup>, resultando na elaboração de um primeiro questionário teste. A aplicação do questionário teste foi feita entre abril e agosto de 2008, em uma amostra aleatória de 10% dos lotes dos núcleos VI e III do assentamento, e após modificações e reformulações, o questionário final foi elaborado e aplicado entre novembro de 2008 e março de 2009.

Estruturado em quatro blocos, o questionário final procurou abordar questões relevantes quanto às quatro funções desempenhadas pela agricultura familiar propostas por Carneiro e Maluf (2003) e discutidas com detalhes em Maluf (2003), a saber:

(a) reprodução socioeconômica: a pergunta que orientou a construção do questionário neste primeiro bloco foi se a situação de assentamento permite uma melhor reprodução social e econômica do grupo familiar. Procurou-se abordar questões relativas à ocupação anterior ao assentamento, a atual situação socioeconômica e acesso aos serviços públicos, o peso do trabalho familiar no assentamento, e as atividades agrícolas, não-agrícolas e para-agrícolas na geração de ocupação e renda.

(b) produção para autoconsumo, segurança alimentar, sustentabilidade da agricultura e agrobiodiversidade: neste bloco buscou-se investigar se a situação de assentamento garante a segurança alimentar das famílias. Também se procurou retratar a produção agrícola dos lotes, tanto para autoconsumo, como para venda, bem como os canais de comercialização e as práticas e técnicas agrícolas utilizadas, se dependentes de insumos externos, ou voltadas para uma agricultura mais autônoma e menos impactante do ponto de vista ambiental. Aqui, foi dado destaque à questão da agrobiodiversidade,

---

<sup>28</sup> Estas visitas foram realizadas no âmbito do projeto “Da Microbacia ao Agricultor Familiar: uma releitura do agroecossistema”, financiado pelo CNPq e coordenado pelo Prof. Dr. Manoel Baltasar Baptista da Costa.

isto é, se o assentamento se constitui em um espaço de resgate de variedades agrícolas, e de saberes associados a estes cultivos.

(c) manutenção de um tecido sociocultural em determinado território: aqui nos interessou identificar a existência de uma identidade comum entre os assentados, territorial. Em outras palavras, buscou-se avaliar o sentimento de pertencimento ao assentamento Monte Alegre, e se este assentamento se constitui em um território construído pelas ações e projetos dos assentados, ou um território dado pela política estadual de reforma agrária. Analisou-se a participação dos assentados em grupos formais e informais, a presença de festas e manifestações culturais, religiosas ou de lazer, e as relações do assentamento com as instituições e a política local.

(d) conservação dos recursos naturais e da paisagem: o último bloco de perguntas do questionário foi orientado para a relação dos assentados com a paisagem e os recursos naturais. Foram abordadas questões relativas à percepção ambiental dos assentados, ações de conservação da água e do solo, e utilização dos recursos da flora e da fauna.

Aplicou-se este questionário final em uma amostra aleatória de 10% dos lotes, em todos os núcleos do assentamento Monte Alegre, incluindo o Horto de Silvânia, totalizando 39 questionários aplicados. Este tipo de amostragem foi utilizada em outros estudos realizados no assentamento Monte Alegre, como os de Duval e Ferrante (2008), Amaral e Ferrante (2007) e Souza et. al (2008).

Além da aplicação do questionário misto foram utilizados outros métodos de coleta de informações qualitativas, como a observação participante, as entrevistas parcialmente estruturadas e as anotações em diário de campo. A observação participante, método originário da antropologia, consiste na presença do pesquisador no contexto pesquisado, tendo como finalidade a coleta de dados mediante interações face a face e participação em atividades cotidianas (HAGUETTE, 1992). As entrevistas parcialmente estruturadas, ou semi-estruturadas, são diálogos mais ou menos livres, onde alguns tópicos vão surgindo no decorrer da entrevista, enquanto outros são fixos, definidos pelo entrevistador em um roteiro de pesquisa, visando canalizar o diálogo para as questões a serem investigadas (VIERTLER, 2002).

Já o diário de campo, um recurso muito utilizado pelas ciências sociais, é orientado para o registro de dados coletados no trabalho de campo. No uso do diário, trata-se de registrar o convívio com os informantes e com o contexto pesquisado, representado pela fala dos mesmos, e pelo registro que o pesquisador faz de situações, sentimentos e do próprio espaço pesquisado (LOPES, 2003). Segundo Costa (2003), o diário de campo, além de servir de registro dos fatos ocorridos no trabalho de pesquisa, se presta a auxiliar o pesquisador na análise das informações em profundidade. Neste sentido, Lopes et. al (2003) colocam que sua utilização sistemática permite que as informações registradas possam ser cruzadas com informações objetivas obtidas de questionários, permitindo uma maior clareza nas reflexões do pesquisador. Os fatos, falas, situações, gestos, acontecimentos e sentimentos descritos nos diários sobre uma realidade conhecida são, no momento da análise, mediados pela teoria, em um processo interpretativo que foge ao senso comum, sendo, portanto científico.

Duval (2009) considera que o recurso ao diário de campo permite que o trabalho de pesquisa se desenvolva com mais facilidade. Quando o pesquisador anota fragmentos da conversa e observações no diário de campo, parece ao informante que o pesquisador está tomando aquela conversa como uma aula. Longe da frieza e do constrangimento que um gravador pode causar para determinados informantes, o uso do diário de campo exige, do pesquisador, uma constante atenção nos rumos da conversa, e um ouvido crítico, para captar informações valiosas de acordo com o recorte teórico adotado para a pesquisa. Ademais, durante as conversas informais, registradas em diário, o informante pode partir para outros temas diversos dos sugeridos no roteiro inicial, revelando informações inesperadas.

Estes instrumentos foram escolhidos para complementar e aprofundar as informações coletadas a partir do questionário, de modo a tornar a análise das múltiplas funções no assentamento Monte Alegre mais ampla, incorporando também aspectos da subjetividade e do modo de vida dos assentados. Estes métodos de pesquisa qualitativa foram utilizados em todo o tempo de estadia no assentamento, durante as visitas efetuadas no período

compreendido entre maio de 2007 e março de 2009, visando esclarecer e/ou aprofundar questões de interesse da pesquisa.

Figura 02. Trabalho de campo: entrevista e caminhada pelo lote.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### 4.1 Reprodução socioeconômica e as trajetórias de vida:

Um dos focos da análise trata da reprodução socioeconômica das famílias assentadas, buscando mapear aspectos referentes à trajetória anterior dos agricultores ao assentamento, a comparação da situação atual com a vivida anteriormente, e a geração de renda agrícola, não-agrícola e para-agrícola. A escolha destes aspectos foi no sentido de identificar se a situação de assentamento permite a reconstrução de modos de vida rurais, quais os obstáculos enfrentados para esta reconstrução, e o papel da atividade agrícola neste processo complexo.

#### Trajetoórias de vida

No que se refere às trajetórias de vida dos assentados, observa-se que uma parcela de 38,4% dos entrevistados eram assalariados agrícolas antes da entrada do assentamento, trabalhando sobretudo no corte de cana ou na colheita da laranja, como se pode ver na Tabela 02. Esta informação, já esperada, confirma uma constatação de outros estudos realizados sobre o assentamento Monte Alegre (FERRANTE e BERGAMASCO, 1995; CAMPOI, 2005).

Tabela 02. Ocupação imediatamente anterior ao assentamento

<b>Categoria</b>	<b>Porcentagem</b>
Assalariado agrícola	38,4
Assalariado serviços/indústria	30,7
Autônomo	15,4
Parceiro/arrendatário/meeiro	10,2
Agricultor proprietário	05,1
Total	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

Dentre as ocupações citadas, destacam-se os donos de pequenos comércios como bares e mercados, os vendedores de rua e os motoristas ou caminhoneiros, enquadrados na categoria “autônomo”; e os operários, metalúrgicos e faxineiros, considerados como “assalariados serviços/indústria”. A presença de ex-proprietários de terras é muito pequena, enquanto que a categoria dos agricultores com acesso precário a terra – parceiros, arrendatários ou meeiros – representa 10,2% dos entrevistados.

No entanto, ao considerarmos a biografia dos assentados e suas ocupações em outras etapas da vida, uma parcela significativa (71,8%) teve alguma experiência como agricultores proprietários, parceiros, meeiros, ou arrendatários em anos anteriores ao ingresso na luta pela terra, conforme a Tabela 03.

Tabela 03. Experiências anteriores como agricultor.

<b>Categoria</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Assalariado agrícola	80	20
Assalariado serviços/indústria	50	50
Autônomo	66	44
Parceiro/arrendatário	100	00
Agricultor proprietário	100	00
<b>Total</b>	<b>71,8</b>	<b>28,2</b>

Fonte: pesquisa de campo (2009)

Dos que eram assalariados agrícolas na fase imediatamente anterior a entrada no assentamento, 80% afirmaram ter alguma experiência como agricultores. Além da ocupação como agricultores em alguma etapa da vida, também é marcante no assentamento a presença de assentados oriundos de fora do estado de S. Paulo. Embora os paulistas representem 41% dos assentados, é muito forte a presença de mineiros e paranaenses, que abandonaram suas regiões de origem para trabalharem ora como assalariados,

ora como arrendatários em São Paulo, e acabaram ingressando na luta pela terra, como indica a Tabela 04.

Tabela 04. Estado de origem dos entrevistados.

<b>Estado</b>	<b>Porcentagem</b>
São Paulo	41,0
Minas Gerais	28,2
Paraná	15,3
Bahia	07,6
Goiás	02,5
Pernambuco	02,5
Matogrosso	02,5
Total	100

Fonte: pesquisa de campo (2009)

Através de depoimentos coletados em diário de campo, podem-se observar algumas semelhanças quanto à trajetória de vida das famílias assentadas. Muitos eram pequenos proprietários em seus locais de origem, e depois de passarem por processos de expropriação e de perda da terra, trabalharam como meeiros, parceiros ou arrendatários, e então chegaram a São Paulo para trabalhar, ora como assalariados agrícolas, ora como operários em indústrias.

Esta trajetória de pequeno proprietário para parceiro foi identificada por Candido (1979) e associada à progressiva perda de autonomia da família. Esta, dependendo do dono da terra para se reproduzir na última categoria, se vê obrigada a adotar os ritmos que o patrão impõe, e que tanto social quanto ecologicamente acarretam desequilíbrios nos sistemas tradicionais de vida. Posteriormente, com a proletarização, a vida nas cidades e o assalariamento na agricultura ou nas indústrias, há uma ruptura mais drástica e mais profunda com estes modos de vida, que acabam por se tornar residuais.

Entretanto, esta trajetória de ruptura com um modo de vida rural, associada à progressiva saída do campo, não significa, no mais das vezes, uma perda completa das raízes rurais. Ainda de acordo com Candido (1979), os parceiros, cuja inserção socioeconômica no espaço rural depende de uma relação com a terra mediada pelo latifúndio, conseguem re-estabelecer – ainda que de modo fragmentado – a unidade básica da sociabilidade camponesa, qual seja, o bairro rural.

No assentamento, o mesmo processo de reconstrução de um modo de vida rural pode ser observado. Segundo Antuniassi et al. (1993), os assentados da Fazenda Monte Alegre constroem estratégias de ação para se manterem na terra, estratégias estas que têm raízes profundas no seu passado de sitiante, e que se pautam pela capacidade de estabelecer redes familiares e de manejar bem limitados e recursos escassos, garantindo a reprodução do grupo doméstico. Nos termos de Aly Junior (2005), as redes de sociabilidade e solidariedade transformam os assentamentos em espaços de reconstrução de relações familiares, de vizinhança e de formação de novos bairros rurais, em territórios anteriormente esvaziados, desprovidos de ocupação humana.

Neste sentido, os depoimentos indicam que o ingresso das famílias no assentamento representa uma oportunidade de retomada, ou reconstrução, de um modo de vida pretérito enquanto agricultores familiares, como demonstram os trechos relatados abaixo<sup>29</sup>:

“O Sr. Jorge nasceu na Bahia, e veio para o estado de S.Paulo aos três anos de idade. Foi meeiro, plantando algodão, milho, feijão e arroz na região de S. José do Rio Preto. Passou por Barretos, Olímpia, Pindorama, sempre trabalhando de meeiro, “*passando de patrão em patrão*”. Naquela época, plantava para o auto-consumo também, e nas fazendas em que chegava para fazer a meia já encontrava casa, quintal com pomar, fogão de lenha, “*tudo deixado pela outra família que tinha passado por lá antes da gente*”. Conheceu a esposa em Pindorama e então arrumou um emprego numa fazenda de leite, em Catanduva, “*por isso tenho*

---

<sup>29</sup> Trechos em itálico e entre aspas representam a fala dos assentados.

*experiência na lavoura e na pecuária*”. De meeiro a empregado, foi ainda pequeno empresário, já que teve um açougue próprio em Matão durante 10 anos, de onde veio para o assentamento pelo desejo de “*ter um sítio próprio, uma terra própria*”. Entrou em 2000, nas terras de um outro assentado que abandonou o Monte Alegre, e disse que não havia nenhuma benfeitoria, tudo foi feito por ele e pela família. Se pudesse, Jorge teria comprado terra fora do assentamento, por causa da falta de título definitivo, mas de todo modo afirma que prefere ficar no lote, porque senão tem só duas opções: ou volta a ser empregado de fazenda, ou empregado na cidade. Considera que vive melhor no assentamento do que quando vivia na cidade, mesmo quando era dono de açougue.” (DIÁRIO DE CAMPO, 04/02/2009).

Como se pode observar, após passar por diversas ocupações, em diversas regiões do estado de São Paulo, o assentado encontrou na reforma agrária a oportunidade para a realização do sonho de ter uma terra própria, e se reproduzir como agricultor familiar, considerando que vive melhor no assentamento do que na cidade de Matão. Estas trajetórias marcadas por migrações, de acordo com Antuniassi et al (1993), estão na origem das estratégias adotadas pelos assentados para lidar com a situação de assentamento. Nas palavras das autoras:

“(...) a capacidade de lidar com os vários elementos da situação em que se encontram está diretamente relacionada com a origem social, com a parcela de capital econômico, social, cultural e simbólico adquirido” (ANTUNIASSI et al., 1993, p. 126).

Outra assentada tem um relato semelhante:

“No Paraná a Sra. Elisabete e o marido plantavam feijão, algodão e milho, e 30% do algodão era do proprietário da terra, sendo o milho e o feijão para o gasto da família. “*Lá a vida era boa, era região de terra roxa e a gente fazia despesa no mercado em ano, ia uma vez por ano comprar, e pagar a conta do ano anterior*”. A família saiu de lá para

Matão, devido à um período de secas, que não permitiram uma boa produção do algodão, levando a família ao endividamento com o proprietário da terra. Em Matão ela trabalhou na fábrica da Fischer como operária, e o marido na colheita da laranja. Ficaram na cidade de 1989 a 1995, quando foram chamados para o assentamento (o marido havia feito a inscrição no ITESP, e eles foram sorteados quando outro assentado, acusado de roubo, foi expulso do lote). Entretanto, o marido foi para o lote, e ela continuou na Fischer mais três anos, até 1998, quando se instalou no assentamento também. “*Não via a hora de largar a cidade e vir para o assentamento. Eu gosto mesmo é de sítio, de roça, e melhor ainda quando a gente pode plantar o que quer, criar o que quer, né?*”(DIÁRIO DE CAMPO, 25/04/2008).

Neste relato aparece a referência a um passado identificado com um tempo de sossego e de fartura, atravessado por um período de proletarização, e depois, com a entrada no assentamento, a retomada de fragmentos daquele tempo em que “*a vida era boa*”. Aqui, a memória de um passado vivido no campo, ainda que em condições desfavoráveis de parceria, é o ponto de partida da assentada, que recorre a esta referência para desenvolver estratégias de permanência na terra. O acesso a terra significa, mais do que uma oportunidade para gerar renda, a recuperação de uma identidade e de autonomia, e uma nova inserção na sociedade enquanto produtores de alimentos, para si e para os outros (DUVAL, 2009).

### **Melhoria das condições socioeconômicas:**

Durante as entrevistas, os agricultores associaram o assentamento ao fato de “*viverem em liberdade*”, sendo “*donos de si*” ou “*o próprio patrão*”, enquanto que quando viviam e trabalhavam como assalariados ou como meeiros/parceiros relatavam a “*rotina cansativa*”, e o fato de viverem sob insegurança e instabilidade. Neste sentido, a condição de assentado representa para estas famílias a segurança da posse da terra, o que permite uma maior estabilidade e planejamento a médio e longo prazo em um rearranjo das estratégias de reprodução familiar, resultando em melhorias nas condições

de vida, aumentando a capacidade dos assentados de consumo de gêneros alimentícios e bens em geral, e possibilitando uma inserção menos precária no mundo do trabalho e na sociedade (HEREDIA et al., 2002).

De fato, a maioria dos entrevistados considera que a vida melhorou com o ingresso no assentamento, tanto em termos financeiros, como de moradia e acesso aos serviços públicos – saúde, educação, energia elétrica, conforme a Tabela 05.

Tabela 05. Situação atual em comparação com a anterior ao assentamento.

<b>Categoria</b>	<b>Financeiro (%)</b>	<b>Moradia (%)</b>	<b>Acesso a serviços (%)</b>
Melhorou	53,8	84,6	43,6
Igual	25,6	07,7	38,6
Piorou	20,5	07,7	17,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo (2009).

Isto nos leva a pensar que a condição de assentamento representa um incremento na qualidade de vida destas famílias, com um melhor acesso aos serviços públicos, e com condições mais elevadas de moradia e de renda. Para Leite (2005), esta melhoria geral das condições de vida pode ser entendida como “impactos internos” da política de assentamentos, que possibilita a superação das condições de pobreza que porventura caracterizavam a vida destas famílias na etapa anterior ao acesso a terra. Desde outra perspectiva, Pimentel (2005) chama atenção para os “impactos externos”, ou melhorias regionais obtidas pela criação de assentamentos rurais: 1) na estrutura agrícola e agrária da região, com redução do grau de concentração de terras e modificações na pauta produtiva local; 2) sociais e locais, com melhor acesso à educação, à saúde e infra-estrutura (luz, água, transporte) por parte dos assentados e, não raras vezes, a partir da reivindicação destes; 3) econômicas, na medida em que a renda obtida internamente pelos assentados passa a ser

gasta no comércio local, gerando um efeito multiplicador da renda e impactando positivamente a arrecadação de impostos da prefeitura.

Quanto aos ingressos monetários das famílias assentadas, buscou-se identificar as fontes dos rendimentos percebidos, bem como sua contribuição na composição da renda média mensal. Para tanto, optou-se por separar as famílias assentadas em quatro categorias: as exclusivamente agricultoras; as que realizam algum tipo de pluriatividade; as que exercem atividades para-agrícolas; e por fim as que lançam mão da pluriatividade e das atividades para-agrícolas ao mesmo tempo. As fontes possíveis de ingressos monetários consideradas foram: agricultura, pluriatividade, atividade para-agrícola, aposentadoria e benefícios sociais como o Bolsa Família. Desta forma, foi possível investigar a renda média mensal das famílias em cada categoria, bem como a composição média desta renda, também para cada uma das quatro categorias familiares, conforme demonstra a Tabela 06:

Tabela 06. Composição da renda média mensal por categoria familiar.

Categoria familiar	Nº	Cultivo de Cana	Renda média mensal (R\$)	Composição da Renda Média Mensal (%)				
				Agricultura	Pluriatividade	Atividade para-agrícola	Aposentadoria	Benefício social
Família agrícola	15	73%	952,0	86%	0%	0%	13%	1%
Família pluriativa	11	73%	1.670,0	43%	45%	0%	10%	2%
Família para-agrícola	07	43%	1.535,0	56%	0%	31%	13%	0%
Família pluriativa e para-agrícola	06	67%	730,0	22%	39%	29%	11%	0%

Fonte: Trabalho de campo (2009).

Das 39 famílias entrevistadas, 15 são exclusivamente agricultoras (família agrícola), 11 combinam agricultura com atividades não-agrícolas exercidas por um ou mais membros da família (família pluriativa), 07 combinam agricultura com atividades para-agrícolas exercidas por um ou mais membros da família (família para-agrícola), e 06 adotam uma estratégia de combinar

explorações agrícolas, com o exercício de atividades não-agrícolas e para-agrícolas por um ou mais membros da família (família pluriativa e para-agrícola). Das famílias agrícolas e pluriativas, 73% plantam cana em integração com usinas da região, enquanto que este índice é de 67% nas famílias pluriativas e para-agrícolas e 43% nas famílias para-agrícolas.

Observa-se que as famílias pluriativas obtêm os maiores rendimentos médios mensais (R\$ 1.670), ao passo que as famílias pluriativas e para-agrícolas obtêm os menores rendimentos (R\$ 730), estando em posição intermediária as famílias para-agrícolas, com o segundo maior rendimento médio mensal (R\$ 1.535) e as famílias exclusivamente agrícolas, com rendimento médio de R\$ 952 mensais.

A composição destes rendimentos varia de acordo com a categoria analisada. As famílias pluriativas contam, em média, com 45% da sua renda proveniente de atividades não-agrícolas, sendo a agricultura responsável por 43% da composição da renda. Já as famílias para-agrícolas têm na agricultura 56% dos seus rendimentos, e nas atividades para-agrícolas 31%, o que aponta para uma maior importância relativa da agricultura no segundo grupo do que no primeiro. De fato, as atividades para-agrícolas apresentam o potencial de fortalecer a prática da agricultura pela via de agregação de valor, o que se exprime em uma maior importância das explorações agropecuárias para a categoria das famílias para-agrícolas. A menor presença do cultivo de cana integrada nesta categoria também indica para um fortalecimento da agricultura de base familiar.

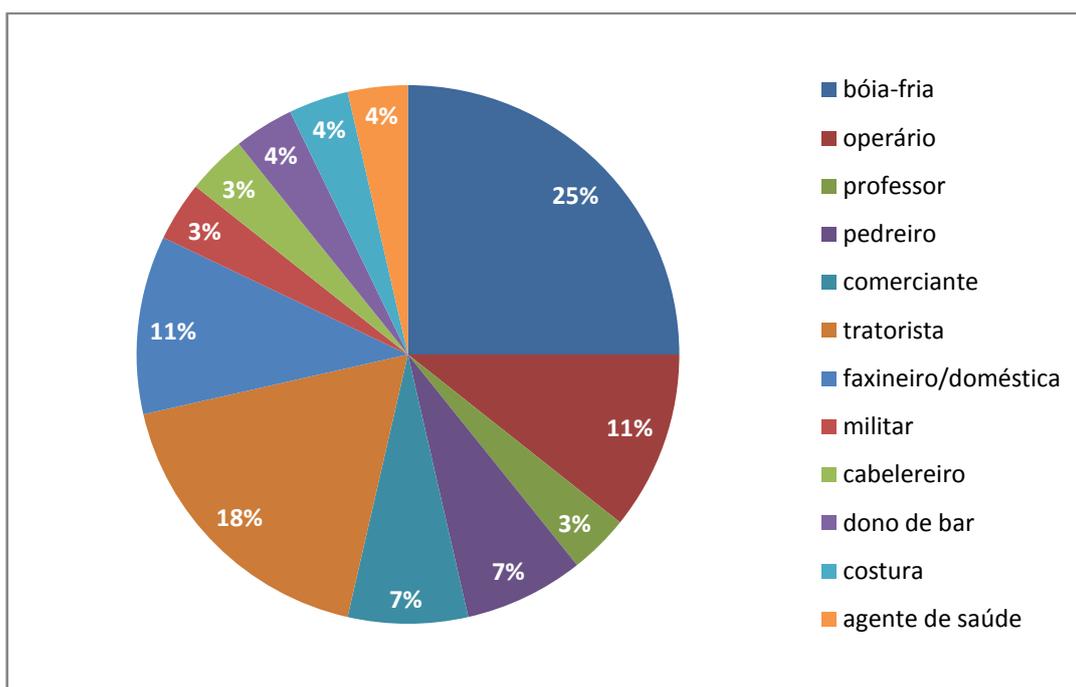
As famílias pluriativas e para-agrícolas tem os seus rendimentos pulverizados entre as distintas atividades, com predomínio da pluriatividade (39%). As famílias agrícolas, obviamente, contam com renda predominantemente oriunda da agricultura (86%), sendo o cultivo de cana presente em 73% dos lotes visitados deste grupo. Em todas as categorias observou-se uma importância constante da aposentadoria na formação da renda (entre 10% e 13%) e uma presença pouco marcante dos benefícios sociais ou programas de transferência de renda.

Tomando todas as categorias no seu conjunto, constatou-se uma renda média mensal no assentamento de R\$ 1.150,00/família. A menor renda média mensal/família encontrada foi de R\$ 300,00, enquanto a maior foi de R\$ 6.930,00.

### Pluriatividade e atividades para-agrícolas:

Cabe agora explorar um pouco mais a fundo o exercício de atividades não-agrícolas no assentamento Monte Alegre. Esta pluriatividade ocorre de formas muito heterogêneas, envolvendo às vezes mais de um membro do grupo familiar, e abrangendo um grande número de ocupações, conforme vemos na Figura 03:

Figura 03. Pluriatividade no assentamento Monte Alegre.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Dentro das 17 famílias em que um ou mais membros exercem atividades não-agrícolas, 25% trabalham de forma sazonal em uma atividade relacionada à produção agrícola regional, no corte da cana ou na colheita da laranja, no que Schneider (2006, apud PERONDI, 2007) denominou de “pluriatividade

sazonal” ou “informal”, isto é, quando há precariedade na venda da força de trabalho.

Uma parcela de 18% são tratoristas, alguns trabalhando como funcionários de fazendas da região e outros prestando serviço com trator próprio, inclusive dentro do assentamento, em um exemplo de “pluriatividade de base agrária”. Cerca de 11% dos entrevistados trabalham como operários em indústrias ou como faxineiros e empregadas domésticas, no que se poderia chamar de “pluriatividade intersetorial”, assim como os que trabalham como professor, militar, costureira, agente de saúde, cabeleireiro ou dono de bar.

A grande variedade de atividades não-agrícolas realizadas demonstra que os assentados recorrem a distintas estratégias para obterem renda, além das explorações agrícolas. O recurso a esta pluriatividade tem uma diversidade de motivações: alguns assentados relatam que “*ter um emprego fora da agricultura*” é uma garantia de ingresso monetário fixo mensal, enquanto que o lote se torna apenas local de moradia, pois “*se não tiver um salário aqui, não consegue sobreviver*”; ao passo que em outras famílias a mulher ou filha trabalham como empregada doméstica, ou os filhos são assalariados, na cidade ou no corte da cana, enquanto o chefe de família se dedica à agricultura no lote, sendo o dinheiro obtido com a atividade não-agrícola revertido para a agricultura na forma de compra de insumos e sementes, como indicam os trechos:

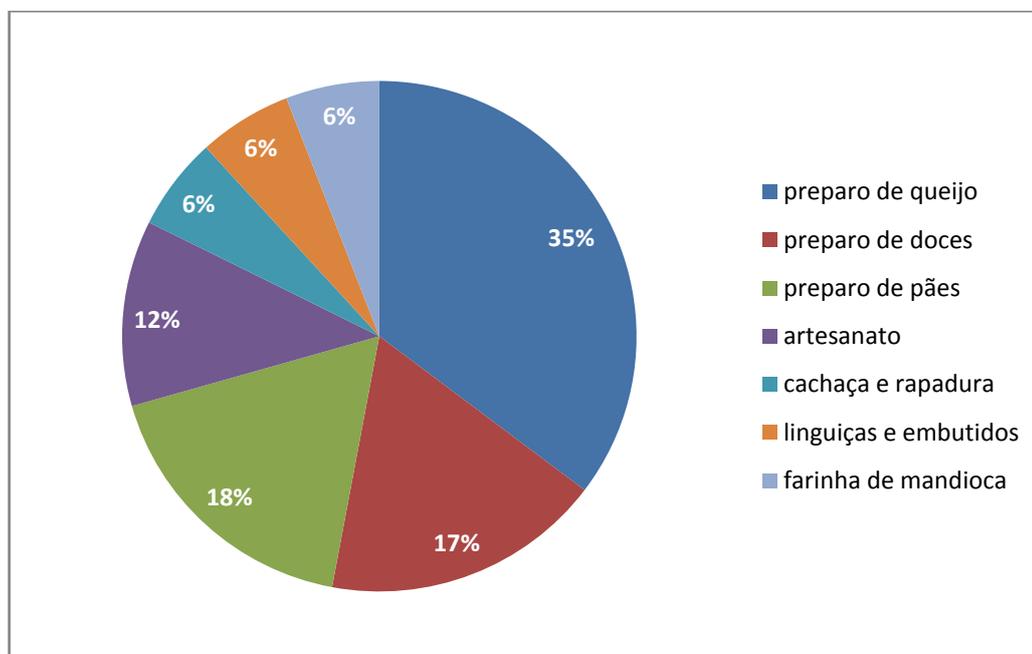
“O Sr. Luis afirmou que não pega mais crédito desde que comprou o próprio trator ”*em vez de me meter com banco, eu presto serviço e invisto no sítio, compro adubo, semente. Se deu ou não deu, pelo menos não fico devendo*” (DIÁRIO DE CAMPO, 09/12/2008).

“O filho da D.Maria, Adilson, trabalha todos os anos no corte da cana. Segundo ela, o trabalho de cortador é necessário, porque garante um dinheiro fixo para a família, e “*ainda sobra um pouco para ampliar a horta*” (DIÁRIO DE CAMPO, 06/03/2008).

Entendemos que o recurso a um trabalho não-agrícola indica uma precariedade da agricultura mercantil no assentamento, que, como demonstraremos mais adiante, está baseada principalmente em dois produtos: cana de açúcar e olerícolas. Seja pela baixa produtividade, sejam pelos baixos preços pagos, ou por ambos os fatores, os assentados buscam outras formas de sobrevivência e de permanência na terra além da produção agrícola, revelando que a pluriatividade, de fato, se constitui em uma “acomodação desconfortável em um terreno hostil” (LACERDA e MORUZZI MARQUES, 2008, p.13), terreno hostil este dominado pelas cadeias produtivas da cana de açúcar e da laranja que oferecem 25% das “oportunidades” de emprego sazonal para os assentados.

Por outro lado, as atividades para-agrícolas também estão presentes. Nas 13 famílias em que um ou mais membros exercem qualquer atividade para-agrícola, as ocupações se dividem entre o processamento de alimentos de forma individual ou coletiva, e o artesanato, conforme indica a Figura 04.

Figura 04. Atividades para-agrícolas no assentamento Monte Alegre.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Há a transformação de leite em queijos e doce de leite, o preparo de pães, de doces de frutas, e a fabricação de lingüiças, farinha de mandioca e derivados de cana de açúcar como cachaça e rapadura.

Com exceção do preparo de pães, todas as outras atividades de transformação artesanal se utilizam de gêneros produzidos no próprio assentamento, ora nos lotes dos que realizam o processamento e ora no de vizinhos. O processamento artesanal, além de agregar valor ao gênero agrícola, também é uma estratégia de conservação dos produtos ao longo do tempo, permitindo o seu aproveitamento – para venda e/ou para o consumo das famílias – nos períodos de entressafra. A atividade de processamento de alimentos é vista como forma de incrementar a renda oriunda dos produtos cultivados, conforme nos relatou uma assentada:

*“Não é só de agricultura que a gente vive aqui no assentamento, tem o pão, o artesanato. Só porque é assentado não pode aprender fazer outras coisas? Não dá para deixar as condições da gente boas só por conta da agricultura” (DIÁRIO DE CAMPO, 14/04/2008).*

Campoi (2005) identifica no assentamento Monte Alegre o protagonismo das mulheres no processamento de produtos, sejam eles destinados para o consumo da família ou para venda, fenômeno que também identificamos.

No caso dos pães, é de destacar que das três entrevistadas que trabalham com panificação, duas fazem parte de uma mesma associação – Associação das Mulheres Assentadas (AMA) – que conta com uma padaria, construída com o apoio da prefeitura municipal de Araraquara, e um ponto para a venda da produção na loja de economia solidária, no centro da cidade:

*“Na padaria da AMA, o sistema de trabalho é em revezamento, em turnos de duplas, com as quatro mulheres que compõe a associação. Existe produção de pães, biscoitos, bolos e pães doces, e no futuro pretendem ampliar para polpas congeladas e salgados. Os produtos são vendidos na casa da economia solidária, no terminal de Araraquara. No momento da visita, a D. Bete estava fazendo um bolo de milho para*

aproveitar o que sobrou do milho plantado no seu lote”. (DIÁRIO DE CAMPO, 22/01/2009).

“Quando cheguei à padaria da AMA, Bete, Maria e Zilda faziam um intervalo no trabalho, e estavam comendo pão doce e tomando café. Perguntei a elas dos produtos que estavam fazendo, e informaram que, além do pão, fazem biscoitos, bolos e roscas, e que agora querem reduzir os ingredientes comprados no mercado. Compram a farinha de trigo e o fubá de fora, mas o leite, os ovos, a goiabada, e o doce de leite vem do assentamento, às vezes do lote delas mesmas. Disseram ainda que pensam em fazer um pão com pequi, fruto muito abundante no assentamento, ou ainda uma pizza de frango com pequi congelado”. (DIÁRIO DE CAMPO, 04/02/2009).

Figura 05. Panificadora “Irene Biazzí Góes” da Associação das Mulheres Assentadas (AMA).



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Esta iniciativa indica o potencial das atividades para-agrícolas impulsionarem novas vias de desenvolvimento para o assentamento, calcadas no fortalecimento da agricultura familiar, através do processamento coletivo da produção e da agregação de valor ao produto final. No escopo teórico da noção

de multifuncionalidade da agricultura, as atividades para-agrícolas ganham relevo, uma vez que tal noção implica na revalorização da agricultura como dinamizadora e como suporte de funções sociais e ambientais nos territórios rurais, dentre as quais se destaca a diversificação de ocupações e de fontes de geração de renda. No entanto, estas novas atividades econômicas devem estar em uma relação de fortalecimento da agricultura, e no caso da presente pesquisa, da agricultura familiar assentada.

De acordo com Mior (2007), a agroindustrialização familiar pode ser entendida como um processo de reconfiguração de recursos promovida pela agricultura familiar, em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. Desta reconfiguração emerge uma transformação de um produto que antes era orientado para a subsistência da família e para o consumo na entressafra (valor de uso), para um produto que adquire valor de mercado, que passa a ser visto como produto comercial e, portanto fonte de renda da unidade de produção familiar. Identificamos esta situação na padaria da AMA, onde o apoio do poder público e a presença de uma organização associativa foram fundamentais para a consolidação da atividade para-agrícola. Por outro lado, esta atividade encontra o seu substrato na elaboração de produtos orientados primeiramente para a subsistência, como pão e doces de frutas, que agora, a partir do acesso a um ponto de venda, adquirem valor de troca.

### **Sucessão e continuidade dos jovens:**

Por fim, 85% dos entrevistados afirmaram que querem que os filhos continuem no lote, indicando um desejo de sucessão familiar na unidade de produção. A permanência dos filhos no lote representa a continuidade do trabalho e do investimento que a família realizou, bem como uma oportunidade de emprego, renda e de vida digna, conforme demonstram depoimentos como *“quero que meu filho dê continuidade no trabalho da gente”*, *“que tenha mais renda no assentamento, porque emprego na cidade está difícil”*, e *“quero o filho no assentamento, porque aqui tem condição para ter uma renda, mas em outro lote, porque ele precisa de mais terra”*, coletados durante as entrevistas.

Apesar de não ser muito relevante, existe o contrato de trabalhadores no assentamento, indicando que, além de gerar ocupação e renda para os próprios assentados, o assentamento também gera emprego para terceiros. O contrato de trabalhadores temporários nas épocas de plantio e de colheita – inclusive da cana voltada para a agroindústria - é mais comum, sendo realizado por 28% dos entrevistados, que contratam de 1 a 5 trabalhadores rurais. Também há o contrato de trabalhadores permanentes para executar tarefas mais penosas como a capina, principalmente entre os olericultores, porém em menor grau, por apenas 9% dos entrevistados. Em ambos os casos, a presença de jovens do próprio assentamento é marcante, denotando a existência de um mercado de trabalho interno ao assentamento, onde os agricultores mais capitalizados e com melhor acesso ao mercado empregam jovens filhos de assentados menos capitalizados ou com menores possibilidades de geração de renda. Também há o emprego de pessoas das cidades próximas, conforme relevou um assentado ao dizer que *“quando o serviço está apurado, a gente paga para turma da cidade vir ajudar, ou então chama os parentes de Matão”*.

Como podemos observar dos dados discutidos e analisados neste primeiro bloco, o assentamento Monte Alegre constitui-se em espaço aonde as famílias podem reconstruir um modo de vida rural pretérito, enquanto agricultores familiares. A presença de ex-bóias-frias no assentamento não é um impeditivo para isto, já que 80% destes ex-assalariados rurais temporários possuem alguma experiência como agricultores, experiência esta que está sendo resgatada e recriada, a partir da recuperação de hábitos, memórias e costumes. A boa comparação das condições financeiras, de moradia e de acesso a serviços atual em relação com a anterior, também leva a pensar que a entrada no assentamento representou um salto qualitativo na vida destas famílias. Ademais, o desejo de 85% dos entrevistados de que os filhos permaneçam no assentamento indica que os assentados visualizam neste espaço oportunidades de ocupação, de geração de renda e de construção de uma vida digna para seus descendentes.

Entretanto, a reprodução dos grupos domésticos como agricultores familiares encontra também obstáculos, e o recurso à pluriatividade “informal” ou “sazonal”, na qual se destaca o trabalho no corte da cana e na colheita da laranja, indica que a agricultura no assentamento enfrenta dificuldades, e não é capaz de garantir sozinha os ingressos monetários das famílias assentadas. Por outro lado, as experiências de atividades para-agrícolas, perpassadas pelo associativismo e pela venda direta podem indicar novos caminhos a serem seguidos, resultando no fortalecimento da agricultura familiar através da agregação de valor aos produtos via processamento artesanal.

Por fim, o assentamento desempenha um papel importante na geração de ocupação e de renda para as famílias assentadas. A existência de um mercado de trabalho interno ao assentamento se apresenta de um lado como oportunidade de emprego para os jovens, e de outro expressa as diferenças de capitalização e de acesso aos mercados existentes no assentamento.

#### **4.2. Sistemas produtivos, segurança alimentar e agrobiodiversidade.**

O segundo bloco de perguntas, referente à segurança alimentar, as práticas agrícolas e a pauta produtiva, revelou a importância da produção para autoconsumo no assentamento Monte Alegre, como já nos indicou Duval e Ferrante (2008) e Duval (2009), e a conservação da biodiversidade agrícola.

##### **Segurança alimentar e produção para autoconsumo:**

Em primeiro lugar, tratou-se de avaliar qual a percepção dos assentados sobre o incremento da segurança alimentar, tanto qualitativa (diversidade de alimentos) como quantitativa (quantidade de alimentos), após a entrada no assentamento. Pediu-se aos assentados para que avaliassem se a disponibilidade de alimentos (em quantidade e em qualidade/diversidade) havia melhorado, piorado ou permanecido igual, em comparação com a situação imediatamente anterior a entrada no assentamento. As respostas referentes à qualidade e à quantidade não diferiram em nenhum caso; isto é, não houve respostas que apontassem para uma melhoria na qualidade dos alimentos e uma piora na quantidade, ou vice-versa.

Nenhum entrevistado afirmou que houve piora na alimentação após a entrada no assentamento, sendo que a grande maioria (74%) percebeu uma melhora na quantidade e na qualidade da alimentação após o acesso a terra, enquanto que os outros 26% consideraram que a alimentação permaneceu, qualitativa e quantitativamente, igual. Os depoimentos “*minha alimentação melhorou muito, porque agora só como coisa sem veneno, que eu mesmo planto*” e “*não como melhor porque não quero. É vaca, é fruta, frango, porco, fazemos queijo, lingüiça, tem gente que passa fome porque não sabe aproveitar a terra que tem, nós sabemos*” indicam esta percepção de melhoria quali-quantitativa na alimentação.

Isto se explica pelo fato de 52% dos assentados afirmarem que produzem a maior parte dos alimentos que consomem enquanto 33% colocaram que produzem a menor parte do que é consumido pela família. Apenas 15% dos entrevistados relataram não possuir produção para o abastecimento familiar.

De acordo com Santos e Ferrante (2003), a produção para autoconsumo, de um lado representa uma segurança para os agricultores frente às oscilações de preços dos mercados, garantindo uma certa autonomia; de outro lado, adquire um significado simbólico, de produzir na terra própria o próprio alimento. Neste sentido, Duval (2009) coloca que os hábitos alimentares de famílias assentadas revelam sua identidade, e neste cenário ganha relevância o papel da memória dos agricultores na reconstrução do ambiente, em função da produção para autoconsumo. Ou seja, de acordo com o autor, a produção para autoconsumo – incluindo as variedades produzidas, e as práticas agrícolas envolvidas – é uma das bases – se não for a principal – para a reconstrução simbólica e material de um modo de vida rural, na situação de assentamento. Gazolla e Schneider (2007) também consideram a manutenção de uma identidade socioprofissional do agricultor familiar e de um modo de vida como um dos papéis da produção para autoconsumo, devido a sua importância central na lógica de reprodução social do grupo doméstico.

Somando os assentados que afirmaram produzir a maior e a menor parte dos alimentos para o autoconsumo, temos que a imensa maioria dos entrevistados (85%) realizam algum tipo de produção para o abastecimento doméstico, conforme indicam os trechos do diário de campo:

“Após nossa conversa, e andando pelo lote, foi possível observar que boa parte da área é destinada para a produção voltada ao autoabastecimento. Plantam milho, mandioca, feijão, favas, hortaliças e frutas, além de criar porcos e galinhas. O Sr. Francisco disse apreciar muito o “*andu*”, que come tanto verde quanto seco, além de utilizar o pequi no arroz e os frutos da macaúba, ambas espécies que ele já conhecia no Norte de Minas Gerais. Ele justificou a preferência por produzir para o consumo da família pelo fato do agricultor “*sempre comprar caro e vender barato*”, sendo melhor comprar o mínimo possível, e só vender alguma coisa quando o preço é bom “*o que não acontece faz tempo*” (DIÁRIO DE CAMPO, 21/01/2009).

“A D. Marilda ficou animada com o plantio do milho da CATI, pois afirmou que gosta de plantar para fazer pamonha, fubá e milho assado. Ela também prepara “*mais para o gasto da casa*” queijos, iogurte, requeijão e manteiga, bem como geléias, compotas e polpas congeladas “*para aproveitar as frutas*”, com alguma venda do excedente. Plantaram ainda feijão para o consumo, e disse que “*quem está na roça está melhor do que quem mora na cidade, porque na cidade você tem que comprar tudo, não tem nem uma rama de mandioca para matar a fome, uma folha de couve, aqui estamos bem*” (DIÁRIO DE CAMPO, 21/01/2009).

Observa-se um sentimento de segurança entre os assentados que orientam uma parcela da produção para o autoconsumo, considerando que esta é uma das vantagens de se viver “*na roça*” em comparação com “*os da cidade*”. Também foi possível observar o resgate de algumas preferências alimentares, através do plantio e do consumo de feijão-guandú, pequi, e derivados de milho, por exemplo. Os entrevistados que não plantam para o

próprio abastecimento relataram falta de mão de obra e/ou pouca terra, privilegiando a produção exclusivamente mercantil.

A produção de mandioca, hortaliças, milho e feijão, e a criação de aves e suínos para autoconsumo, é uma constante nos lotes visitados, formando a base da alimentação neste e em outros assentamentos (SANTOS e FERRANTE, 2003, p.43). Duval (2009) chama atenção para o espaço em que estas culturas destinadas são produzidas: geralmente no entorno das casas (ou nos lotes de moradia), e com a participação principalmente das mulheres, responsáveis pela produção e pelo preparo dos alimentos, “da terra ao prato”. O autor avaliou ainda que as práticas agrícolas utilizadas nas culturas de autoabastecimento são diversas das práticas utilizadas nas lavouras exclusivamente comerciais: nas primeiras privilegiam-se a diversidade de cultivos, com uso de consorciações e rotações, bem como o uso de adubos orgânicos e esterco, enquanto nas segundas a aplicação do pacote tecnológico baseado em insumos de síntese é mais freqüente.

A agricultura praticada no assentamento Monte Alegre, além de desempenhar a função central de garantir o abastecimento e a segurança alimentar das famílias assentadas, incrementa a produção de alimentos na região de Araraquara. Neste sentido, 85% dos entrevistados acreditam que o assentamento contribui de alguma maneira para abastecer a sociedade de alimentos, enquanto que os 15% restantes afirmaram que o assentamento não contribui de forma relevante para o abastecimento alimentar da sociedade. As explicações para estes posicionamentos foram muito variadas. Da maioria que considerou a relevância da agricultura do assentamento no abastecimento regional, temos afirmações do tipo “*o assentado tem que produzir alimentos para si em primeiro lugar, e depois para os pobres da cidade. Hoje quando como uma alface da cidade me dói o estomago, por causa do veneno que eles põem, e que aqui [no meu lote] a gente não usa não*”; “*ajudo a alimentar a cidade pelo PAA, com entrega de mandioca e de hortaliças*”; “*com certeza contribui para alimentar, aqui tem milho e horta de monte*”; e “*o assentamento tem bastante produção, claro que alimenta a cidade*”. Estas falas revelam que

os entrevistados se sentem valorizados por produzir alimentos, algumas vezes sem o uso de agrotóxicos, e por fornecer estes gêneros às cidades próximas.

Os que consideraram que a agricultura do assentamento não ajuda no abastecimento alimentar regional apontaram para o cultivo da cana de açúcar como o principal fator desta “desfuncionalidade” da agricultura, como revelam as falas “*alguns não contribuem para alimentar a sociedade, principalmente os que têm cana. Outros sim*”; “*nós que temos horta alimentamos a sociedade, agora tem muitos com cana, que não é a idéia da reforma agrária*”; “*só quem mexe com horta ajuda a alimentar a sociedade*” e “*as outras famílias abastecem a sociedade, a minha não porque só temos cana*”.

Outros entrevistados partiram para outro tipo de argumentação, colocando que “*tudo que [você] come de fora do lote é envenenado. Mas [o assentamento] não alimenta a sociedade porque é difícil vender a produção, que fica só para o gasto*”; “*não contribuimos para alimentar a sociedade porque plantar e viver da agricultura aqui é difícil. Talvez os grandes consigam, nós não*”, e “*[temos] poucas condições para produzir e vender, então é difícil abastecer a sociedade*”; argumentações que apontam para uma precariedade geral da agricultura mercantil no assentamento.

Sem embargo destes diferentes posicionamentos, podemos considerar em concordância com um dos entrevistados, que o “*assentamento alimenta a cidade porque gera excedente*”. Boa parte do milho, da mandioca, do feijão, do leite, e dos pequenos animais como frangos e porcos são produzidos segundo esta orientação, visando primeiro o abastecimento alimentar das famílias, sendo o excedente comercializado. Duval e Ferrante (2008) chamam a atenção para a importância da produção de autoconsumo no aumento da oferta de alimentos nas cidades do entorno dos assentamentos, especialmente quando há algum tipo de mediação do poder local no apoio a esta produção. No caso específico de Araraquara, este apoio à produção de alimentos é realizado através do Programa Direto do Campo e do Programa de Aquisição de Alimentos, que funcionam como canais importantes de comercialização dos excedentes produzidos: o primeiro servindo aos produtos olerícolas

princiapalmente, e o segundo servindo à produção de mandioca, abóbora e frutas, principalmente.

### Atividades produtivas e explorações:

A seguir apresenta-se a relação de atividades do assentamento Monte Alegre. Buscou-se organizar as produções vegetais, animais e processados quanto à orientação (se exclusivamente para venda, exclusivamente para consumo, ou ambas as orientações), bem como os canais de comercialização utilizados para cada produto. Desta maneira, procura-se dimensionar as principais atividades produtivas desempenhadas pelos assentados, e relacioná-las com as formas de inserção no mercado. A primeira coluna da tabela descreve o produto analisado, a segunda indica quantos assentados afirmaram produzir aquele produto em seu lote, a terceira coluna aponta para o destino da produção, e a última coluna indica os canais de comercialização da produção destinada exclusivamente para venda, ou para consumo e venda.

Tabela 07. Relação de atividades produtivas: explorações vegetais.

Produto	Lotes que produzem (%)	Destino da produção (%)			Canais de comercialização (%)				
		Exclusivo venda	Exclusivo consumo	Consumo e venda	Direto	Feira	Agroind.*	Atr.**	PAA
Cana	66,6	92,3	3,8	3,8	---	---	100	---	---
Milho	53,8	14,3	71,4	14,3	16,6	16,6	16,6	50	---
Hortaliças	71,8	---	60,7	39,3	9,1	36,3	---	36,3	18,1
Frutas	66,6	---	76,9	23,0	---	16,6	---	50	33,3
Mandioca	41,0	12,5	68,7	18,7	20	---	20	---	60
Feijão	66,6	---	92,3	7,7	100	---	---	---	---

\* Agroindústria (produção integrada).  
 \*\* Atravessador.

Fonte: pesquisa de campo (2009).

Em relação às explorações vegetais (Tabela 07), a produção de hortaliças aparece em 71,8% dos lotes visitados. Nenhum entrevistado afirmou produzir hortaliças exclusivamente para venda, sendo que a produção destinada para autoconsumo representa 60,7%, e a produção destinada tanto para o consumo como para a venda foi de 39,3%. A venda de hortaliças em feiras – inclusive as do Programa Direto do Campo -, ou através de intermediários é a mais comum, embora também exista o escoamento da

produção via compras institucionais, como o PAA. A variedade de hortaliças cultivadas envolve alfaces, couve, rúcula, cenoura, berinjela, pimentão, repolhos, chuchu, beterraba, abóboras, abobrinhas, quiabo, ervas aromáticas, vagens, entre outras, sendo que existem desde os sistemas especializados em uma ou duas espécies, como no caso de um dos lotes visitado que produzia apenas chuchu e abobrinha, até os muito diversificados.

As culturas do feijão, de frutas e da cana aparecem em 66,6% dos lotes amostrados. No entanto, estas três explorações diferem significativamente quanto a sua orientação, e as formas de escoamento da produção. No caso da cana de açúcar, 92,3% da produção é destinada exclusivamente para a venda, que é realizada através dos contratos com usinas de açúcar e álcool. Apenas um entrevistado afirmou cultivar cana para uso próprio, na alimentação de vacas de leite, enquanto um segundo entrega parte da cana para usina, e a outra parte processa em cachaça e rapadura dentro do lote.

A fruticultura, que já foi incentivada no assentamento por programas do ITESP, sobretudo a produção de citros e mangas, aparece orientada especialmente para o consumo exclusivo das famílias, com 76,9% das respostas. O restante da produção frutícola é utilizado tanto para o abastecimento familiar, como para a venda dos excedentes. Ganha destaque a venda por intermediários, mas o PAA também aparece como canal de comercialização privilegiado.

O feijão também é produzido sobretudo para o abastecimento exclusivo das famílias (92,3%), sendo o restante produzido para autoconsumo com vendas de excedente. O feijão é muito produzido em consórcios, com milho ou mandioca, e os assentados se utilizam das variedades: carioca, preto, chumbinho, bolinha, cara-suja, rajado, roxinho, branco, jalo (*Phaseolus vulgaris*), e feijão de corda ou catador (*Vigna unguiculata*). A comercialização de feijão, quando realizada, é através de venda direta, dentro do próprio assentamento.

A produção de milho (Figura 06) foi constatada em 53,8% dos lotes visitados, sendo mais orientada para o abastecimento exclusivo da família (71,4%), e aparecendo em igual número (14,3%) para a venda ou para ambas as orientações. Mais uma vez, os atravessadores estão entre os canais de venda mais utilizados pelos assentados, embora o escoamento de milho também seja feito de forma direta, em feiras – milho verde, neste caso -, e através da venda para agroindústria, em contrato. Do milho produzido para o auto-consumo, uma parcela é consumido de forma secundária, isto é, na alimentação dos animais domésticos como aves e suínos.

Figura 06. Sr. Milton e roça de milho.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

A mandioca é produzida por 41,0% dos entrevistados, sobretudo para o consumo exclusivo da família, mas também é plantada exclusivamente para a venda por 12,5% dos entrevistados, tanto em contrato com indústrias de fécula

como para venda direta. No entanto, 60% da mandioca comercializada pelos assentados é vendida através do PAA, indicando uma importância deste programa como espaço privilegiado de inserção dos assentados no mercado. Conforme Chmielewska (2009), entre 2004 e 2008 o PAA em Araraquara absorveu 804 toneladas de produtos da agricultura familiar, dos quais 56% eram hortícolas, como abóbora e mandioca.

Quanto às explorações animais, a presença de pequenos animais como frangos e suínos é marcante. A atividade leiteira também é expressiva no assentamento, conforme indica a Tabela 08.

Tabela 08. Relação de atividades produtivas: explorações animais.

Produto	Lotes que produzem (%)	Destino da produção (%)			Canais de comercialização (%)		
		Exclusivo venda	Exclusivo consumo	Consumo e venda	Direto	Agroindústria	Atravessador
Frangos	53,8	14,3	71,4	14,3	50	50	---
Suínos	46,1	---	61,1	38,9	100	---	---
Bovinos	17,9	57,1	---	42,8	57,1	---	42,8
Ovinos	2,5	---	---	100	100	---	---
Tilápia	5,1	---	---	100	100	---	---
Leite	41,0	---	81,2	18,7	---	100	---
Ovos	48,7	---	89,4	10,5	100	---	---

Fonte: pesquisa de campo (2009).

Em relação aos entrevistados que criam frangos (53,8%), a maioria (71,4%) produz aves caipiras para o abastecimento exclusivo da família. 14,3% dos entrevistados produzem frangos destinados exclusivamente para a venda, em integração com indústrias, como a Rei Frango. Neste arranjo, a venda da produção é estabelecida em contrato, sendo realizada apenas para a indústria integradora. Já dos que produzem frangos tanto para o consumo como para a venda (também 14,3%), o sistema de produção é o caipira, e a carne é vendida de forma direta, tanto para os assentados como para moradores das cidades próximas que vão até os lotes buscar o produto.

A venda de leite também ocorre na forma de contratos com laticínios, como a Nilza. No entanto, para esta exploração, a produção exclusivamente voltada para a venda não existe, sendo a maior parte da produção leiteira

(81,2%) orientada para o consumo das famílias. A produção de ovos e de suínos também é voltada sobretudo para o abastecimento da família, e quando há comercialização de excedentes, esta é feita de forma direta, ora para outros assentados, ora para moradores das cidades do entorno. A produção de gado de corte é pouco relevante no assentamento, sendo voltada para a venda exclusiva ou para o consumo e venda, de forma direta ou por atravessadores.

No caso dos médios animais, como ovinos e caprinos, a produção é ainda menos expressiva, com apenas uma citação. No entanto, estes animais são muito adaptados aos sistemas familiares de produção, uma vez que desempenham papéis variados na manutenção destes sistemas, como: alimentação das famílias, fornecimento de outros produtos (couros, gorduras, ossos), otimização da ciclagem de nutrientes através da produção de esterco, além de constituírem uma espécie de poupança estratégica, que pode ser mobilizada pela família em períodos de crise (SALES, 2005).

A Tabela 09 retrata os produtos processados no assentamento. Aqui, salta aos olhos a orientação da produção, marcada pela alternatividade, e a forma de comercialização, sempre via direta.

Tabela 09. Relação de atividades: produtos processados e outros.

Produto	Lotes que produzem (%)	Destino da produção (%)		Canais de comercialização (%)
		Exclusivo venda	Consumo e venda	Direto
Queijos	15,4	---	100	100
Pães	7,7	---	100	100
Doces	7,7	---	100	100
Farinha de mandioca	2,5	---	100	100
Lingüiças	2,5	---	100	100
Derivados de cana	2,5	100	---	100
Artesanato	5,1	50	50	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

O processado mais comum é o queijo, com 15,4% das citações. Os assentados relataram que utilizam a fabricação do queijo como uma maneira para aproveitar o excedente de leite produzido, que não é possível de ser consumido ou comercializado no momento. Houve relatos de assentados que,

durante o período do trabalho de campo, estavam fabricando queijo para agregar algum valor ao leite, que na ocasião estava com os preços em baixa. A venda é sempre direta, nas cidades do entorno ou no próprio assentamento. Seguindo esta mesma lógica está a fabricação de doces, feitos com frutas produzidas no lote que poderiam ser perdidas. Há o preparo de doce de abóbora, banana, goiaba, batata doce, leite, entre outros, tanto para o consumo da família como para a venda direta.

Como já foi exposto acima, o preparo de pães é outra atividade para-agrícola exercida no assentamento. Neste caso, uma parcela da produção de pães é realizada pela Associação das Mulheres Assentadas, em uma padaria construída em parceria com a prefeitura de Araraquara.

Alguns processados são preparados exclusivamente para a venda, como no caso dos derivados de cana (cachaça e rapadura), e de uma parcela do artesanato. Este último, citado duas vezes, é orientado ora para a venda exclusiva (caso de uma assentada que produz pequenos cestos de jornal e os vende através da Associação das Mulheres Assentadas), ora para a venda e para o uso da família (caso de um assentado que elabora balaios de bambu, e os comercializa dentro do assentamento).

A relação das atividades produtivas do assentamento Monte Alegre revela uma grande diversidade de gêneros produzidos, e indica que a agricultura mercantil está baseada principalmente na cana de açúcar em contratos com agroindústrias, e na olericultura, sendo que as outras explorações, tanto vegetais como animais, são mais orientadas para o consumo.

#### **Insumos e germoplasma:**

A orientação das práticas agrícolas no assentamento segue alguns pressupostos da Revolução Verde, como o uso de agrotóxicos e fertilizantes, muitas vezes sem parâmetros bem definidos ou acompanhamento técnico. No entanto, a agricultura praticada engloba também vários elementos de uma agricultura que poderia ser chamada de tradicional, com o uso de esterco,

extratos botânicos e sementes próprias, sendo difícil estabelecer uma classificação, ou tipologia precisa. As Tabelas 10, 11 e 12 buscam demonstrar os insumos utilizados, as estratégias de manejo do solo e as práticas agrícolas utilizadas de forma freqüente ou eventual pelos assentados em seus lotes.

Tabela 10. Insumos e germoplasma.

<b>Categoria</b>	<b>Agrotóxico (%)</b>	<b>Caldas/ biofert. (%)</b>	<b>Controle biológico (%)</b>	<b>Semente comprada (%)</b>	<b>Semente própria (%)</b>	<b>Med. Veterinário (%)</b>
Uso freqüente	35,9	2,5	00	53,8	28,2	7,6
Uso eventual	43,5	23,8	00	30,7	7,6	7,6
Não uso	20,5	74,3	100	15,3	64,1	92,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

Dos lotes visitados, observou-se o uso de agrotóxicos – herbicidas, fungicidas, inseticidas, cupiníidas, acaricidas - em 79,4%. A maior parte dos entrevistados faz uso eventual destes produtos, durante ataques severos de pragas ou doenças, enquanto uma parcela menor utiliza os venenos agrícolas de forma freqüente e mesmo “preventiva”, seguindo um calendário de aplicações. Em ambos os casos, a aplicação de agrotóxicos é realizada sem uma orientação técnica adequada. Os relatos de uso de glifosato (Round-Up) e metamidofos (Tamaron), para diversas culturas foram abundantes entre os entrevistados. Também houve relatos de uso dos princípios ativos inseticidas malathion (Malation) e fipronil (Regent), este último para combater cupins na cana de açúcar. Apesar do uso disseminado de agrotóxicos, alguns assentados reconhecem os perigos destes insumos, como exposto no trecho do diário de campo:

“O Sr. Luis entende o perigo representado pelos agrotóxicos, pois foi logo lavar a mão após pegar em sementes tratadas de milho – *“esse aí tem um medo danado de veneno”* – disse sua esposa. Quando voltou, S.

Luis disse não usar muitos agrotóxicos, “*só o Tamarão de vez em quando*”. (DIÁRIO DE CAMPO, 01/10/2008).

“O André mostrou a cinza, comprada por 10 reais a tonelada, e proveniente de uma fábrica de suco da região. Ele usa nas hortaliças a cinza, cama de frango e esterco de curral, com pouca aplicação, “*só para complementar*” de adubo formulado NPK (04-14-08). O assentado não usa agrotóxicos, e o professor Armênio identificou uma lagarta na pimenta atacada por parasitóides, sinal de que não há mesmo a aplicação de agrotóxicos nas hortaliças. Isto evidenciou uma das “funções” de uma agricultura livre de contaminantes, isto é, o fato de não usar agrotóxicos, permite a regulação ecológica do sistema, além dos impactos positivos sobre a saúde humana” (DIÁRIO DE CAMPO, 21/01/2009).

Uma parcela de 26,3% dos assentados utiliza produtos alternativos para o controle de pragas e doenças: caldas, extratos botânicos e biofertilizantes. Observou-se o uso de calda bordalesa, calda de cinzas de fogão, extrato de fumo de corda, extrato de alho e cebola, extrato de pimentas, ácido pirolenhoso, bem como a aplicação de urina de vaca fermentada. Estes insumos alternativos, mais baratos e menos tóxicos, são utilizados de forma eventual por 23,8% entrevistados que se enquadram neste grupo. Salienta-se que estas práticas podem ser fruto de ações da Fundação Mokiti Okada no assentamento, que nos anos 1990 trabalhou na difusão de práticas de agricultura orgânica no assentamento. O uso de controle biológico de pragas e doenças, através da liberação de insetos predadores/parasitóides, ou através do uso de agentes biológicos como *Bacillus thuringiensis* é inexistente.

Em relação ao germoplasma utilizado no Monte Alegre, observou-se que uma parcela expressiva dos assentados (84,5%) compra sementes no mercado. 53,8% dos entrevistados fazem uso freqüente deste material genético, isto é, compram sementes todos os anos, o que demonstra uma dependência da agricultura do assentamento frente a este mercado. Os entrevistados adquirem com freqüência sementes de hortaliças e de milho. Quanto à última cultura, houve relatos de compra de sementes híbridas

(Agroceres, Agromen), mas também a aquisição de sementes de milho varietal, produzido pela CATI (AL Bandeirante e AL 34).

Uma parcela bem menor, de 35,8% dos entrevistados produz a própria semente, sendo que 28,2% o fazem de forma freqüente. Os relatos quanto a produção própria de sementes de milho e feijão foram comuns. Os assentados separam as melhores espigas de milho, maiores e uniformes, e descartando as pontas, recolhem os grãos do meio da espiga, acondicionando-os em garrafas plásticas para o posterior uso como semente. É de se notar que isto é feito tanto com os milhos variedade como também com os híbridos, resultando neste último caso em lavouras desuniformes e pouco produtivas. No entanto, esta prática de utilizar o “milho de paiol” independente deste ser variedade ou híbrido, indica a reprodução de uma prática que remonta ao passado rural e agrícola de muitas das famílias assentadas. Identificou-se a experiência de uma assentada que produz as sementes de algumas das hortaliças que cultiva e vende na feira.

Os medicamentos veterinários são pouco utilizados. Apenas 7,6% dos entrevistados os utilizam de forma freqüente, na exploração leiteira em contrato com laticínios. 92,3% não utilizam estes medicamentos, uma vez que a criação de animais é voltada quase sempre para o consumo da família, com alguma venda dos excedentes. Dos que utilizam medicamentos veterinários de forma eventual (também 7,6%), houve o relato de um assentado que usa preparados homeopáticos em gado de leite, para a prevenção de mastite.

### **Estratégias de renovação da fertilidade e práticas agrícolas:**

A Tabela 11 apresenta as estratégias de adubação e renovação da fertilidade dos solos utilizadas pelos assentados.

Tabela 11. Estratégias de renovação da fertilidade.

<b>Categoria</b>	<b>Adbos de síntese (%)</b>	<b>Adbos de baixa solubilidade (%)</b>	<b>Adbos verdes (%)</b>	<b>Esterco (%)</b>	<b>Composto (%)</b>	<b>Queimada (%)</b>
Uso freqüente	51,2	12,8	12,8	56,4	7,7	---
Uso eventual	25,6	15,3	10,2	17,9	2,5	---
Não uso	23,0	71,8	76,1	25,6	89,7	100
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

As formulações de NPK altamente solúvel são amplamente utilizadas pelos entrevistados, com 51,2% de uso freqüente e 25,6% de uso eventual. A formulação 04-14-08, citada muitas vezes, parece ser utilizada de forma indiscriminada e sem critérios técnicos, nas diversas explorações vegetais. 23% dos entrevistados afirmaram não utilizar as formulações de fertilizantes sintéticos altamente solúveis, preferindo a utilização exclusiva de adubos orgânicos.

O aproveitamento dos esterco é uma prática muito comum, sendo utilizada de forma freqüente por 56,4% dos entrevistados. Estes esterco podem ser oriundos do próprio lote em que são aproveitados, ou podem ser comprados ou trocados com vizinhos, em uma prática benéfica tanto do ponto de vista agrônômico, de recuperação da fertilidade química e biológica dos solos, como do ponto de vista energético, em que a ciclagem de nutrientes é otimizada através de uma integração animal-vegetal. Uma parcela bem pequena dos assentados (10,2%) processa os esterco através da compostagem (Figura 07), o que contribui para estabilizar a matéria orgânica em húmus, incrementando o potencial de recuperação da fertilidade dos solos.

Figura 07. Composto em área de olericultura.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

O uso de adubação verde também é pouco expressivo, com 12,8% dos entrevistados fazendo uso freqüente desta prática. Dentre os que realizam adubação verde, observou-se o uso de feijão de porco, feijão guandu, mucunas e crotalárias, consorciadas ou em rotação com as explorações principais. Os agricultores que utilizam a adubação verde consideram a prática uma excelente forma de recuperar os solos desgastados, através do incremento de matéria orgânica, como relatado em trechos do diário de campo:

“O Sr. José Góes ressaltou a importância da matéria orgânica na conservação da água no solo e dos nutrientes, e disse que a melhor forma de recuperar os solos do assentamento seria *“plantar guandu e deixar dois anos o bicho soltando folhas na terra, e deixando as folhas apodrecendo”*. (DIÁRIO DE CAMPO, 9/12/2008).

“No lote do sr. Luis, a adubação verde é bem explorada. Ele costuma usar crotalária e feijão guandu para *“descansar a terra”*, bem como utiliza o *“andú cozido ou afogado, verde, que é o preparo que gosto mais”*. Também plantou milho (variedade Bandeirante) e feijões (catador, bolinha, carioca e cara-suja) para o próprio consumo, *“como*

*fazíamos lá em Prudente, quando plantava milho, feijão, arroz e mandioca para o gasto, e algodão, amendoim e batata para vender”.* (DIÁRIO DE CAMPO, 01/10/2008).

28,1% dos entrevistados também utilizam o que se considerou como adubos de baixa solubilidade: pós de rocha, bokashi, fosfatos naturais, farinhas de osso, de sangue, e tortas de oleaginosas. Neste grupo, os relatos de uso de farinha de osso e torta de mamona foram os mais comuns, utilizados em substituição aos adubos químicos altamente solúveis, como indica o trecho:

“O sr. Milton informou que plantou o milho apenas com farinha de osso, porque a terra do seu lote está muito boa, já que ele vem aplicando esterco anualmente “*o esterco vai melhorando o solo, e a cada ano você vai jogando menos; já o adubo químico, comprado, você tem que ir jogando cada vez mais, porque ele vai piorando o solo, deixando a terra fraca*”. Este ano, o sr. Milton utilizou esterco só nas abobrinhas, que vende para atravessadores” (DIÁRIO DE CAMPO, 04/02/2009).

Nenhum dos entrevistados afirmou utilizar queimadas, e muitos falaram acerca dos impactos negativos desta prática sobre o solo e a matéria orgânica.

Tabela 12. Práticas agrícolas utilizadas no assentamento.

<b>Categoria</b>	<b>Pousio (%)</b>	<b>Mulch/P.D. (%)</b>	<b>Terraço (%)</b>	<b>Rotação (%)</b>	<b>Consortiação (%)</b>	<b>Irrigação (%)</b>
Uso freqüente	00	2,5	38,4	33,3	30,7	17,9
Uso eventual	2,5	12,8	20,5	20,5	10,2	12,8
Não uso	97,5	84,6	41,0	43,1	58,9	69,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

Em relação as práticas agrícolas (Tabela 12), observou-se que o uso de cobertura morta (mulching) ou plantio direto, estratégia muito eficiente para o

controle da erosão e o incremento de matéria orgânica no solo, é pouco expressivo, com apenas um caso de uso freqüente, e cinco de uso eventual. Já o terraceamento, outra prática que contribui para o controle da erosão dos solos, é mais difundido, com 38,4% dos assentados fazendo uso freqüente. Cabe lembrar que o programa de microbacias da CATI, implantado no assentamento por técnicos do ITESP, incentiva e apóia a construção e manutenção de terraços, o que pode ter contribuído para a difusão desta prática.

A rotação e a consorciação de culturas (Figura 08), estratégias para a diversificação das explorações vegetais no tempo e no espaço, também são difundidas no assentamento: a rotação com 33,3% de uso freqüente, e a consorciação com 30,7%. É comum encontrar consórcios de milho e feijão, de feijão e mandioca, ou de olerícolas, como o descrito no trecho do diário de campo:

“No lote do Sr. Alvino, chamou a atenção um consórcio de milho, feijão e mandioca. O milho é plantado em um espaçamento de 90 cm entre linhas e 6 cm entre plantas. A 45 cm da linha de milho o sr. Alvino planta o feijão, da variedade carioca ou, mais freqüentemente, catador. E entre as fileiras de milho e de feijão a mandioca é plantada em covas, espaçadas a 1,20m. Segundo o assentado, este consórcio garantia boas produções na Bahia, e se adaptou bem a Araraquara. O agricultor mantém ainda uma coleção de variedades de mandioca no seu lote” (DIÁRIO DE CAMPO, 11/10/2007).

Figura 08. Consórcio de milho e feijão catador.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Alguns dos entrevistados revelaram que a prática da consorciação de culturas é um saber aprendido com os pais, como no depoimento “*uso consórcio de cultura porque aprendi com meu pai que foi agricultor em Jundiá*”, ou ainda uma prática utilizada antes do assentamento, que foi resgatada, como o assinalado no diário de campo:

“Em relação às técnicas agrícolas, é interessante notar que a horta, cultivada exclusivamente pela Maria Antônia, é bem diversificada (milho verde, mandioca, berinjela, pimentão, feijões, banana, fava, cabaça, quiabo, repolho, batata-doce, couve, abóboras), com uso intensivo de consórcios, e aproveitamento da biomassa. Embora esta racionalidade provavelmente tenha origem no trabalho nas roças de MG, onde “*se plantava tudo meio bagunçado*”<sup>30</sup>, o marido assegura que é pelo fato da horta ser “*suja*” que ela não produz bem. Entretanto, ele mesmo afirma

<sup>30</sup> “...os pais [do Francisco e da Maria Antonia] eram parceiros minifundistas na “*fazenda de uma mulher*”, e junto com outras famílias, trabalhavam com o gado da proprietária, e cultivavam gêneros de subsistência, como milho, feijão e mandioca. “*Naquele tempo, quase não íamos ao mercado, à cidade. Os vizinhos se ajudavam muito, sempre íamos tocar roça de um, ou de outro. Juntava todos os moradores da fazenda da mulher e a gente plantava milho, algodão, feijão, abóbora, fava, tudo meio junto, tudo bagunçado, e aquilo dava que era uma beleza*”. (DIÁRIO DE CAMPO, 25/05/2008).

que o milho, ao ser consorciado com feijão catador – e não o feijão carioca, pois “*este não dá resultado*” -, produz muito melhor que o milho solteiro, “*limpo*”.” (DIÁRIO DE CAMPO, 25/05/2008).

As rotações são utilizadas como forma de prevenir o ataque de pragas e doenças, bem como de recuperar a fertilidade dos solos. Para tanto, os assentados se utilizam de arranjos de rotação de gramíneas e leguminosas em uma mesma parcela de terra, alguns incluindo também espécies de adubação verde nestas rotações. Às vezes, o uso da diversificação no tempo não é concomitante ao uso da diversificação no espaço, como revela o depoimento “*Aqui é sem consórcio, cada coisa no seu lugar. Mas faço rotação, a ideal é um ano milho, e um ano crotalária, feijão ou soja*”.

A irrigação é utilizada por 30,7% dos entrevistados, especialmente os olericultores, e aparece sob diversas formas: aspersão, gotejamento e micro aspersão. No que se refere à mecanização da agricultura, observou-se que parte dos assentados utiliza trator alugado de terceiros (39%), ou disponibilizado pelas prefeituras dos municípios do entorno (38%). 23% dos entrevistados contam com trator próprio, sendo que alguns destes prestam serviços dentro do próprio assentamento. O uso de tração animal (Figura 09), que poderia se constituir em uma alternativa interessante e adequada para a otimização do trabalho na agricultura familiar, é utilizada por 39% dos entrevistados; 61% não possuem animais ou implementos de tração animal.

Figura 09. Tração animal.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

### **Conservação da agrobiodiversidade:**

Um ponto interessante a se tratar sobre a agricultura praticada no assentamento refere-se à conservação da biodiversidade agrícola. Sem embargo dos assentados comprarem freqüentemente as sementes que utilizam, notou-se também, de modo paralelo a este movimento, o resgate, a utilização e a conservação de variedades provenientes de suas regiões de origem, ou herdadas dos pais. Neste sentido, e considerando que aproximadamente 59% dos entrevistados não são naturais do estado de São Paulo, e que 71,79% possuem experiência anterior com agricultura, observou-se que a situação de assentamento permite resgatar fragmentos desta história de vida pretérita, ligada ao rural e ao agrícola. Dentre estes fragmentos resgatados no e pelo assentamento, estão as variedades agrícolas tradicionais, melhoradas e reproduzidas pelas famílias de agricultores, chamadas aqui de variedades “familiares”<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Optou-se por esta denominação uma vez que o termo “variedade crioula” ou “tradicional” pressupõe uma íntima relação da variedade com o meio ecológico em que foi melhorada, o que não é o caso relatado

Do total de entrevistados, 31% afirmaram possuir alguma variedade cultivada, semente ou muda, herdada da família ou proveniente do local de origem. A totalidade dos assentados que responderam positivamente a esta questão e que cultivam variedades “familiares” possuem um passado como agricultor, seja como proprietário, meeiro, posseiro ou arrendatário.

Um dos entrevistados deste grupo está no assentamento há 12 anos, e veio no norte de Minas Gerais, onde era pequeno proprietário. De lá trouxe uma variedade de fava (*Vicia faba*), que apesar de não ter se adaptado bem ao solo do assentamento, gerando pouca produção, é plantada todos os anos em consórcio com milho, para o consumo exclusivo da família. Este mesmo agricultor possui em seu lote três variedades de mandioca (*Manihot esculenta*), também provenientes de Minas Gerais, e cada uma com determinada finalidade – uma para o consumo in natura; outra para a fabricação de farinha; e a terceira destinada à fabricação de polvilho.

Um agricultor proveniente de Goiás, há 11 anos no assentamento, cultiva uma mandioca (*M. esculenta*) conhecida como aipim-cacau, que segundo ele, é de grande rusticidade e bom cozimento. O agricultor também planta o que chama de mini-moranga goiana (*Cucurbita spp*), de cor alaranjada, utilizada ainda verde em pratos salgados. Ao contrário do primeiro entrevistado, este vende a mini-moranga (Figura 10) em uma feira municipal, e se orgulha de ter “*um produto exclusivo, que nenhum outro feirante tem*”.

---

nesta pesquisa. Ao contrário, as variedades que seriam, de fato, crioulas em suas regiões de origem (Minas Gerais, Goiás, etc), quando transferidas para o assentamento, encontram condições edafoclimáticas distintas, perdendo o seu caráter de variedades adaptadas ao meio ecológico. No entanto, elas seguem sendo cultivadas, de acordo com o valor cultural e simbólico que possuem, por serem um patrimônio da família, isto é, variedades “familiares”.

Figura 10. Mini-moranga Goiana.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Outro agricultor, pernambucano, há 10 anos no assentamento, cultiva um feijão de grãos graúdos e vermelhos conhecido como feijão bravo do Ceará (Figura 11), com finalidade de adubação verde. Muito semelhante ao feijão de porco (*Canavalia ensiformis*), esta variedade é plantada solteira e roçada durante a floração, para recuperar solos desgastados. Este mesmo assentado também cultiva o cotí (ou caxí) (*Lagenaria spp.*), uma cabaça comestível, consumida verde como abobrinha.

Figura 11. Feijão bravo do Ceará.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Dentre os feijões, identificamos a utilização de quatro variedades distintas por quatro diferentes assentados entrevistados: o feijão cara-suja (*Phaseolus vulgaris*), plantado por uma família proveniente da região de Presidente Prudente; o feijão roxinho (*P. vulgaris*) com um agricultor de origem paranaense; o feijão catador (*Vigna unguiculata*), plantado por um mineiro e o feijão chumbinho (*P. vulgaris*), também cultivado em uma família originária de Minas Gerais. Às vezes plantados solteiros, é mais comum encontrar estas variedades cultivadas em consórcio com milho, ou mandioca. Apenas o feijão-catador<sup>32</sup> é comercializado, sendo os outros três plantados exclusivamente para o consumo das famílias.

O mesmo agricultor que cultiva o feijão cara-suja também mantém uma variedade de mandioca conhecida como mandioca cenoura (*M. esculenta*), por ter a polpa alaranjada, além de uma variedade de milho branco (*Zea mays*) que o pai plantava quando eram meeiros em Presidente Prudente.

---

<sup>32</sup> Nota-se que muitas outras famílias no assentamento cultivam feijão-catador para o comércio, mas no caso específico destacado aqui, trata-se de uma linhagem específica de feijão-catador que a família vêm plantando desde que vivia em Minas Gerais.

Também se identificou a manutenção de variedades de frutas: umbu (*Spondias tuberosa*) e cajamanga (*Spondias cytherea*), em duas famílias de origem baiana, uma variedade de abacate de casca roxa (*Persea americana*), e jerimum (*Cucurbita spp.*), cultivado por um agricultor também baiano. Houve ainda o relato de dois assentados que durante alguns anos mantiveram variedade de feijão (feijão chumbinho) e de milho (milho amarelão<sup>33</sup>), mas que depois não conseguiram manter a semente.

O resgate destas variedades “familiares”, associadas à reprodução de práticas agrícolas apreendidas em períodos anteriores de suas trajetórias de vida representa, para Duval e Ferrante (2008), expressões do hábitus<sup>34</sup> cultural das famílias assentadas. Desta forma, o plantio destas variedades, mesmo que em condições de clima ou solo desfavoráveis, adquire para as famílias um valor simbólico importante, de reconstrução da agricultura praticada em etapas anteriores da vida. Também é interessante notar a presença destas variedades “familiares” entre os agricultores oriundos de fora do estado de São Paulo, o que permite pensar em um desejo e em uma ação de “comer geográfico” (MONTANARI, 2008), isto é, de recuperar, através de hábitos alimentares e agrícolas, a lembrança do território de origem.

A conservação da agrobiodiversidade se constitui assim em uma função importante da agricultura familiar, especialmente em um cenário em que a agricultura mundial é baseada em cerca de 12 espécies de grãos, 23 de olerícolas e 35 espécies de frutas (ALTIERI et al., 2003)..

Paralelamente ao resgate de variedades “familiares” no assentamento, também se notou a prática de troca de sementes e/ou mudas entre vizinhos, parentes ou amigos. 54% dos entrevistados afirmaram que nunca trocaram material genético com outros assentados, e os que têm nesta prática um hábito

---

<sup>33</sup> Candido (1979) traz, em sua obra, referências ao milho amarelão, cultivado pelos caipiras da região de Bofete. Segundo o autor, havia três variedades tradicionais de milho naquela região do estado de São Paulo: o amarelão-vermelho, o amarelão-branco e o amarelinho-vermelho (CANDIDO, 1979, p. 121).

<sup>34</sup> Conceito do sociólogo Pierre Bourdieu, que corresponde a uma estrutura psicossocial adquirida pelo indivíduo durante sua trajetória e transponível em outros espaços que a comportam. No caso dos assentamentos, este hábitus se expressa na reconstrução do indivíduo como agricultor, em uma nova categoria social (assentado) e em um novo espaço (assentamento), a partir de suas experiências e gostos anteriores. Vide Duval (2009).

freqüente são 10%, e os que eventualmente trocam sementes e/ou mudas são 36%. Esta prática, além de reforçar os laços de amizade e de sociabilidade no interior do assentamento, também contribui para a diversificação dos sistemas de produção vegetal, para o incremento da alimentação das famílias e para o aumento da autonomia dos agricultores (Ploeg, 2008) frente ao mercado de germoplasma, como se observa no depoimento de um entrevistado *“troco mudas de abacaxi pérola por frangos, feijão e hortaliças, já que não tenho roça para o gasto, e também por mudas de árvores”*. Um trecho do diário de campo ilustra bem a questão da diversidade agrícola e das trocas de material genético:

“Pude verificar, no lote da D. Bete e do Sr. Luis, a grande variedade de espécies e cultivares destinadas ao autoconsumo, existentes no quintal da família: mangas (seis variedades: Bourbon, coquinho, Ada, Palmer, Tomy, e coração de boi), favas (sendo uma originária do Sergipe, que o Luis trouxe de uma viagem), orelha de padre, guandu, laranjas e limões, maracujá, bananas (da terra, nanica, ouro, prata), goiaba, urucum, araticum, mamão, abacate, caju, pequi, hortaliças, além de milho e feijão catador consorciados. Ele relatou que começou a *“coleccionar”* esta diversidade no assentamento pois, *“quando tocava roça de algodão no Paraná, não podia plantar para o gasto”*. Luis disse que uma das grandes satisfações dele é coletar sementes diferentes nos lugares por onde passa, *“onde eu ando eu gosto de pegar semente e trazer surpresa nova aqui pro sítio, pro lote”*. O Luis me mostrou ainda uma calda elaborada por ele, de alho, cebola e água, utilizada contra pulgões na couve”. (DIÁRIO DE CAMPO, 09/12/2008).

### **Comercialização da produção:**

O perfil das atividades produtivas traçado acima revela variados tipos de explorações vegetais, animais e de processamento de produtos, com igualmente variados canais de comercialização. Podemos identificar dois grandes grupos de atividades produtivas, convivendo no assentamento: o primeiro é representado pelas explorações destinadas exclusivamente para a

venda, geralmente atreladas a contratos agroindustriais, como é o caso de boa parte da cana de açúcar produzida, e de uma parcela do frango, da mandioca, do milho e do leite. Neste grupo, a produção já não está sob controle direto e exclusivo do agricultor, que se vê obrigado a seguir as prescrições técnicas das agroindústrias contratantes, e aceitar o preço imposto por estas. Se a garantia de comercialização da produção e de ingresso monetário é um chamativo para a produção integrada, a perda de autonomia sobre o processo produtivo é um fato que incomoda a alguns dos entrevistados, e que impede outros de iniciarem contratos agroindustriais, como revela o trecho do diário de campo:

“A Marilda e o Carlos produzem e entregam olerícolas na cidade, em um sacolão em Araraquara, e ela faz e vende queijos ocasionalmente. Não entraram na cana, pois segundo Marilda, *“a pior coisa deste mundo é depender da usina, parece que a gente não é dono das nossas coisas, né?”* (DIÁRIO DE CAMPO, 11/02/2008)”.

Ainda a respeito do lote da Marilda e do Carlos, observamos o seguinte:

“Não fizeram contrato com a usina pois preferem orientar o uso da terra para pasto, já que a produção de leite é importante para a família, tanto para o auto-abastecimento como para a fabricação de queijos e doces. O componente animal engloba ainda galinhas e porcos, e um animal de serviço (cavalo). O esterco utilizado na olericultura é todo produzido no lote, indicando uma integração animal-vegetal eficiente. A Marilda comentou ainda que usa os restos da horta na alimentação das galinhas e dos porcos, diminuindo o uso do milho.” (DIÁRIO DE CAMPO, 22/01/2009).

Outro grupo de atividades produtivas é representado pelas explorações voltadas ao consumo doméstico e à venda dos excedentes, através de feiras, vendas diretas, compras institucionais ou por intermédio de atravessadores. Estas explorações vegetais e animais, de olerícolas, frutas, feijão, mandioca, suínos, frangos e ovos são orientadas em primeiro lugar para o abastecimento

familiar, e depois o excedente é comercializado, muitas vezes dentro do próprio assentamento, em um processo produtivo sob controle dos agricultores.

Estes decidem sobre o que plantar, como, em quais épocas e como comercializar a produção, se utilizando de estratégias de diversificação da agricultura (consorciação e rotação), ciclagem de esterco e materiais orgânicos, e às vezes cultivando variedades oriundas dos seus locais de origem, ou mantidas famílias. A participação em espaços de comercialização direta, com o contato próximo do agricultor com o consumidor incrementa e diversifica a produção agrícola nos lotes. Ademais, a participação na feira abre algumas perspectivas de incentivo à produção ecológica, ou pelo menos livre de agrotóxicos, seja pelo contato freqüente e constante com os consumidores que procuram um produto de qualidade, seja pela própria dinâmica da feira, que no relato de um dos assentados *“exige uma maior diversidade de culturas produzidas no lote, para atender a dona de casa que quer variedade e qualidade, todos os dias”*.

Neste sentido, iniciativas como da feira “Direto do Campo” (Figura 12) são bastante válidas, como nos indicam os trechos do diário de campo:

“A D. Maria nos informou que há entre 30 e 40 agricultores vendendo produtos na feira do terminal, e que ela está lá há 8 anos. Ela comentou que, do assentamento, o Sr. Cido e o Sr. Alvino são os melhores feirantes, porque produzem bem e conseguem vender barato, vendendo cerca de 40 caixas de hortaliças por semana. Ela também está entre as melhores *“vendedeiras”* da feira, porque tem clientes fiéis: *“o povo diz que eu sou legal, e diz que quer comprar só na banca da Maria pretinha”* (DIÁRIO DE CAMPO, 01/10/2008).

“Começamos o dia indo à feira “Direto do Campo”, no terminal urbano. Ali, encontramos duas barracas: uma da Regar, a associação de produtores orgânicos de Araraquara, e outra dos assentados, na qual estava a D. Ana, e outra assentada. De início, chamou a atenção a diversidade de produtos oferecidos pelos assentados, bem como o grande

movimento na barraca, em comparação com a barraca da Regar. Feijão catador, feijão guandu, abóboras, abobrinha, chuchu (três variedades), quiabo, couve, alfaces (lisa, crespa e americana), manga, limão (Taiti e caipira) e laranjas contrastavam com a alface crespa, o repolho e a berinjela oferecidos pela Regar. Conversei também com um consumidor, um senhor de aproximadamente 60 anos. Ele disse que sempre frequenta a feira, pois além da boa localização no terminal, *“aqui os produtos são variados, o maço da rúcula, da salsinha, da couve é maior do que o maço que eles fazem no supermercado, aqui é mais barato e é sem agrotóxicos, é tudo orgânico”*, o que nem sempre corresponde a uma visão correta. Os preços na barraca do assentamento variam entre R\$ 0,50 e R\$ 1,50”. (DIÁRIO DE CAMPO, 22/01/2009).

Figura 12. Produtos do assentamento na Feira Direto do Campo.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Isto significa dizer que o fomento e o apoio à produção voltada ao autoabastecimento efetivamente pode contribuir para um incremento da oferta de alimentos no entorno do assentamento, pela geração e venda dos excedentes. Para tanto, políticas locais de apoio à comercialização são fundamentais (DUVAL e FERRANTE, 2008), de modo a garantir que a agricultura voltada primeiramente para o autoconsumo possa também

desempenhar a função de gerar renda monetária e de abastecer a sociedade com alimentos de qualidade.

Portanto, como se pode desprender das informações levantadas neste campo, o assentamento Monte Alegre desempenha de forma eficiente a função de garantir a segurança alimentar das famílias assentadas e da sociedade. Salienta-se que os entrevistados que afirmaram este posicionamento reconheceram, na alternatividade da produção, que ora é voltada para o auto-abastecimento, ora para a venda, a depender das condições familiares, climáticas, e de mercado (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007), a chave para o abastecimento da sociedade com alimentos, já que a agricultura exclusivamente mercantil é pautada principalmente na cana de açúcar, e em menor grau na olericultura. Ademais, os entrevistados que afirmaram que o assentamento não contribui para o abastecimento alimentar da sociedade relacionaram este posicionamento à expansão do cultivo da cana integrada com usinas.

A agricultura praticada no assentamento é marcada pela diversidade (CAMPOI, 2005, NISHIKAWA, 2004), tanto da pauta produtiva quanto das práticas agrícolas. Neste sentido, elementos da agricultura convencional, baseada nos pressupostos da Revolução Verde, convivem com elementos da agricultura tradicional que, segundo Abreu (2005), é ancorada no conhecimento popular, e em práticas transmitidas de geração em geração, como o uso de policultivos, pousios e rotações. Este convívio entre práticas “tradicionais” e “modernas” aparece em situações como a produção e o armazenamento de sementes de milho a partir de um cultivar híbrido, como o assinalado no diário de campo:

*“A D. Alaíde afirmou que todos os anos “escolho bem as maiores espigas, tiro os milhos do meio das espigas, e guardo no litro para o ano seguinte. As ponteiros dou para as galinhas ou para os porcos”. No entanto, na última safra, ela fez isto com milho híbrido (Agrocere), “um milho bom, que dá alto”, e o plantio do “milho de paiol” esta ano “não funcionou, o milho deu todo esquisito, uns altos outros baixos, e a*

*produção foi ruim. Tive até que comprar milho do meu vizinho para os porcos” (DIÁRIO DE CAMPO, 10/12/2008)”.*

Vemos neste exemplo o convívio de uma prática “tradicional” – a produção própria de sementes – com uma tecnologia “moderna” – o milho híbrido – na agricultura do assentamento. Por outro lado, o uso de práticas da agricultura ecológica, que, de acordo com Abreu (2005), é caracterizada pela aplicação de tecnologias e conhecimentos científicos orientados para o manejo eficiente dos recursos naturais – como adubação verde, compostagem, biofertilizantes, cobertura morta – é pouco expressivo no assentamento.

Desta maneira, apesar de se observar entre os assentados elementos de uma agricultura “tradicional”, que se baseia em práticas positivas do ponto de vista ecológico, energético e econômico, como diversificação de culturas (Figura 13) e ciclagem de esterco, os princípios<sup>35</sup> de uma agricultura sustentável, que tenha a “natureza como modelo” (KHATOUNIAN, 2001) encontram-se distantes da realidade estudada. Outro ponto que chama a atenção é o uso de tração animal, restrita a 39% dos assentados, sendo que esta tecnologia poderia estar mais difundida, otimizando a produtividade do trabalho.

No entanto, é exatamente a presença destes elementos de agricultura “tradicional” que nos faz pensar na possibilidade de uma proposta de transição agroecológica dos sistemas produtivos deste assentamento. Mesmo penetrando nos sistemas e na racionalidade das famílias assentadas, a modernização da agricultura neste ambiente não foi completa, permanecendo uma “margem de manobra”, que poderia ser direcionada no sentido de uma agricultura de base ecológica, produtiva e racional no uso dos recursos naturais.

---

<sup>35</sup> Segundo Khatounian (2001), estes princípios podem ser sintetizados da seguinte forma, pensando-se em uma parcela agrícola: cobertura morta durante o ano todo, cobertura fotossinteticamente ativa durante o ano todo, trama de raízes ativas durante o ano todo, e biodiversidade.

Figura 13. Sistema de produção diversificado.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

#### **4.3. Aspectos socioculturais:**

O terceiro bloco de questões foi referente à sociabilidade, identidade e criação/manutenção de um tecido sociocultural no assentamento. Manifestações culturais, associativismo, relação com o território e com os outros assentados foram questões levantadas nesta esfera, e que são apresentadas a seguir.

##### **Participação em grupos e manifestações:**

Em primeiro lugar, buscou-se identificar a participação dos assentados em grupos: associações, cooperativas, sindicatos, grupos informais, igrejas, partidos políticos e conselhos, conforme indica a Tabela 13:

Tabela 13. Participação dos assentados em grupos.

Categoria	Sindicato (%)	Igreja (%)	Associação/Coop (%)	Partido político (%)	Conselho (%)	Grupo informal (%)
Sim	2,5	79,5	23,0	7,7	5,1	51,2
Não	97,5	20,5	76,1	92,3	94,8	48,8
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

Observamos que a participação em igrejas é muito expressiva (com 79,5%), bem como em grupos informais (51,2%). A imensa maioria dos entrevistados (97,5%) afirmou não participar dos sindicatos de trabalhadores rurais, de partidos políticos (92,3%) ou de Conselhos (de Saúde, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Rural Sustentável) (94,8%). A participação em associações e cooperativas foi de 23%, representando tanto a participação em organizações do assentamento (como a Associação de Mulheres Assentadas, ou o Centro de Desenvolvimento Integrado Rural), como organizações de âmbito regional (Cooperativa dos Produtores Rurais de Araraquara e região).

Em relação às igrejas, espaço privilegiado de participação dos assentados, 54% freqüentam a igreja católica, que conta com capelas nos núcleos do assentamento. Segundo um dos entrevistados “*cada assentamento tem sua igreja e seu santo de devoção. Aqui no III a igreja é a de S. Francisco de Assis*”. Estas capelas foram construídas pelos próprios assentados, em regime de mutirão. Outra parcela dos entrevistados freqüenta igrejas evangélicas, como a Congregação Cristã (10%) e a Assembléia de Deus (21%), também presentes dentro do assentamento.

Os chamados grupos informais, também espaços de grande participação, se constituem de grupos de vizinhos e/ou parentes que desenvolvem em conjunto atividades produtivas, de lazer ou de caráter religioso. Dentre os grupos informais observados, estão os “*grupos do leite*”, compostos por famílias que entregam leite para um mesmo laticínio e compartilham um tanque resfriador. Identificamos dois destes grupos: um em

torno de um tanque resfriador de leite no núcleo VI (Figura 14), que agrega quatro famílias, e outro no núcleo II, com três famílias. No caso do primeiro grupo, além de compartilharem o tanque resfriador, as famílias trocam conhecimentos sobre a produção, organizam visitas técnicas e mutirões de trabalho para a limpeza ou reforma de pastos, são assessoradas por um técnico do SEBRAE, e estão estudando a formalização de uma associação de produtores de leite. Deste modo, mesmo informalmente, o grupo mantém uma coesão interna entre seus membros.

Figura 14. S. Jorge e o tanque resfriador do “grupo de leite” do núcleo VI.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Também observamos um “*clube de mães*”, grupo de mulheres que realizam trabalhos manuais, de costura ou de cozinha para auxiliar entidades carentes ou religiosas; um “*grupo de adubos*”, associação informal de vizinhos para comprar, de forma coletiva e com desconto no preço, fertilizantes, calcário e outros insumos; os “*grupos do SEBRAE*”, compostos por agricultores atendidos por um mesmo técnico do programa SAI/SEBRAE; e os “*grupos da Micro bacia*” ou “*grupos do poço*” existentes nos núcleos III e VI e formados por vizinhos que compartilham um mesmo benefício comunitário, especialmente os poços artesianos, oferecidos pelo programa estadual de micro bacias hidrográficas.

Outros grupos informais se desenvolvem em torno de atividades recreativas ou de lazer, como a organização de times de futebol nos núcleos do assentamento, ou grupos musicais, estes últimos especialmente entre os jovens. Também existem os grupos de oração, a maioria “*grupos de terços*” outro espaço importante de participação observado no assentamento, relacionado à atividade religiosa. Um destes grupos, localizado no núcleo VI do assentamento, é conhecido como o “*Grupo da Tenda*”:

“As reuniões da Tenda acontecem em um barracão pequeno, rústico, de madeira, localizado próximo à área de preservação permanente (APP), no lote do Sr. Milton. O local conta com cerca de 30 cadeiras dobráveis, de metal, e um pequeno altar com imagens de Jesus Cristo e Nsa. Sra. Aparecida. O chão, de terra úmida e fofa, é coberto por uma abundante serrapilheira. O local é bastante pequeno, e, segundo o Romentiel, fica cheio durante os encontros de quarta-feira, tanto que seu tio quer construir um “*Tendão maior na parte de cima do lote, perto da casa*”. Ele informou ainda que o sr. Milton também é o *capelão* da igreja do núcleo VI, realizando as missas no primeiro e no último domingo do mês, dias em que o padre de Araraquara não vai ao assentamento”. (DIÁRIO DE CAMPO, 12/02/2008).

De orientação predominantemente católica, este grupo reúne principalmente assentados dos núcleos VI e do III nas noites de quartas-feiras. Aos sábados, além dos assentados, participam também pessoas de Matão, Motuca, Araraquara, Taquaritinga, e do assentamento Bela Vista, localizado no município de Araraquara.

Se a participação dos assentados em igrejas e grupos religiosos é ampla, a participação em manifestações de cunho religioso é igualmente comum, como demonstrado pela Tabela 14:

Tabela 14. Participação dos assentados em manifestações.

<b>Categoria</b>	<b>Mutirão (%)</b>	<b>Festa religiosa (%)</b>	<b>Lazer (%)</b>
Participa freqüentemente	00	51,2	17,9
Participa eventualmente	23,0	23,0	30,7
Não participa	76,1	25,6	51,2
Total	100	100	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

51,2% dos entrevistados afirmaram participar freqüentemente de festas religiosas. Os relatos indicam que as festas do período junino – S. João, S. Pedro e S. José – e que a Folia de Reis são as manifestações mais comuns, conforme demonstram relatos no diário de campo:

“A D. Ana freqüenta a igreja de São Francisco do assentamento III e também as festas da igreja. Segundo ela *"aqui no assentamento tem muita festa. Tem rodeio, tem louvores, tem churrasco, tem Folia de Reis e festa de S. João. A de S. João é a mais bonita, sempre participo e ajudo. Lá na casa do João do Bota, aqui do núcleo III, é a melhor festa junina: tem quadrilha, paçoca, pamonha e pau-de-sebo....e ele compra um tanto de fogos de artifício, é a coisa mais linda"* (DIÁRIO DE CAMPO, 31/03/2009).

“Ao perguntar se no assentamento VI tinha Folia de Reis, o sr. Milton informou que não, que a Folia é mais no II e que no assentamento VI tem mais festa junina, festa do milho e retiro de jovens” (DIÁRIO DE CAMPO, 04/02/2009).

“A Folia de Reis no assentamento II sai todos os anos, sempre no sábado mais próximo do dia 06 de janeiro. A *Companhia Os Reis nos Acompanham* foi fundada em Ibaté, em 1971, mas o pai do Gordo já fazia Folia de Reis desde 1960, quando *"tocava um sítio de parceria*

*perto de Barretos*”. Ao mudar para Ibaté, para trabalhar no corte da cana, continuou mantendo a tradição da Folia. No assentamento há 23 anos, ele é violeiro, assim como foi o pai, e como agora é o filho e o cunhado, e conhece cerca de 20 toadas dos Reis. Os instrumentos utilizados pela Companhia são: duas violas, um violão, um bandolim, um cavaquinho, um tambor, um pandeiro e um pandeiro meia-lua. Na Folia desfilam dois palhaços, e os músicos fardados com camisas abóbora e calça preta (que será trocada por calça azul ou branca, já que *“preto não é uma boa cor para festa religiosa”*), segurando as bandeiras da Companhia. Segundo o *“festeiro”*, a Companhia sai do lote por volta das 17.00 horas, e canta por diversas casas, às vezes seis, às vezes vinte, do assentamento II, até as 20.00 ou 21.00 horas. Se percebe que as pessoas estão animadas, acompanhando os foliões e cantando as músicas eles passam por mais casas, chegando, em alguns anos, a cantar até as 03.00 da manhã. Recolhem as prendas nas casas – dinheiro, porcos, frangos, sacos de milho, caixas de verduras – que depois são vendidas (rendendo de 300 a 500 reais por Festa) para comprar refrigerantes, carne e frango de granja, pois *“o frango congelado, de granja, é mais macio, e a gente prefere porque o povo dá galo velho de prenda, daí não tem jeito”*. As comidas são preparadas no dia 06, ou no lote do Gordo ou no barracão comunitário do assentamento II. Agora, a família está construindo uma igreja dos Santos Reis no lote, para abrigar as festas dos próximos anos. Além da Folia de Reis no assentamento, a Companhia *“Os Reis nos Acompanham”* faz apresentações em outros feriados religiosos (como Semana Santa, Páscoa, Natal), e já participou de encontros de Companhias de Folia de Reis em São Paulo e em Aparecida do Norte, com o apoio da Secretaria de Cultura do município de Araraquara”. (DIÁRIO DE CAMPO, 07/04/2009).

Como podemos observar, o assentado manteve a tradição da Folia de Reis (Figura 15) durante toda sua trajetória, inclusive quando era bóia-fria. No assentamento, o entrevistado também retomou esta manifestação festiva e religiosa. Segundo Antuniassi et al. (1993), o surgimento de manifestações

tradicionais da cultura caipira no assentamento Monte Alegre, como a Folia de Reis, indica a capacidade dos assentados se (re)organizarem enquanto uma comunidade, ou um bairro rural, e também demonstra melhoria na qualidade de vida dos assentados, já que estas manifestações festivas tendem a desaparecer em períodos de escassez.

Neste mesmo sentido, Teixeira (2008) a partir da realização de uma etnografia de uma Companhia de Folia de Reis formada por migrantes residentes em bairros periurbanos do município de Santa Bárbara D'Oeste, conclui que a dinâmica e a abrangência desta manifestação cultural tradicional permite estabelecer uma nova territorialidade, tributária de elementos dos territórios de origem dos migrantes. Em outras palavras, o surgimento de manifestações culturais como a Folia de Reis em espaços em construção – sejam eles assentamentos rurais ou bairros periurbanos – contribuem como um dos elementos para a consolidação deste novo território, e das identidades dos habitantes desta territorialidade.

Figura 15. Bandeira da Companhia “Os Reis nos Acompanham”.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Além das festas religiosas, 48,6% dos assentados disseram participar de eventos ou atividades de lazer, como jogos de futebol, churrascos e festas na casa de vizinhos ou de parentes, apesar de que, segundo um entrevistado

*“tinha mais festa antes, no começo, depois da ocupação, quando o pessoal era mais unido”.*

Uma minoria (23%) participa eventualmente de mutirões. Neste grupo, os relatos indicaram que os mutirões mais comuns são aqueles para a construção ou reforma de casas e galpões, e também os mutirões para a colheita da cana plantada em integração com as usinas. Os mutirões para a realização de trabalhos agrícolas no lote, segundo alguns entrevistados, já foram muito comuns nos primeiros anos do assentamento quando o acesso a tratores alugados era mais difícil, sendo hoje pouco freqüentes, conforme indicam os depoimentos *“já teve mutirão no começo do assentamento, hoje o povo prefere pagar empregado”*, *“mutirão não funciona, o pessoal é desunido”*, *“você trabalha no lote do outro, e quando é para trabalhar no seu ninguém aparece”* ou ainda *“hoje em dia só tem mutirão se tiver churrasco junto”*. No entanto, em umas das visitas ao assentamento pudemos observar um exemplo de ajuda vicinal, conforme descrito a seguir:

*“A caminho do lote da Marilda, no assentamento VI, encontramos um grupo trabalhando numa área. Um grupo de 06 pessoas, mulheres e crianças, semeavam, enquanto um senhor andava à frente, trabalhando com um animal que puxava um implemento, no sulcamento da área. O senhor Júlio, paranaense e agricultor desde sempre, contou que sulcava a área de uma vizinha, que não conseguiu alugar um trator para o plantio de um consórcio de vassoura e mandioca”.* (DIÁRIO DE CAMPO, 22/01/2009).

De acordo com Brandão (1983), o recurso à troca de dias, ou aos mutirões de trabalho são traços distintos da cultura caipira paulista, sendo um dos elementos da sociabilidade nos bairros rurais, junto à vida lúdico-religiosa.

### **Identidade e território:**

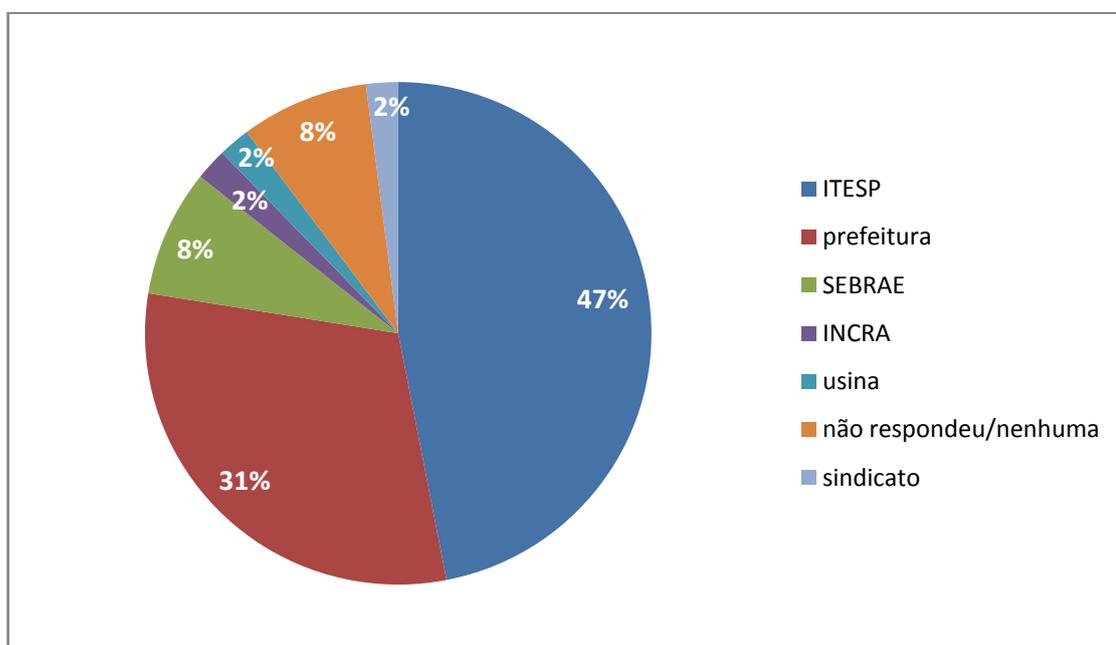
Quanto às instituições que influenciam na dinâmica sócio cultural, econômica e/ou produtiva do assentamento (Figura 16), 47% dos entrevistados consideram que o ITESP é a instituição que exerce maior influência, enquanto

31% afirmaram que é a prefeitura. As explicações, no primeiro caso, vão no sentido de que o ITESP é o “*responsável*”, o “*administrador*”, ou ainda o “*dono das terras*” do assentamento, e sua influência se dá de duas maneiras: de um lado, através da assistência técnica e dos projetos que envolvem os técnicos da instituição, que são vistos como insuficientes, segundo um depoimento “*o ITESP influencia mas tinha que estar mais presente, falta assistência técnica*”; e de outro lado, através da fiscalização que o ITESP exerce sobre os assentados, como em “*o ITESP influencia a gente bastante porque qualquer coisa que tiver que fazer no lote tem que consultar eles*”.

No caso das prefeituras, as influências percebidas pelos assentados vão desde o oferecimento de serviços públicos básicos, a disponibilização de tratores aos agricultores a preços razoáveis, a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos, ou políticas municipais como o Programa Direto do Campo, no caso da prefeitura de Araraquara. Como indicam os depoimentos “*prefeitura é influente, porque dá transporte e educação*”, “*prefeitura ajuda no trator, mas tem poucas políticas públicas, pouco incentivo para vender e plantar*”. Há ainda os que afirmaram que “*quem é assentado deve se unir e se ajudar porque nem prefeitura nem ITESP ajudam*”.

O SEBRAE também foi lembrado por 8% dos entrevistados, uma vez que o órgão desenvolve projetos de assistência técnica nas cadeias produtivas do gado de leite e da fruticultura no assentamento. Na visão de um entrevistado “*o SEBRAE ajuda na assistência técnica, que é o que falta o ITESP ajudar*”.

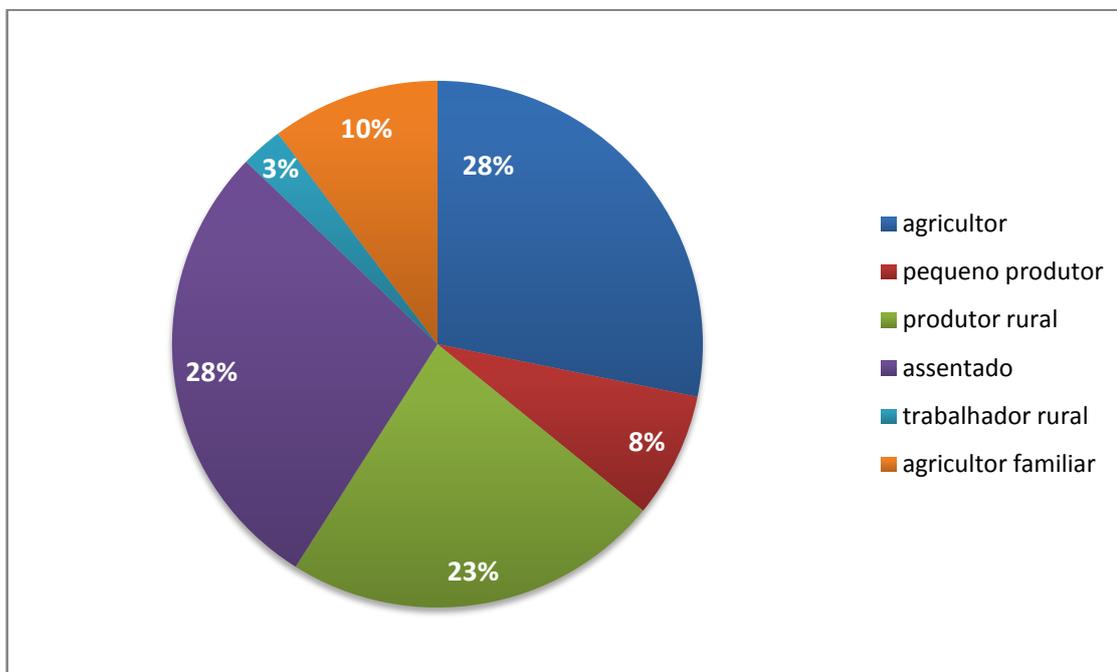
Figura 16. Instituição de maior influencia no assentamento.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

A identidade socioprofissional (Figura 17) é um indicador interessante para se pensar o assentamento enquanto um território construído, isto é, enquanto um espaço geográfico permeado por um sentimento de pertencimento, por um tecido social coeso, construído em torno de uma identidade comum. Esta identidade é forjada no cotidiano do assentamento, e tem como substrato, como matéria-prima as vivências anteriores dos assentados.

Figura 17. Identidades socioprofissionais.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Conforme podemos observar na Figura 17, 28% dos entrevistados se consideram agricultores, enquanto outros 28% se reconhecem como assentados da reforma agrária. Uma parcela de 23% dos entrevistados afirmou serem produtores rurais, enquanto 10% preferiram o termo agricultor familiar. Estas diferentes denominações podem expressar posicionamentos políticos distintos no interior do assentamento. Ao se reconhecerem enquanto assentados, os entrevistados põe em relevo a trajetória de lutas que resultou na criação do assentamento, e se identificam como protagonistas desta história. Neste sentido, a adoção da identidade de assentado remonta ao período de luta pela terra, e ao período de não-assentado: como assalariado temporário, operário urbano, ou como agricultor com acesso precário à terra.

Quando os assentados se deslocam e saem do lote, a maioria (63%) vai de forma freqüente para os núcleos urbanos próximos (Araraquara, Motuca e Matão). Este deslocamento é realizado por motivos comerciais (de compra ou venda de produtos), por motivos burocráticos (retirada de documentos, por exemplo), para consultas médicas, ou ainda para visitar parentes. 31%

afirmaram visitar com freqüência lotes do mesmo núcleo, sejam parentes ou amigos, enquanto apenas 6% dos assentados visitam com freqüência lotes de outros núcleos do assentamento. Estes dados demonstram que as relações dos assentados são muito mais com o próprio núcleo do que com os outros do mesmo assentamento, indicando que cada núcleo tem uma dinâmica autônoma. Como afirmou um dos entrevistados “*eu vou no assentamento vizinho [do V ao I] uma vez no ano, só quando tem festa de S. José*”. Isto pode ser explicado pela diferença de idade entre os diversos assentamentos, o que engendrou uma dinâmica de bairro rural isolada em cada um deles.

Por fim, é de se notar que 80% dos entrevistados não gostariam de abandonar o assentamento, uma vez que “*aqui tá bom porque trabalho na minha própria terra*”. Dos 20% que responderam de forma afirmativa, 15% gostariam de ir para outra área rural, para uma área maior, “*quero ir para outro sitio, aqui é pouca terra*” ou melhor “*quero voltar para Bauru porque lá a terra é melhor, menos areiosa*”, enquanto 5% querem, no futuro próximo, ir para alguma área urbana.

Como se pode observar dos dados apresentados neste bloco, os grupos informais adquirem bastante relevância quando se trata da organização social no assentamento Monte Alegre. Sejam eles constituídos em torno de uma exploração comum (como nos grupos de leite), de uma manifestação cultural (como a Companhia Os Reis Nos Acompanham), ou de uma manifestação religiosa (caso do Grupo da Tenda), os grupos informais aglutinam os assentados em torno de objetivos/atividades comuns. Pode-se pensar que sua expressão é grande no assentamento por serem bastante flexíveis e surgirem de forma espontânea, motivados mais pela “participação afetiva”, pelo prazer em participar de alguma atividade coletiva, do que pela “participação instrumental”, ou seja, aquela que permite realizar ações de forma mais eficaz e eficiente (BORDENAVE, 1994). Estes grupos representam espaços interessantes de sociabilidade e de criação de laços afetivos, pautando a vida social e cultural do assentamento.

Outro espaço relevante de sociabilidade são as igrejas. A maioria dos assentados (79%) freqüentam algum templo religioso dentro do assentamento, se inserindo desta maneira em alguma rede social. A sociabilidade criada através das igrejas é bastante forte, como nos indica o fato de 51,2% dos entrevistados participarem freqüentemente de manifestações religiosas, como festas, almoços e quermesses. Isto pode se desdobrar em relações de auxílio mútuo e reciprocidade, como no caso dos integrantes da Congregação Cristã que trocam alimentos entre si, ampliando e aprofundando sua rede de reciprocidade, como indicado por Duval (2009).

Segundo Candido (1979) a vida lúdico-religiosa é um elemento central da sociabilidade vicinal em bairros rurais, e pode mesmo definir os limites do bairro, na medida em que os vizinhos participam dos festejos religiosos locais. Este padrão se repete no assentamento, mesmo tendo em conta as origens distintas das famílias, o que nos permite considerar o assentamento como um espaço de reconstrução de modos de vida.

Além dos grupos informais e das igrejas, outro elemento de coesão social importante é a identidade sócio-profissional reconhecida pelos assentados. 28% dos entrevistados se reconhecem como assentados de reforma agrária, enquanto outros 28% se dizem agricultores. Estas distinções na identidade engendram relações diferenciadas com o território: no primeiro caso, há uma convergência entre o território forjado na luta pela terra e construído na visão dos assentados, com o território dado pelo Estado. Ao se reconhecerem como assentados, os entrevistados se identificam com o projeto da reforma agrária e também se distanciam das categorias de trabalhador rural, da época em que eram assalariados. No segundo caso, ao não se reconhecerem como assentados da reforma agrária, os entrevistados divergem do projeto colocado pelo Estado. Isto se expressa da fala de um assentado que afirmou ser o único problema do assentamento o fato do estado controlar as terras e ele não poder comprar mais (*“sou um agricultor meio esquisito, porque tenho uma terra que não é minha”*).

A instituição de maior influência no assentamento foi o ITESP, seguido das prefeituras, que na fala dos assentados, são as instituições que mais “*ajudam*” - com projetos, assistência técnica, prestação de serviços. A influência econômico-política das usinas de cana, por exemplo, foi apontada por apenas um entrevistado. Outro ponto interessante ao se pensar na construção do território Monte Alegre é o fato dos assentados visitarem com frequência núcleos urbanos próximos ou os lotes do mesmo núcleo. Isto indica que cada núcleo do assentamento se comporta de forma mais ou menos autônoma, como um bairro rural mais ou menos isolados dos outros.

#### 4.4. Conservação dos recursos naturais:

O quarto e último bloco do questionário tratou do manejo dos recursos naturais no assentamento. Objetivou-se identificar as estratégias de conservação do ambiente, dos recursos naturais, e da paisagem, bem como apreender aspectos da percepção ambiental dos assentados.

##### Percepção ambiental:

Num primeiro momento, buscou-se verificar qual é a percepção dos entrevistados acerca de dois recursos fundamentais para a agricultura: água e solo. Os assentados classificaram qualitativamente estes dois recursos, conforme demonstrado na Tabela 15:

Tabela 15. Percepção da qualidade do solo e da água.

<b>Categoria</b>	<b>Solo (%)</b>	<b>Água (%)</b>
Bom	43,5	87,1
Médio	25,6	7,6
Ruim	30,7	5,1
Total	100	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

A maioria dos entrevistados (43,5%) considerou o solo do assentamento como sendo bom, isto é, fértil, capaz de proporcionar uma boa produção para

os cultivos, e resistente à erosão. Alguns entrevistados afirmaram que foi a agricultura que melhorou a qualidade dos solos, como nos depoimentos “o solo é bom porque melhoramos, antes era terra de eucalipto”, “o solo é bom, mas tem que cuidar dele” e “solo é médio porque foi terra de eucalipto, então tem que zelar para garantir produção”. Uma parcela (30,7%) classificou o solo como ruim, “muito ácido”, “com pouca matéria orgânica e precisa de muito esterco para produzir”, ou “muito arenoso”. Alguns destes entrevistados, oriundos de outros estados como Minas Gerais ou Paraná, chegaram a esta classificação ao compararem o solo do assentamento com os solos de suas regiões de origem. Conforme afirmou um assentado: “Quando cheguei aqui no assentamento fiquei assustado, não era igual ao Paraná. Tudo o que plantava lá, dava, aqui não dá não. Aqui, se quiser ter um retorno, precisa investir muito, porque aqui era terra de eucalipto, terra ruim. As terras de lá servem de adubo para essa daqui”.

Em relação à água, a imensa maioria (87,1%) considerou que o assentamento dispõe de recursos hídricos de qualidade: “água boa”, “água bem clara”, “água sem gosto de cloro” e “água sem sal” foram algumas das observações que acompanharam esta classificação da água pelos assentados. É interessante notar que, apesar da percepção de qualidade dos recursos hídricos, análises de qualidade da água em poços e reservatórios do assentamento Monte Alegre mostraram que em 2001, 95% dos poços examinados se encontravam contaminados por coliformes fecais (ROSA, 2002) devido a disposição inadequada dos esgotos domésticos. Mesmo conhecendo estes dados de contaminação, alguns assentados consideraram a água como sendo de qualidade, como indicam os depoimentos “a água é contaminada, mas é boa” e “a água não é muito boa, está contaminada, mas se filtrar pode consumir”.

O assentamento Monte Alegre possui 1.043,53 ha de área de reserva legal (RL) e de preservação permanente (APP), sendo que esta última se situa ao longo dos cursos d’água sob a forma de mata ciliar (CAMPOI, 2005). As áreas de RL são coletivas e estão situadas fora dos lotes, sendo compostas de

fragmentos de eucaliptais da época em que o assentamento era um horto florestal. Já as APPs se encontram em alguns dos lotes que margeiam córregos (caso do córrego Monte Alegre), e estão sob responsabilidade dos assentados, sendo constituídas de replantio de árvores nativas.

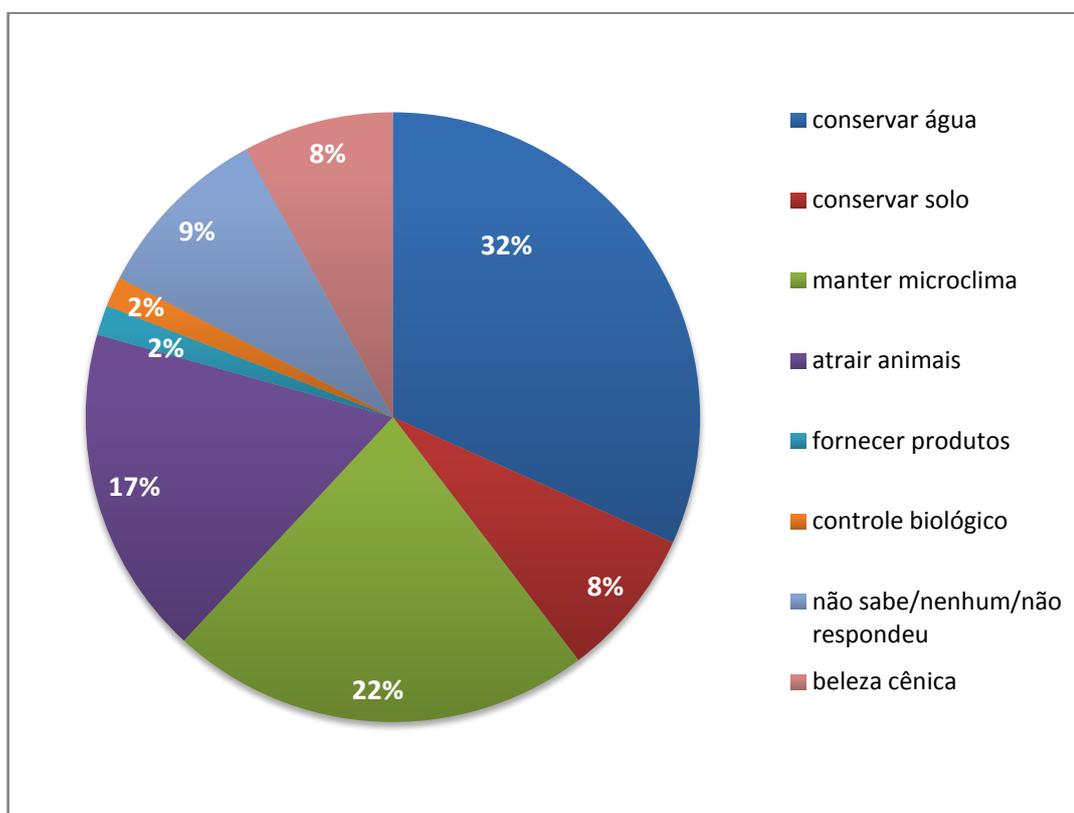
Dos 39 entrevistados, 09 (23%) afirmaram ter realizado algum plantio de árvores nativas no lote. Destes, 07 plantaram as mudas nas APPs que integram os seus lotes, enquanto os outros 02, mesmo não tendo a obrigação legal de recompor uma parte do lote com espécies florestais, o fez por livre iniciativa, como indicam os depoimentos *“plantei mudas nativas e quero ampliar porque elas ajudam a manter a natureza”*, ou *“plantei um bosque de nativas para segurar a água e o solo que antes escorria numa ribanceira. Também tenho a fossa séptica, que impede a poluição de mananciais”*.

“O sr. Milton entrou no programa microbacia e vai cercar e ampliar a APP. Disse também que pretende fazer no lugar aonde está o milho – *“uma das minhas melhores terras”* – um bosque, com árvores frutíferas e nativas”. (DIÁRIO DE CAMPO, 04/02/2009).

A maioria que não fez nenhum reflorestamento de áreas no lote justificou seu posicionamento com as falas *“não plantei nativas porque o governo não deu mudas”*, *“recompor florestas é responsabilidade do governo”*, *“não plantei mudas por falta de dinheiro e de mão de obra, mas tenho interesse em plantar”*, *“não plantei nativa porque depois não posso derrubar para usar a madeira”* e *“não plantei porque não tem necessidade, já tem a reserva legal no assentamento”*

Independentemente da presença ou não de APPs ou áreas florestadas nos lotes, procurou-se identificar a percepção dos assentados sobre os fragmentos florestais dentro dos agroecossistemas, e os possíveis papéis desempenhados por eles para o ambiente, para a agricultura e para o ser humano (Figura 18).

Figura 18. Funções das áreas florestais nos lotes.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Aqui, cada entrevistado pode responder com mais de uma alternativa à questão. Observamos que, na percepção dos assentados, a principal função dos fragmentos florestais é a de conservar a água, com 32% de citações. 8% dos assentados relacionaram a presença destas áreas com a conservação do solo, que influencia diretamente a conservação dos recursos hídricos.

Uma parcela de 22% afirmou que a manutenção de um micro clima mais úmido e de temperaturas amenas é um papel importante desempenhado pelas áreas florestadas nos lotes, como em “as áreas de floresta cria o oxigênio, deixa o ar bom”. Outra parcela (17%) dos entrevistados colocou que os fragmentos atraem animais – “a mata atrai tatu, bugio e pássaros”, “já vi tamanduá e jacu por aqui” - considerando esta uma função importante da manutenção destas áreas. 8% consideraram a beleza cênica como uma função desempenhada pelos fragmentos florestais nos lotes. Houve ainda os que não

souberam responder ou afirmaram que as áreas florestais não desempenham função nenhuma: “*A mata no lote não traz benefício nenhum, só tira a nossa terra que já é pouca. Com a APP que o governo me obrigou a ter, perdi 30 metros do meu pasto*”.

### **Uso e conservação da biodiversidade local:**

Além do plantio ou não de árvores nativas, em APPs ou outras áreas, e das funções desempenhadas por estes fragmentos, investigou-se se os assentados fazem uso de algum recurso da flora e/ou da fauna existente no assentamento. Em relação a este manejo da biodiversidade local, 41% dos entrevistados afirmaram utilizar algum recurso da flora/fauna disponível, seja nas áreas de preservação permanente, de reserva legal, nas áreas dos lotes ou em outros espaços existentes no assentamento, como represas e córregos.

Um assentado coleta sementes da árvore guanandi (*Calophyllum brasiliense*) para produção de mudas, que são vendidas para projetos de recomposição florestal. A espécie, não pioneira e característica de solos úmidos e de brejos, está medianamente ameaçada de extinção (LORENZI, 2002), e é muito plantada no assentamento, principalmente em áreas de mata ciliar ou no entorno de poços cacimba pois, segundo o agricultor, “*chama água para perto dela, além de ter a madeira boa*”.

Outro coleta e comercializa em feiras frutos de gravatá (*Araeococcus parviflorus*), uma bromélia que pode ser utilizada como ornamental, alimentícia ou, segundo o assentado, medicinal, em xaropes para o tratamento de doenças respiratórias. O mesmo agricultor também coleta para o consumo da família castanhas de baru<sup>36</sup> (*Dipteryx alata*), árvore leguminosa nativa do cerrado, rica em óleos e proteínas, e de sabor semelhante ao do amendoim.

Observou-se ainda o consumo, entre alguns assentados, de caruru (*Amaranthus viridis*), de ingá de metro (*Inga edulis*), e de frutos da palmeira macaúba (*Acrocomia aculeata*), de jaracatiá (*Jacaratia spinosa*), de marolo

---

<sup>36</sup> O baru é reconhecido e protegido através do “programa de Fortalezas” como produto da biodiversidade pelo movimento internacional Slow Food.

(*Annona crassiflora*), de goiabinha ou araçá do cerrado (*Psidium firmum*), e de pequi (*Caryocar brasiliense*), espécies abundantes no assentamento. Também há o aproveitamento desta biodiversidade no processamento de produtos, conforme o depoimento de um entrevistado: “pego sementes de cicupira e folhas de imburana para curtir na pinga. Também pego jaracatiá, ralo o tronco dele e misturo na rapadura. Na falta, uso mamão, pois fica melhor que coco ralado”.

A pesca em córregos e represas existentes no assentamento também é comum, e o consumo de peixe representa, para algumas famílias, um importante complemento na dieta alimentar. Também houve relatos de assentados que caçam tatus e lebres.

Outros entrevistados coletam plantas medicinais, como o chapéu de couro (*Echinodorus macrophyllum*), a jurubeba (*Solanum paniculatum*), a azedinha do cerrado (*Oxalis hirsutissima*), o barbatimão (*Stryphnodendron barbatimam*), o picão preto (*Bidens pilosa*) e a erva de santa maria (*Chenopodium ambrosioides*) para o preparo de pomadas, chás e xaropes (Figura 19), ou para o uso em compressas cicatrizantes, caso do barbatimão.

Figura 19. Preparado de plantas medicinais.



Fonte: pesquisa de campo (2009).

Encerrando o quarto bloco de questões, perguntou-se se a agricultura praticada no assentamento ajuda na conservação da natureza e dos recursos naturais.

A maioria dos entrevistados (87%) respondeu que a agricultura realizada no assentamento colabora para a manutenção dos recursos naturais. Afirmações como “*conservo a natureza porque uso esterco e farinha de osso em vez de adubo*”, “*ajudo a conservar a natureza porque evito usar veneno. Tenho medo*”, “*[a agricultura] conserva desde que não use agrotóxico*” “*depende da agricultura, eucalipto acaba com a terra, já as hortas ajudam porque utilizam bastante esterco*”, “*eucalipto não ajuda a natureza...depois que criou assentamento, a agricultura conservou o solo*”, “*o assentado conserva a natureza porque usa menos agrotóxico que a usina*” acompanharam esta resposta positiva.

8% responderam negativamente, considerando que a agricultura faz uso de agrotóxicos, queimadas, desmatamentos e monocultivos, e por isso não pode ser compatibilizada com a conservação da base de recursos naturais, como apontam os depoimentos “*não ajuda a natureza porque o assentado não faz rotação e faz queimada*”, “*queimada na agricultura prejudica natureza*”. 5% não souberam responder.

A partir deste bloco de questões pode-se observar que a situação de assentamento parece favorecer a preocupação com o ambiente por parte dos assentados. 87% dos entrevistados afirmaram que a agricultura praticada no assentamento ajuda a conservar a natureza. A maioria dos entrevistados também reconheceu a qualidade dos solos, atribuindo isto ao fato de conservarem com terraços e praticarem agricultura na terra que antes era ruim por ser de eucalipto. Os benefícios das áreas florestais também foram citados, incluindo aí a conservação dos recursos água e solo, manutenção de microclima e da avifauna. Como relatou um agricultor visitado durante as entrevistas, as áreas florestadas além de “*ajudar a refrescar o clima e atrair a passarada*” também exercem influencia no combate às pragas e doenças de lavouras próximas, pois “*tudo quanto é mata é cheia de bicho, inseto, besouro,*

*que comem as lagartas que atacam o milho e a horta*". De fato, a manutenção de áreas ricas em biodiversidade em torno das áreas cultivadas aumenta a diversidade beta do sistema, e podem servir para atrair e fornecer habitats a organismos benéficos (GLIESSMAN, 2001, p.452).

Apesar destas declarações animadoras do ponto de vista ambiental, as ações concretas no que tange a conservação dos recursos são escassas. Uma parcela pequena dos assentados (23%) fez plantio de mudas nativas ou florestou áreas. Os entrevistados reconhecem ainda os efeitos positivos de incrementar os níveis de matéria orgânica dos solos, através da adição de estercos e palhadas, considerando o solo não como mero suporte das plantas, mas como um local rico em vida. Entretanto, as práticas efetivas de plantio direto ou adubação verde são poucas, e os relatos de decréscimo de produtividade são freqüentes, bem como os sinais de erosão nos lotes visitados.

O manejo da biodiversidade local observado em alguns casos, revela uma aproximação dos agricultores com o entorno ecológico em que vivem, engendrando um uso racional e inteligente da flora nativa na alimentação, nos cuidados com a saúde e como fonte de renda. Neste sentido, os agricultores assentados apresentam um comportamento semelhante ao de populações tradicionais que, ao manejar os recursos naturais, conservam e incrementam a biodiversidade, em uma relação de influências mútuas entre natureza e cultura (LEONEL, 2000).

## 5. CONCLUSÕES:

A partir da emergência da idéia de sustentabilidade, o rural pôde ser entendido desde uma perspectiva territorial, e não mais como sinônimo de agrícola. Nesta importante guinada conceitual, atrelada às crises ecológica e econômica contemporâneas, o produtivismo destinado a transferir renda e abastecer o setor urbano-industrial de matérias primas e alimentos baratos se tornou passível de contestação, tendo em vista a valorização dos contornos socioculturais e ambientais de uma nova ruralidade que se redefine como multidimensional e supra-setorial.

É exatamente neste “pano de fundo” que se insere o presente trabalho. A partir de um recorte teórico-metodológico que privilegiou a transdisciplinariedade e a multidimensionalidade, tendo como “bússola” a noção de multifuncionalidade da agricultura, buscou-se mapear o que há para além da produção neste território singular que é o assentamento Monte Alegre.

Pela ótica da multifuncionalidade da agricultura enquanto enfoque inovador para compreender o mundo rural, e também enquanto posicionamento para se contrapor ao modelo da modernização da agricultura, o assentamento Monte Alegre mostra faces até então ocultas, revelando-se como um espaço que permite o estabelecimento de uma agricultura familiar mantenedora de funções socioculturais e ambientais, tanto para as famílias assentadas como para o conjunto da sociedade.

Pode-se constatar que o conhecimento da trajetória de vida dos assentados é fundamental para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento dos assentamentos, já que cada família é portadora de um patrimônio cultural específico relacionado à história de vida pretérita a entrada no assentamento, carregando consigo conhecimentos, saberes, e fazeres. A manutenção das variedades “familiares”; o estabelecimento de agriculturas voltadas para o autoconsumo, baseadas em elementos de um conhecimento agrícola tradicional; as atividades para-agrícolas, especialmente em arranjos associativos; e a organização social através de grupos informais, se mostraram

como elementos deste patrimônio cultural, que são reabilitados na situação de assentamento.

Com efeito, o fato da maioria dos assentados serem ex-bóias frias não é um impeditivo para que estes elementos de um modo de vida rural sejam (re)construídos. A experiência como assalariado rural temporário em uma fase da vida não anula a vivência como agricultor familiar em períodos anteriores, e o ingresso na terra permitiu a população assentada resgatar fragmentos de sua própria história, e recolocá-los em um novo contexto. Deste modo, para além da redução da pobreza ou do incremento da produção agroalimentar, a criação de assentamentos rurais desempenha a função central de permitir a reconstrução de um modo de vida rural, ademais de um visível incremento na qualidade de vida, no acesso à alimentação e aos serviços públicos básicos.

Esta reconstrução se dá em um território também em construção. O que antes era um horto florestal sem ocupação humana agora se constitui em um mosaico de lotes agropecuários, com alterações no uso e na ocupação do solo, e também na paisagem. Este território recebe influências externas, do órgão gestor, do poder público e da iniciativa privada, que impactam as estratégias de produção e de reprodução dos assentados.

Neste sentido, e dado o contexto da agricultura regional, os agronegócios da cana e da laranja atuam como agentes de grande influência econômica e política no assentamento, cuja maior, mas não única expressão, são os plantios de cana em contrato com as usinas nas terras da reforma agrária. Outra expressão importante desta influência se encontra no trabalho assalariado temporário, nas colheitas de cana de açúcar ou de laranja, ao qual alguns assentados recorrem para garantir sua reprodução econômica, e mesmo para investir na agricultura.

Isto nos leva a duas considerações: a primeira indica que a agricultura realizada em bases familiares no assentamento Monte Alegre encontra-se em dificuldades, o que empurra os assentados para alternativas de geração de renda fora da exploração agrícola familiar.

A segunda é que esta pluriatividade se constitui, efetivamente, em uma acomodação desconfortável em um terreno hostil, não podendo ser considerada como expressão, ou faceta de um novo rural. Isto porque, desde a ótica da multifuncionalidade da agricultura, as atividades não-agrícolas deveriam ser tributárias de uma agricultura eficiente e racional, que além de produzir gêneros de qualidade, desempenhasse as funções de conservar os recursos naturais, mantendo o território e a paisagem rural. Nestes termos, o assentado pluriativo que se dedica ao trabalho assalariado temporário pode ser visto como o resultado de um processo de precarização da agricultura familiar, e das dificuldades que esta enfrenta em uma realidade dominada pelas cadeias agroindustriais da cana e da laranja.

De outro lado, observamos as atividades para-agrícolas, também presentes no assentamento, de forma mais alinhada à noção de multifuncionalidade da agricultura. Isto porque a atividade para-agrícola se desenvolve a partir de uma exploração agrícola, sendo tributária a esta em uma relação de co-fortalecimento. Desta maneira, a transformação artesanal de leite em queijos, requeijão e doce, por exemplo, fortalece o sistema produtivo familiar precisamente porque agrega valor ao produto agrícola original e permite a manutenção da exploração leiteira como uma atividade economicamente viável e sob o controle do agricultor e sua família. Ao mesmo tempo, a fabricação do queijo ativa um saber-fazer do agricultor – ou mais freqüentemente, da agricultora – que expressa, através daquele produto, um patrimônio cultural associado a um modo de vida rural. Além da função econômica de agregação de valor e da função sociocultural de reavivar um conhecimento específico, a transformação artesanal de produtos também pode ser entendida desde o prisma do abastecimento alimentar das famílias, já que permite a conservação e o consumo de um gênero em sua época de entressafra. Ademais, as atividades para-agrícolas podem ser melhor desenvolvidas em esquemas associativistas, tanto na transformação como na comercialização dos produtos, à exemplo da experiência da Associação das Mulheres Assentadas.

Desta forma, acreditamos que a idéia de pluriatividade deve ser utilizada com cuidado, especialmente se articulada à noção de multifuncionalidade da agricultura, com o risco de se distorcer as interpretações sobre o trabalho não-agrícola e o mundo rural. Para tanto, recorrer ao uso de atividade para-agrícola como ponto de clivagem entre pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura pode ser útil para tornar mais claro estes campos de interpretação. Assim, se estabelecem distinções entre as atividades não agrícolas que pouco ou nada contribuem para um projeto de desenvolvimento rural autônomo, endógeno e multifuncional – como o trabalho industrial, ou o trabalho temporário e precário – e aquelas atividades que, desenvolvidas paralelamente à exploração agrícola, dinamizam, diversificam e fortalecem esta última – como o processamento artesanal e familiar de alimentos, a venda direta e o turismo rural.

Como é próprio da lógica das agriculturas familiares, a atividade agrícola tem duas grandes faces complementares: a agricultura mercantil, produtora de valores de troca, e a agricultura para o autoabastecimento, produtora de valores de uso. Estas faces se equilibram de forma dinâmica, na medida em que a família decide sobre o que plantar e como plantar, sendo que alguns gêneros têm a marca da alternatividade, isto é, ora são orientados prioritariamente para o consumo familiar, ora para o mercado.

No assentamento Monte Alegre, observamos estas faces da agricultura familiar relacionadas aos cultivos atrelados a um contrato agroindustrial, tendo na cana de açúcar a representante mais expressiva; e o das explorações cujo produto é destinado tanto para a venda como para o autoconsumo familiar, como no caso da olericultura.

Tomando o cultivo da cana de açúcar contratada com as usinas da região, observa-se que a agrobiodiversidade é substituída pela monocultura de plantas geneticamente idênticas, o que favorece uma alta utilização de insumos industriais e agrotóxicos, a partir das prescrições técnicas externas às lógicas produtivas familiares. Em que pese esta “desfuncionalidade”, o cultivo da cana está presente em boa parte dos lotes visitados, constituindo uma fonte de

renda muitas vezes necessária na situação econômica encontrada no assentamento, onde convive com as explorações voltadas para o autoconsumo e venda de excedentes.

As explorações realizadas de maneira autônoma não restringem a atividade agrícola ao aspecto econômico e de criação de valor de troca, mas põe em relevo a criação de valor de uso e a produção de alimentos para a família, para os parentes e os vizinhos, desempenhando, de forma paralela à função mercantil, uma função de abastecimento alimentar das famílias. Esta agricultura, sob controle dos agricultores, traz à tona outros aspectos como a reabilitação de conhecimentos agrícolas, de redes de troca de sementes e de gêneros agrícolas, de preferências alimentares, e de variedades “familiares”, indicando que a agricultura familiar desempenha a função importante de conservar e manter a agrobiodiversidade.

Assim, há uma melhor ocupação do solo pela diversificação de explorações, resultando em um incremento da qualidade ambiental, gerando ainda produtos comercializados regionalmente, através de mercados institucionais – como o PAA – ou via circuitos curtos de comercialização – de forma direta ou em feiras, o que contribui para abastecer a sociedade de alimentos, conforme reconheceu a maioria dos entrevistados.

Salienta-se ainda que alguns assentados lançam mão de estratégias como a produção de sementes próprias, a utilização de consórcios e rotações de culturas, a ciclagem de materiais orgânicos e o recurso à caldas e insumos alternativos, o que abre perspectivas de apoio a uma ecologização da agricultura do assentamento. Estas estratégias produtivas são tributárias tanto das vivências anteriores dos assentados, como também das iniciativas de fomento às práticas de agricultura ecológica, levadas a cabo pela Fundação Mokiti Okada, pelo ITESP, e por projetos de extensão universitária. Desta maneira, tem-se que a agricultura praticada de forma autônoma, e principalmente com utilização de práticas de base ecológica, se desdobra em múltiplas funções além da propriamente produtiva.

Outra destas funções, vinculada ao acesso a terra e a prática da agricultura, é a recuperação, ou reconstrução de identidades associadas ao rural e ao agrícola, e o estabelecimento de redes de sociabilidade e solidariedade. Neste sentido, o assentamento pode ser compreendido enquanto bairro rural, aglutinando pessoas oriundas de distintas regiões e com diferentes trajetórias de vida em um novo tecido sociocultural.

Este tecido sociocultural se constrói nas relações que os assentados mantêm, principalmente dentro dos núcleos do assentamento, e se revela através dos diversos grupos informais que se organizam aglutinando vizinhos e parentes em torno de atividades produtivas, religiosas, ou de lazer. Expressões distintivas de uma cultura caipira como a Folia de Reis e as festas de santos, a existência – embora não muito freqüente – de mutirões de trabalho, ou a religiosidade popular dos grupos de oração e dos terços ajudam a fortalecer a hipótese de que o acesso a terra permite o resgate de uma identidade e um modo de vida rural entre os agricultores assentados.

Esta organização informal, e por vezes oculta aos olhos dos técnicos, dos gestores e dos extensionistas, dinamiza a vida social do assentamento Monte Alegre, entendido agora enquanto território definido por estas iniciativas coletivas, tributárias do repertório cultural que cada assentado e cada família carrega consigo.

Desta forma, observou-se que pode haver em um mesmo território constituído e administrado pelo Estado, múltiplas territorialidades, que se constroem em torno de igrejas, de grupos de produção, de grupos de oração, entre outros, tornando complexo o entendimento desta realidade. Estas dinâmicas territoriais são influenciadas pelos agentes externos, dentre os quais os entrevistados destacaram o ITESP e as prefeituras, salientando que estas são as instituições que mais “*ajudam*” as famílias assentadas. A influência econômica e política dos agentes do agronegócio sucroalcooleiro e citrícola não foram percebidas como relevantes na dinâmica territorial do assentamento, mesmo tendo em conta que uma boa parcela dos entrevistados tem contratos de parceria com as usinas da região. Este ponto nos leva a pensar que a

representação do assentamento, enquanto ‘território dado’ pelo Estado, se faz presente entre os entrevistados, que enxergam no ITESP e nas prefeituras os organismos de gestão, de fiscalização e de tutela deste território.

O ‘território dado’ pela política estadual de assentamentos, e o ‘território construído’ pelas iniciativas coletivas e informais dos assentados também permitem que múltiplas identidades socioprofissionais possam se revelar. Neste sentido, os entrevistados se identificam ora como ‘assentados’, colocando em relevo a trajetória de luta pela terra e convergindo com a ‘territorialidade dada’, e ora se identificam simplesmente como ‘agricultores’ ou ‘produtores rurais’, indicando que, mesmo enfrentando dificuldades, a agricultura é o elemento definidor da identidade socioprofissional.

Também se observou que a situação de assentamento parece engendrar uma percepção diferenciada dos recursos naturais por parte dos assentados, que colocam, em grande medida, a prática da agricultura como responsável pela conservação e pela melhoria dos recursos naturais, apontando para o reconhecimento de uma função ambiental da agricultura. A atribuição desta função ambiental variou conforme os entrevistados se referiam a policultura e a manutenção de áreas florestadas, tidas como responsáveis pelo incremento da fertilidade do solo e conservação da água, ou ao plantio de cana de açúcar em parceria com as usinas, tido como degradador dos recursos naturais pela aplicação de agrotóxicos e pela queima por ocasião da colheita.

Se o reconhecimento de uma importante função ambiental da agricultura existe no assentamento, as iniciativas concretas em direção ao fortalecimento desta função ainda são incipientes. O uso de agrotóxicos e de adubos de síntese é bastante comum, e uma parcela pequena dos assentados reflorestou áreas do lote, apesar da percepção dos benefícios destes espaços, sendo difícil, à priori, considerar que a agricultura do assentamento seja ‘sustentável’. Desta maneira, a função ambiental da agricultura no assentamento pode ser caracterizada como fraca, já que se expressa mais no plano da retórica do que no plano prático.

No entanto, não se pode ignorar que existem, entre as práticas agrícolas utilizadas pelos assentados, elementos de uma agricultura tradicional – como policultivos e ciclagem de esterco - que podem compatibilizar produção e conservação da base de recursos naturais, especialmente nos sistemas produtivos voltados para o auto-abastecimento e para a venda dos excedentes. A melhoria, a partir de um enfoque agroecológico, de práticas agrícolas racionais do ponto de vista ambiental são mais um motivo para aprofundar e ampliar as políticas de apoio a agricultura autônoma, de base familiar e marcada pela alternatividade. Neste sentido, iniciativas de transição da agricultura para modelos de base agroecológica poderiam incrementar a multifuncionalidade dos agroecossistemas, notadamente a função ambiental.

Também se pode observar, a partir da ótica ambiental, que os agricultores fazem uso de recursos da biodiversidade presente no assentamento. A coleta de plantas e sementes nativas do cerrado para uso na alimentação e nos cuidados da saúde foi entendida como uma aproximação dos agricultores com o entorno ecológico em que vivem, em uma estratégia de manejo da biodiversidade local. Este fato é ainda mais relevante se considerarmos que mais da metade dos entrevistados não são naturais do estado de São Paulo, o que revela uma adaptação e um aprendizado destes em relação aos recursos naturais. O manejo e a utilização dos recursos da biodiversidade local representam importante função ambiental desempenhada pelos assentados.

De modo geral, pode-se considerar que a multifuncionalidade da agricultura familiar no assentamento Monte Alegre se expressa por diversas formas, com destaque para as funções de reconstrução de modos de vida, garantia da segurança alimentar local e das famílias agricultoras, resgate e conservação da agrobiodiversidade e ocupação do espaço, com manutenção do tecido sociocultural. De outro lado, a função ambiental, de conservação dos recursos naturais e sustentabilidade dos agroecossistemas, se mostrou mais deficitária.

Este estudo empírico no assentamento Monte Alegre permitiu pensar a reforma agrária a partir das múltiplas funções que esta política pode exercer, tanto para a sociedade, como para as famílias assentadas. Mesmo em um assentamento tido por alguns como marginal, dominado pelo cultivo da cana de açúcar em integração com usinas, com forte presença do capital agroindustrial, sem belezas cênicas, e com parte dos agricultores endividados e empobrecidos, é possível reconhecer diversas funções além da produtiva, que beneficiam antes de ninguém aos próprios assentados. São estes atores os responsáveis e os demandadores da maior segurança alimentar, das condições de reprodução econômica, da manutenção de um tecido social coeso e da conservação dos recursos naturais engendrados pelo acesso a terra. Se bem exploradas pelos gestores do assentamento e por políticas públicas eficientes, estas múltiplas funções podem extrapolar seu alcance para a sociedade como um todo.

Para concretizar este potencial, as políticas públicas de apoio a agricultura familiar deveriam ampliar o seu escopo para além do financiamento das explorações agropecuárias, entendendo os sistemas produtivos familiares de uma forma holística. A agricultura familiar deveria ser apoiada não apenas para produzir mais, mas também para produzir melhor, conservando os recursos naturais e a agrobiodiversidade, agregando valor a produção e criando outras fontes de renda através de atividades para-agrícolas, e mantendo a paisagem rural e as manifestações culturais.

No âmbito das políticas públicas municipais, observou-se que o Programa Direto do Campo, ao facilitar a comercialização direta de olerícolas produzidas no assentamento, incentiva a diversificação produtiva nos lotes, e a redução do uso de agrotóxicos, impactando positivamente outras funções da agricultura.

No âmbito federal, a principal política pública de apoio a agricultura familiar, qual seja, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), embora não seja pautada pela noção de multifuncionalidade da agricultura, avança neste sentido ao financiar atividades

não agrícolas realizadas dentro do estabelecimento, e ao disponibilizar linhas de crédito de orientação mais sistêmica, como o PRONAF Agroecologia, Floresta e Eco.

No caso do PAA, e de modo análogo ao Programa Direto do Campo, este fomenta a produção agrícola familiar ao criar um canal de comercialização garantida, beneficiando ainda grupos em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade, legitimando e fortalecendo a agricultura familiar como responsável pela manutenção da segurança alimentar local/regional. Neste sentido, entendemos que o PAA pode incrementar a multifuncionalidade da agricultura familiar, permitindo que a função de abastecimento alimentar seja desempenha de forma mais eficiente.

Na perspectiva de fomentar a multifuncionalidade da agricultura familiar, existe a possibilidade do estabelecimento de relações contratuais entre os agricultores e o Estado, de modo análogo aos Contratos Territoriais de Estabelecimento franceses, visando a remuneração das funções socioambientais da agricultura. A experiência do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE), do Ministério do Meio Ambiente, com o pagamento<sup>37</sup> por serviços ambientais aos agricultores familiares da Amazônia Legal aponta que iniciativas deste tipo não estão distantes da realidade brasileira, constituído-se em possibilidade de valorização da multifuncionalidade da agricultura familiar. No entanto, é importante ressaltar que ações deste tipo não podem deslocar de cena a produção agroalimentar, sob o risco de promover sistemas especializados em serviços ambientais, e portanto, monofuncionais. A remuneração as funções socioambientais da agricultura deve ser concomitante com políticas de apoio (crédito, assistência técnica e extensão rural) a esta, de modo que atividade agrícola seja produtora de alimentos e serviços ambientais. Neste sentido, o fomento a adoção de práticas e técnicas de produção de base ecológica, e o incentivo a reestruturação dos agroecossistemas desde a

---

<sup>37</sup> Entre 2003 e 2006, 4.214 famílias dos 11 pólos do PROAMBIENTE receberam, em média, R\$ 1.032 por ano, decorrentes do pagamento por serviços ambientais (OLIVEIRA, 2006).

perspectiva da agroecologia são elementos centrais para a promoção de agriculturas multifuncionais.

Desta forma, os projetos e as ações para o desenvolvimento do assentamento devem se pautar por um enfoque supra-setorial, que englobe este território em suas múltiplas dimensões. Assim, será possível identificar aspectos não produtivos que apresentem um potencial de geração de renda para os assentados, e mais do que isso, compreender a reforma agrária enquanto política que amplia o acesso à cidadania por parte desta população, uma vez que permite aos agricultores assentados estabelecerem seus locais de produção e de reprodução, (re)construindo modos de vida.

## 6. LITERATURA CITADA:

ABRAMOVAY, R. **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia.** Economia Rural, vol.40, n.2. 2002, p.235-264.

ABRAMOVAY, R. **Ruralidade e desenvolvimento territorial.** Gazeta Mercantil. São Paulo: 15/04/2001. p.A3.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Textos para discussão n.702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 37p.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas: ABRA, vol. 28, n. 1,2,3 e vol.29, n.1. Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. p.1-21.

ABREU, L.S. **A construção da relação social com o meio ambiente:** percepções representações de risco agroecológico entre agricultores familiares da Mata Atlântica Brasileira. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005. 174p.

ALLES, J.M. **Políticas públicas, conselhos municipais e agricultura familiar:** representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2005. 162p.

ALMEIDA, M.W.B. **Narrativas agrárias e a morte do campesinato.** Revista RURIS, vol.1, nº2. Campinas: Unicamp/IFCH, 2007.

ALMEIDA, L.M.M.C., FERRANTE, V.L.S.B., PAULILLO, L.F., BERGAMASCO, S.M.P.P. **Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara como instrumentos de desenvolvimento rural.** Estudos

Sociedade e Agricultura, v.17, n.2. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 2009. p.422-458.

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

ALTIERI, M., SILVA, E.N., NICHOLLS, C.I. **O papel da biodiversidade no manejo de pragas**. Ribeirão Preto : Holos, 2003. 226p.

ALY JUNIOR, O. **Políticas Públicas e sustentabilidade no desenvolvimento dos assentamentos no Estado de São Paulo**: um balanço dos anos 2003-2005. In: FERRANTE, V.L.S.B. e ALY JUNIOR, O (Orgs.) Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA, 2005. p.175-201.

AMARAL, D.T. e FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local**: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. Revista Raízes, v.26, n.1 e 2, jan-dez. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2007. p.101-112.

AMBRÓSIO, A.P. **A pluriatividade e a reestruturação produtiva**: transformações no meio rural da região do “circuito das águas paulista”. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v.1, n.1. Araraquara: Unesp, 2008. p.1-4.

AMORIM, L.S.B e STADUTO, J.A.R. **Desenvolvimento territorial rural**: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. Revista de Economia Agrícola, v.55, n.1. São Paulo: FEA/USP, 2008. p.15-29.

ANJOS, F.S. e CALDAS, N.V. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura

familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.186-215.

ANJOS, F.S. **Pluratividade e ruralidade**: enigmas e falsos dilemas. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n.17. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001. p. 55-77.

ANTUNIASSI, M.H.R., AUBRÉE, M., CHONCHOL, M.E.F. **De sitiante a assentado**: trajetórias e estratégias de famílias rurais. Revista São Paulo em Perspectiva, vol.7, n.3, jul-set. São Paulo: Fundação SEADE, 1993. p.125-132.

ARRANZ, A.V., ESTRADA, E.M., ANJOS, F.S. **Contratos territoriais de estabelecimento na França**: rumo a um novo pacto social na agricultura? Revista Ambiente e Sociedade, v.XI, n.2. Campinas: Anppas, 2008. p.219-235.

BERGAMASCO, S.M.P.P. e NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Ed. Terceira Margem, 2003. 191p.

BONNAL, P. e MALUF, R.S. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis: UFSC. 2007, 27p.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 84p.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 92p.

BRUMER, A. e SANTOS, J.V.T. **Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade N.2 vol.11, abr/jun. 1997, p.03-15.

CAMPOI, A.M. **Sistemas de produção e estratégias de vida para a permanência na terra:** um estudo no projeto de assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP. (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNIARA, 2005. 183p.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPORAL, F.R. e COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural:** Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166p.

CARDOSO, J.H., FLEXOR, G., MALUF, R.S. **Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais:** o caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção : multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. p.60-74.

CARNEIRO, M.J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil:** uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.165-186.

CARNEIRO, M.J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade:** uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R.J. e COSTA, L.F.C. (Orgs.) Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad/CPDA, 2002. p.223-241.

CARNEIRO, M.J. **Ruralidade:** novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, n.11. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998. p.53-75.

CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. 230p.

CAZELLA, A.A., BONNAL, P., MALUF, R.S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CAZELLA, A.A. **A multifuncionalidade agrícola numa zona rural “desfavorecida”**: um estudo de caso na região serrana catarinense. In: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.28-44.

CAZELLA, A.A. e ROUX, B. **Agribusiness em questão**: a emergência da agricultura multifuncional. Estudos Sociedade e Agricultura, n.13. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. p.49-69.

CHMIELEWSKA, D. **The social significance of the policy process**: the case of the Program of Acquisition of Food from Family Agriculture (PAA) in Araraquara, São Paulo State, Brazil. (MSc. Thesis Rural Development Sociology Group). Wageningen: Wageningen University, 2009. 138p.

COSTA, M.B.B. **Agroecologia**: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar. Revista Reforma Agrária. Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária. n.1, vol 23. 1993, p. 53-69.

COSTA, S.A. **Diário de campo como dialética subjetiva**. In: WHITAKER, D.C.A (Org.) Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002. p.151-159.

DELGADO, M.M., RAMOS, E., GALLARDO, R., RAMOS, F. **Multifunctionality and rural development**: a necessary convergence. In: HUYLENBROECK, G. e DURAND, G. (Orgs.) Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development. Hampshire: Ashgate, 2003. p.19-37.

DELGADO, G. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. São Paulo: Incra, 2002. p.21-79.

DELGADO, G.C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra**: um estudo da reflexão agrária. Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, vol.15, n.43. 2001, p.157-172.

DURAND, G. **The French experiences with Territorial Farming Contracts**. In: HUYLENBROECK, G. e DURAND, G. (Orgs.) Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development. Hampshire: Ashgate, 2003. p.129-143.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato** : um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. (Dissertação de mestrado). Araras : UFSCar/PPGADR, 2009. 207p.

DUVAL, H.C. e FERRANTE, V.L.S.B. **Autoconsumo e políticas municipais**: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento. In: FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.308-323.

FARIAS, M.F.L. **O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária**: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.151-172.

FAVARETO, A.S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2006. 221p.

FERREIRA, A.D.D. **Processos e sentidos sociais do rural na**

**contemporaneidade:** indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.18. 2002, p.28-46.

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L.A. **Assentamentos na agenda de políticas públicas:** a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.272-308.

FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo.** Araraquara: EDUNESP, 1995.

FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA/Nead, 2008. 348p.

FERRANTE, V.L.S.B. **Os herdeiros da modernização:** grilhões e lutas dos bóias-frias. Revista São Paulo em Perspectiva, v.8., n.3, jul-set. São Paulo: Fundação SEADE, 1994. p.93-104.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais:** estratégias de recusa ao modelo estatal? Revista Raízes, ano XVI, n.15, dez. Campina Grande: UFCG/PPGS, 1997, p.62-76.

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A., BERGAMASCO, S.M.P.P. **A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo:** impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V.L.S.B. e ALY JUNIOR, O (Orgs.) Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA, 2005. p.37-71.

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A., DUVAL, H.C. **Experiências de reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural.** Revista Lutas e Resistências, v.1. Londrina: UEL/GEPAL, 2006. p.76-90.

GALLARDO, R., RAMOS, F., RAMOS, E., DELGADO, M.M. **New oportunities for non-competitive agriculture.** In: HUYLENBROECK, G. e DURAND, G. (Orgs.) Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development. Hampshire: Ashgate, 2003. p.169-189.

GAZOLLA, M. e SCHNEIDER, S. **A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, v.15. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2007, p.89-122.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 653p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade N. 7 vol. 3, jul/set. 1993, p.2-10.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982. 192p.

HAGUETTE, T.M. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p.55-92.

HART, R.D. **Conceptos básicos sobre agroecossistemas.** Turrialba: CATIE, 1985. 160p.

HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R., LEITE, S.P. **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil.** Estudos

Sociedade e Agricultura, nº18. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2002. p.73-112.

HUYLENBROECK, G. e DURAND, G. (Orgs.) **Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development**. Hampshire: Ashgate, 2003. 239p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006: **Agricultura familiar, primeiros resultados**. Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: 2006, 267p.

KAGEYAMA, A.A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2008. 229p.

KATO, K.Y.M. **A agricultura e o desenvolvimento sob a óptica da multifuncionalidade: o caso de Santo Antonio de Pádua/RJ**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006. 136p.

KHATOUNIAN, C.A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Ed. Agroecológica, 2001. 348p.

KURANAGA, A.A. **Feiras do produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara**. (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNIARA, 2006. 134p.

LACERDA, T.F.N. **A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da Serra Geral**. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2005. 170p.

LACERDA, T.F.N. e MORUZZI MARQUES, P.E. **Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina**. Revista Ruris, v.2. Campinas: Ceres/IFCH, 2008. p.137-158.

LAMARCHE, H. (Org.) **A agricultura familiar**: comparação internacional (vol.1) Uma realidade multiforme. Campinas: Ed.Unicamp, 1993. 336p.

LEITE, S.P. e ÁVILA, R.V. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007. 176p.

LEITE, S.P. **Dinâmica econômica, assentamentos rurais e desenvolvimento regional**: evidências a partir de seis Estados brasileiros. In: FERRANTE, V.L.S.B. e ALY JUNIOR, O (Orgs.) Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA, 2005. p.117-175.

LENOEL, M. **Bio-sociodiversidade: preservação e mercado**. In: Revista Estudos Avançados 14 (38). São Paulo: USP, 2000. p.321-346.

LOPES, D.L. e COSTA, S.A. **Agrodiversidade e sustentabilidade em assentamentos de reforma agrária**. In: WHITAKER, D.C.A (Org.) Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002. p.221-231.

LOPES, D.L. **Diário de campo**: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, D.C.A (Org.) Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002. p.135-143.

LOPES, D.L., LIMA, H.S., COSTA, S.A., RIBEIRO, V. **O diário de campo e a memória do pesquisador**. In: WHITAKER, D.C.A (Org.) Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002. p.131-135.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Ed. Plantarum: Nova Odessa, 2002. 352p.

LUPA. São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: mar./2009.

MACHADO, A.J. e CAUME, D.J. **Novas funções e novas atividades como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil**. Revista Raízes, v.27, nº1. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2008. p.97-104.

MAIA, C.M., FILIPPI, E.E., RIEDL, M. **Território, ruralidade e desenvolvimento regional**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v.5, n.1. Taubaté: Unitaubaté, 2009. p.191-202.

MALUF, R.S. **A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira**. In: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-153.

MALUF, R.S. **O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa**. In: LIMA, D.M.A. e WILKINSON, J. (Orgs.) Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002a. p.301-328.

MALUF, R.S. **Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil**. In: MOREIRA, R.J. e COSTA, L.F.C. (Orgs.) Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad/CPDA, 2002b. p.241-263.

MARAFON, G.J. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. Campo-Território: revista de geografia agrária. Uberlândia: UFU, v.1, n.1, 2006. p.17-60.

MEDEIROS, L.S. **Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade N.2 vol.11, abr/jun. 1997, p.65-73.

MENEGAT, A.S. **A questão agrária brasileira.** Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados: UNIGRAN, v.4, n.8, jul/dez. 2002, p.117-136.

MIOR, L.C. **Desenvolvimento Rural:** a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.268-294.

MIOR, L.C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial.** I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis: UFSC. 2007, 20 p.

MONTANARI, M. **Comida como cultura.** São Paulo: Ed. SENAC, 2008. 207p.

MORUZZI MARQUES, P.E. **Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar:** uma releitura sobre a criação do PRONAF. Revista Raízes, vol.22, n.02. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2003. p.168-180.

MORUZZI MARQUES, P.E e FLEXOR, G. **Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural:** questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. In: BOTELHO FILHO, F.B. (Org.) Estudos Rurais II. Brasília: Neagri/CEAM/UnB. Cadernos do CEAM v.7, n.29, 2007. p.45-67.

NIEDERLE, P.A. e ANJOS, F.S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução na pesca artesanal:** o caso da colônia Z3 – Pelotas/RS. I Colóquio de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2005. 30p.

NISHIKAWA, D.L.L. **Levantamento de práticas agrícolas sustentáveis no assentamento de reforma agrária da fazenda Monte Alegre em Araraquara/SP.** (Dissertação de mestrado). São Carlos: PPGEA/EESC-USP, 2004. 224p.

NORDER, L.A.C. **Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial.** Revista Lutas e Resistências. Londrina: UEL, v.1, 2006. p.107-120.

ODUM, E.P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1983. 434p.

OLIVEIRA, A.S. **Assentamentos rurais em Hortos Florestais da região norte do Estado de São Paulo.** (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNIARA, 2006. 103p.

OLIVEIRA, D. **A pluriatividade na transição agroecológica: a experiência dos agricultores ecologistas de Ipê (RS).** In: Revistas Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, v.6, n.3, 2009. p.6-11.

OLIVEIRA, J.S.R. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade: um estudo em unidades de produção familiares na área de abrangência do PROAMBIENTE – nordeste paraense.** Dissertação de mestrado. Belém: UFPA/CCA, 2006. 131p.

PASCHOAL, A.D. **O ônus do modelo da agricultura industrial.** Revista Brasileira de Tecnologia, v.14, n.1, jan/fev. Brasília: CNPq. 1983a, p.17-27.

PASCHOAL, A.D. **Biocidas: morte a curto e a longo prazo.** Revista Brasileira de Tecnologia, v.14, n.1, jan/fev. Brasília: CNPq. 1983b, p.28-40.

PASCHOAL, A.D. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental: Problemas e soluções.** São Paulo: FGV, 1979. 102p.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul.** Revista Raízes. Vol.24, n. 1 e 2. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2005. p.10-22.

PERONDI, M.A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** (Tese de doutorado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2007. 239p.

PIMENTEL, A.E.B. **Impactos econômicos e sociais dos assentamentos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema.** In: FERRANTE, V.L.S.B. e ALY JUNIOR, O (Orgs.) Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA, 2005. p.257-277.

PLOEG, J.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: EdUFRGS, 2008. 372p.

PLOEG, J.D. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: EdUFRGS, 2006. p.13-57.

ROSA, J. A. **Avaliação das condições de saúde dos moradores de diferentes assentamentos dos municípios de Araraquara e Motuca, SP, anos de 1998 a 2002.** In: Anais do 49<sup>a</sup>. Jornada Farmacêutica, 2002.

RÉMY, J. **Um caminho sinuoso e semeado de espinhos.** Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. Estudos Sociedade e Agricultura, vol.12, nº1. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2004. p.5-50.

RÉMY, J. **Os contratos territoriais de estabelecimento ou a conversão**

**inacabada.** In : CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção : multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. p.153-169.

SABOURIN, E. **Multifuncionalidade da agricultura e manejo dos recursos naturais:** alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. Revista Tempo da Ciência, n.29, vol.15. Toledo: Unioeste, 2008. p.9-27.

SALES, M.N.G. **Pequenas criações nos sistemas produtivos familiares:** a diversidade na unidade. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.2, nº4. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2005. p.4-6.

SANTOS, I.P. e FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio:** produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: UNIARA/Fundação ITESP, 2003. 128p.

SCHMIDT, W. **Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade:** o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.44-60.

SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: EdUFRGS, 2006. 295p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, nº16. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2001. p.164-184.

SILVA, L.O. **As leis agrárias e o latifúndio improdutivo.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade N.2 vol.11, abr/jun. 1997, p.15-26.

SILVA, M.A.M. e FERRANTE, V.L.S.B. **Roupa nova para um velho sonho:**

assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária. Revista São Paulo em Perspectiva, vol.1, n.3, out-dez. São Paulo: Fundação SEADE, 1987. p.32-40.

SILVEIRA, M.A. **Multifuncionalidade da agricultura familiar em Araras (SP) e os desafios à pesquisa agropecuária.** In: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.123-135.

SOARES, A.C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar.** Revista Proposta, n.87, ano 29. Rio de Janeiro: FASE, 2000/2001. p.40-49.

SOUZA, V.F., FERREIRA, L., RAMIREZ, G.M., BERGAMASCO, S.M.P.P. **Processos evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, em Araraquara, Estado de São Paulo.** Revista de Economia Agrícola, v.55, n.1, jan-jun. São Paulo: IEA, 2008. p.5-14.

TEIXEIRA, I.M.R. **O Território de Santos Reis:** um estudo de caso na cidade de Santa Bárbara D'Oeste – SP. (Dissertação de mestrado). Araraquara: Unesp/FCL/PPGS. 2008, 139p.

VICENTE, J.R., ANEFALOS, L.C., CASER, D.V. **Influência do capital humano, insumos modernos e recursos naturais na produtividade agrícola.** In: STEVEN M.H., GERVÁSIO, C.R. (Org.). Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2003, p. 255-286.

VICENTE, M.C.M., CAMPBELL, A., BAPTISTELLA, C.S.L., COELHO, P.J., LOPES JÚNIOR, A. **O uso de agrotóxicos em culturas selecionadas da agricultura paulista.** Informações Econômicas. São Paulo: IEA, v.32, n.5. mai/2002, p.34-44.

VIERTLER, R. **Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em**

**etnobiologia e etnoecologia.** In: AMOROZO, M., MING, L.C., SILVA, S.P. (Orgs.). Rio Claro: Unesp/CNPq, 2002. p.11-29.

VITULE, M.L.L. **A agricultura moderna.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade N.2 vol.11, abr/jun. 1997, p.42-50.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento Territorial:** curso de Desenvolvimento Territorial Endógeno. Florianópolis: SEaD/UFSC e Ministério da Integração Nacional, 2007. 153p.

WANDERLEY, M.N.B. **O agricultor familiar no Brasil:** um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.) Agricultura familiar e camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2009, p.33-47.

WANDERLEY, M.N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.15. 2000, p. 87-145.

WHITAKER, D.C.A e FIAMENGUE, E.C. **O método hoje.** In: WHITAKER, D.C.A (Org.) Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002. p.99-115.

**APENDICE:**

Questionário aplicado na pesquisa de campo.

Número da entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/2009

Lote: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Tempo de assentamento: \_\_\_\_\_

I) Reprodução sócio-econômica e trajetória de vida

1.1 Trajetória anterior ao assentamento e história de vida:

Agricultor proprietário  Parceiro/arrendatário  Assalariado rural

Assalariado urbano  Autônomo urbano  Colono/morador

Obs: \_\_\_\_\_

1.2 Situação atual em comparação à anterior:

Financeira:  melhorou  igual  piorou.

Moradia:  melhorou  igual  piorou.

Acesso a serviços:  melhorou  igual  piorou.

Obs: \_\_\_\_\_

1.3 Trabalho e sucessão familiar

1.3.1 Trabalho:

Participação da família no trabalho agrícola:  todos (nº \_\_\_\_\_)  parcial (nº \_\_\_\_\_)  apenas chefe.

Contrato de trabalhadores:  temporários (nº \_\_\_\_\_) Em qual época: \_\_\_\_\_  permanentes (nº \_\_\_\_\_)

Tem trabalho fora do lote:  sim  não.

Atividade: \_\_\_\_\_

Tem outra atividade dentro do lote, fora agricultura:  sim  não.

Atividade: \_\_\_\_\_

Obs: \_\_\_\_\_

## 1.3.2 Sucessão da unidade:

Quer os filhos no lote: ( ) sim ( ) não.

Obs: \_\_\_\_\_

## 1.4 Renda média (R\$/mês):

<b>Atividade</b>	<b>Renda (R\$/mês)</b>
Agricultura	
Aposentadoria	
Benefício Social	
Pluriatividade	
Atividade para-agrícola	
Outro:	

## II) Sistemas produtivos, segurança alimentar e agrobiodiversidade

## 2.1 Segurança alimentar

## 2.1.1 Situação alimentar em relação a anterior:

Qualitativo: ( ) melhorou ( ) igual ( ) piorou.

Quantitativo: ( ) melhorou ( ) igual ( ) piorou.

Obs: \_\_\_\_\_

## 2.1.2 Produção para auto-consumo:

Produz para o gasto a ( ) maior parte dos alimentos ( ) menor parte ( ) não produz.

Limitação para auto abastecimento: \_\_\_\_\_

Obs: \_\_\_\_\_

## 2.1.3 Aquisição e consumo de alimentos

<b>Item</b>	<b>Origem (a)</b>


(a): (1) Produção própria (2) Supermercado (3) Feira (4) Assentamento (5)  
Troca com vizinhos (6)  
Outro: \_\_\_\_\_

2.1.4 O sr. Considera que sua família e as demais contribuem para que a sociedade não tenha falta de alimentos, e que estes sejam de boa qualidade?

(\_) sim ( ) não

Porque: \_\_\_\_\_

2.2 Principal(is) produto(s) mercantil(is):

<b>Produtos</b>	<b>Comercialização (a)</b>

(a): (1) Feira (2) Atravessador (3) Varejão/supermercado (4) Agroindústria (5) PAA (6) Venda direta (7) Outro: \_\_\_\_\_

## 2.3 Dependência tecnológica:

<b>2.3.1 Insumos e técnicas</b>	<b>Utilização (a)</b>
Aubos químicos	
Esterco	
Adubo verde	
Composto	
Semente certificada	
Semente própria	
Agrotóxicos	
Caldas/biofertilizante	
Controle biológico	
Pousio/descanso de área	
Mulching / P.D.	
Terraçamento	
Rotação de culturas	
Consórcio de culturas	
Irrigação	
Queimada	

(a): (2) freqüente (1) eventualmente (0) não usa.

## 2.3.2 Mecanização:

Trator: ( ) próprio ( ) prefeitura ( ) alugado.

Tração animal: ( ) próprio ( ) alugado.

Obs: \_\_\_\_\_

## 2.4 Agrobiodiversidade:

Troca sementes/mudas com vizinhos?  sim  as vezes  nunca.

Possui alguma variedade dos pais/do local de origem:

---

## III) Tecido sócio-cultural.

## 3.1 Participação em grupos:

Sindicato:  sim  nãoIgreja:  sim  nãoCooperativa/associação:  sim  nãoPartido político:  sim  nãoConselho:  sim  nãoGrupo informal:  sim  nãoObs: 

---

## 3.2 Manifestações:

Tipo	Participação (a)
Mutirão	
Festas religiosas	
Lazer	
Outra:	

(a): (2) frequentemente (1) eventual (0) não participa

Obs: 

---

## 3.3 Participação política:

## 3.3.1 Quais instituições mais influenciam na vida dos assentados?

 prefeitura  ITESP  sindicato  Universidade  ONG Sebrae/Senar  Movimento social  Igreja  cooperativa/associação outra: 

---

Obs: 

---

## 3.4 Sociabilidade e território:

3.4.1. Identidade:  agricultor  agricultor familiar  produtor rural  trabalhador rural  assentado  pequeno produtor  camponês.

Obs: \_\_\_\_\_

## 3.4.2 Qual destes locais freqüenta com maior freqüência:

Araraquara  bairro próximo  lotes do mesmo núcleo  outro núcleo  
 outro: \_\_\_\_\_ Finalidade: \_\_\_\_\_

3.4.3. Gostaria de sair do assentamento:  não  para outra área rural  para \_\_\_\_\_ área \_\_\_\_\_ urbana.

Porque: \_\_\_\_\_

3.4.4. Se relaciona mais frequentemente com:  parentes  vizinhos  grupo religioso  grupo de trabalho  técnicos ITESP  comerciantes/atravessadores  outros: \_\_\_\_\_

## IV) Conservação dos recursos naturais e paisagem.

## 4.1 Percepção ambiental

4.1.1 O solo do assentamento é  bom  médio  ruim.

Porque: \_\_\_\_\_

4.1.2. A água é  boa  média  ruim.

Porque: \_\_\_\_\_

4.1.3. Na sua opinião, quais os benefícios ou papéis da APP no lote:

conservar a água  conservar o solo  atrair animais  manter microclima  beleza cênica  fornecer produtos   
 outro: \_\_\_\_\_

4.1.4. A agricultura que pratica ajuda a manter a natureza?  sim  não

